

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024

1º SEMESTRE—2024

Compromisso com
a sustentabilidade,
compromisso com
o futuro.



Caixa Angola

UM BANCO LOCAL. UMA REDE GLOBAL.

Índice

A. Introdução.....	5
I) Objectivo do relatório de gestão	5
II) Acontecimentos em destaque.....	5
III) Principais indicadores.....	8
B. Caixa Angola.....	12
II) Modelo de governo.....	13
III) Modelo e evolução do negócio	17
IV) Gestão dos riscos	21
C. Actividade e informação financeira	29
I) Enquadramento económico-financeiro	29
II) Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2024.....	41
III) Plano estratégico	43
IV. Organização interna	44
V. Capital humano	45
VI. Sistemas de tecnologia e informação	49
VII. Comunicação e gestão da marca	51
VIII. Responsabilidade corporativa e social.....	58
IX. Sustentabilidade.....	58
X. A acção do BCGA	60
XI. Análise financeira	61
D. Demonstrações Financeiras	72
I. Notas às demonstrações financeiras intercalares condensadas	77
Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração	211
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	213
Relatório do Auditor Externo	216



01

Relatório de Gestão

- A. Introdução
- B. Caixa Angola
- C. Actividade e informação financeira



A. Introdução

A. Introdução

O Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta (doravante designado por “BCGA”, “Banco”, “Caixa Angola”, “Sociedade” ou simplesmente “Caixa”), elaborou o presente Relatório de Gestão relativo ao exercício do primeiro semestre de 2024, (doravante “Relatório”), em conformidade com as exigências regulatórias exigidas às Instituições Financeiras Bancárias. O Banco elaborou este Relatório em conformidade com a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras e legislação complementar, em particular com a regulamentação emitida pelo Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto Órgão de Supervisão competente pelas Instituições Financeiras Bancárias registadas na República de Angola e pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) enquanto Organismo de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários, responsável pela supervisão das sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Todo o conteúdo deste Relatório foi sujeito a uma verificação independente, por uma entidade externa, de modo a proporcionar uma garantia adicional de segurança e fiabilidade da informação ora prestada.

O presente documento incide sobre o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2024, havendo referências a anos ou meses anteriores e posteriores sempre que se mostre necessário e útil para a devida contextualização dos dados apresentados.

I) Objectivo do relatório de gestão

Este Relatório semestral pretende demonstrar o compromisso do Caixa Angola em comunicar às entidades reguladoras, aos seus Accionistas, *stakeholders* e demais agentes do mercado, o desempenho e os resultados do Banco, referentes aos primeiros seis meses do ano de 2024, em termos não apenas financeiros como também societários, retratando as principais actividades desenvolvidas e executadas ao longo do referido período.

O Relatório foi preparado de acordo com a Lei das Sociedades Comerciais (LSC) e com os normativos emanados pelas entidades reguladoras e supervisoras do mercado e do sistema financeiro angolano.

O Banco mantém neste Relatório o seu contínuo compromisso de comunicação regular com o mercado, adoptando e promovendo as melhores práticas de divulgação e reporte de informação quer financeira quer societária.

II) Acontecimentos em destaque

O panorama da economia mundial ao fim do primeiro semestre de 2024 indica uma aceleração do crescimento económico global, com projecções de uma taxa de crescimento estável de 2,6% para o ano de 2024, antes de aumentar para 2,7% em 2025 e 2026, conforme reportado pelo Banco Mundial.

Não obstante as recentes projecções, o desempenho económico mundial mantém-se abaixo dos níveis de crescimento pré-pandemia de 3,0%, reflectindo um cenário económico menos positivo a curto prazo. O crescimento económico global em 2023 superou as expectativas, porém, subsistem



riscos de curto prazo e vulnerabilidades estruturais que representam desafios significativos que permanecem bastante evidentes em 2024, como as taxas de juro ainda elevadas, a escalada de conflitos no Leste da Europa, Médio Oriente e no Mediterrâneo, o comércio internacional lento e os desastres climáticos crescentes.

As perspectivas de crescimento mundial a médio prazo do Fundo Monetário Internacional (FMI) continuam a ser negativamente impactadas pela fragmentação geoeconómica crescente e pelo aumento das medidas restritivas ao comércio e políticas industriais.

A nível do contexto internacional, as previsões do FMI, divulgadas em Abril e Julho deste ano, apontam para um crescimento da economia mundial a manter-se em 3,2% em 2024 e 3,5% em 2025, o mesmo ritmo verificado em 2023, devido a uma resiliência maior do que a esperada nos Estados Unidos de América e em vários grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Prevê-se uma ligeira aceleração nas economias avançadas, com o crescimento a subir de 1,6% em 2023 para 1,7% em 2024 e 1,8% em 2025, que será compensada por uma desaceleração moderada nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, de 4,3% em 2023 para 4,2% em 2024 e 2025, permanecendo este crescimento bastante ténue para os padrões históricos (média de 4,8%).

Para as economias avançadas, o crescimento deverá ser impulsionado pela economia norte-americana, cuja taxa poderá fixar-se em 2,7% em 2024 e em 1,9% em 2025, pela economia da China, com o crescimento a rondar os 4,6% para 2024 e 2025, e da Zona Euro (0,8% em 2024 e 1,5% em 2025).

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre as contas nacionais referentes ao primeiro trimestre de 2024, mais precisamente sobre o Produto Interno Bruto (PIB), foi registado um crescimento do PIB de 4,6% em termos homólogos, o desempenho mais elevado desde o primeiro trimestre de 2015, altura em que o PIB foi de 13,5%, justificado principalmente pelos sectores petrolífero, incluindo o gás e o comércio, com maiores contribuições em pontos percentuais para a taxa de crescimento do PIB (30,4% e 26,9%, respectivamente).

Este crescimento é explicado, em parte, pela recuperação do sector petrolífero comparativamente ao primeiro trimestre de 2023, tendo-se registado ao fecho do primeiro trimestre de 2024 uma produção acumulada de 102,4 milhões de barris, o equivalente a uma média diária de 1,13 milhões de barris, representando um crescimento de 4% face aos 1,08 milhões de barris registados no mesmo período do ano passado.

Em Fevereiro de 2024, o Caixa Angola organizou e promoveu junto dos seus clientes, *stakeholders* e colaboradores, uma sessão de esclarecimentos sobre a implementação da Contribuição Especial sobre Operações Cambias (CEOC).

No mês de Março, o BCGA, ganhou pelo segundo ano consecutivo, o Prémio Tchiluanda, pela Acção com melhor performance em Bolsa, no Mercado de Valores Mobiliários Angolano em 2023, aquando da realização da 5ª edição do Fórum BODIVA.

O BCGA, em linha com a aposta que tem feito na melhoria dos seus canais digitais, disponibilizou ao mercado e aos seus clientes, em Março, uma nova versão da *App Caixa Angola*, que conta com novas funcionalidades para garantir uma melhor experiência de navegação e utilização mais simples e intuitiva.

Por entre as incertezas geopolíticas e outras instabilidades globais, o Caixa Angola aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa liderada pela Organização das Nações Unidas, que se traduz num compromisso voluntário de milhares de empresas que reconhecem a importância da sustentabilidade e da adopção de boas práticas *ESG* (Ambientais, Sociais e de Governança), pela implementação de dez princípios e prossecução de dezassete objectivos de desenvolvimento sustentável, para o alcance da Agenda 2030.

O BCGA realizou, em Maio de 2024, o seu primeiro *Workshop* sobre Sustentabilidade e *ESG*, nas instalações da sua sede executiva, sob o lema "Os Desafios da Implementação dos Critérios *ESG* e Sustentabilidade no BCGA", uma organização do seu Departamento de Sustentabilidade e *Governance*, que contou com a participação de representantes do Pacto Global das Nações Unidas em Angola, do Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e da PricewaterhouseCoopers (PwC). Iniciativa que visou dar maior solidez ao compromisso do Banco em capacitar os seus colaboradores em matérias de sustentabilidade e de *governance*.

O Caixa Angola inaugurou, em Maio, o seu primeiro Centro *Affluent* no País, um espaço localizado no Porto de Luanda, exclusivamente dedicado à carteira de clientes deste segmento.

No âmbito da sua política social, o Caixa Angola aprovou uma revisão à sua tabela salarial, introduzindo um valor mínimo para a remuneração base dos seus colaboradores, com um aumento significativo face ao ano anterior, passando, em termos brutos, de Kz 187.000 para Kz 300.000, com vista a ajudar, principalmente, os colaboradores com rendimentos mais baixos.

Foi também aprovada a atribuição de prémios de desempenho referentes aos resultados de 2023 aos colaboradores elegíveis, que pelo seu mérito e dedicação, contribuíram decisivamente para o cumprimento dos objectivos comerciais, financeiros e de gestão de risco, tendo sido decidida a atribuição de um prémio mínimo aos colaboradores com menor remuneração, significativamente superior ao do ano anterior, com o mesmo propósito, o de providenciar um apoio adicional face ao aumento do custo de vida.

III) Principais indicadores

O Banco registou a Junho de 2024, um resultado líquido de mKz 22 024 873, apresentando um crescimento de 2,11% em relação ao período homólogo. A variação positiva no resultado líquido do exercício resultou essencialmente do crescimento de 21,82% da margem financeira e das comissões líquidas em mais de 102,24%.

O foco no controlo de custos, como resultado da optimização dos processos de *procurement* e com uma apertada gestão de prioridades, levou a um crescimento de 28,12% dos custos de estrutura ligeiramente abaixo do nível da inflação homóloga (31%), tendo atingido um montante de mKz 14 362 636, mais mKz 3 152 696 do que no ano anterior.

O activo líquido situou-se em mKz 1 044 173 305, com um ligeiro decréscimo de 1,18% quando comparado com a posição a 31 de Dezembro de 2023 que registou o montante de mKz 1 056 629 730.

O Banco conseguiu crescer em recursos de clientes, nos primeiros quatro meses de 2024, com a quota de mercado a ultrapassar os 5%, em ambiente de elevada competição e com um crescimento médio das taxas de remuneração, cerca de 1% abaixo do mercado. Este sucesso decorre da aplicação de regras e de normas de conduta comercial que vê de forma abrangente todo o negócio e o envolvimento com o cliente sob uma nova perspectiva, visando um maior equilíbrio entre a relação creditícia e o nível de serviço prestado, com a quota de disponibilidades, tesouraria e transaccionalidade, alocada ao banco, pelos clientes. Apesar dos visíveis resultados da estratégia do Banco para retenção e captação de recursos, os depósitos de clientes registaram uma ligeira quebra de 1,59% comparativamente a 31 de Dezembro de 2023, para mKz 884 196 781, derivada essencialmente da saída de depósitos a prazo em moeda estrangeira, ainda muito ligada à utilização de fundos próprios dos clientes em moeda estrangeira para pagamentos em Kwanzas e transferências internacionais.

O stock total de crédito concedido atingiu o montante de mKz 375 902 590, com um aumento de 2,18% face ao fecho de 2023. Boa parte do crescimento medido no activo do Banco, é reflexo da componente em moeda estrangeira, quer da carteira de crédito, quer da carteira de títulos, que acaba por valorizar sempre que o Kwanza deprecia. Do lado do passivo, o mesmo acontece, com os depósitos em moeda estrangeira.

O rácio de transformação aumentou em 1,48 p.p., passando de 39,33% em 2023 para 42,51%.

O rácio de eficiência (*Cost-to-Income*), que apresenta níveis de elevada eficiência, acabou por subir apenas 4,60 p.p., tendo atingido a cifra de 36,10%, face aos 31,50% ao fecho de 2023, influenciado pelo aumento dos custos de estrutura a partir do último quadrimestre do ano anterior, reflexo da pronunciada depreciação do Kwanza e da forte subida da taxa de inflação.



O rácio NPL (*non-performing loan*) passou de 4,70% em 2023 para 4,30% ao fecho do 1º semestre, em resultado de uma estratégia de preparação do balanço para um ano que se antevê de forte incerteza, sendo a cobertura do crédito em incumprimento, 5,61 vezes face ao crédito vencido por imparidade.

A rentabilidade dos activos e do capital (ROA e ROE) com níveis de 4,22% e de 30,78% respectivamente, representam retornos apreciáveis e dada a sua consistência ao longo dos anos, sustentáveis para o património do Banco, em níveis interessantes para os accionistas e investidores no capital da Sociedade.

O rácio de solvabilidade, apesar dos novos consumos de capital de alguns dos activos, voltou a reforçar-se para 27,12%, devido ao crescimento do Resultado Líquido do semestre.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Dez.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
BALANÇO				
Activo Líquido	1 044 173 305	1 056 629 730	(12 456 425)	-1,18%
Crédito Bruto	375 902 590	367 874 777	8 027 813	2,18%
Títulos e Valores Mobiliários	269 238 813	294 715 744	(25 476 930)	-8,64%
Recursos Totais de Clientes	884 196 781	898 520 128	(14 323 346)	-1,59%
Capitais Próprios	143 095 157	139 024 481	4 070 676	2,93%
Fundos Próprios Regulamentares	138 164 017	117 146 773	21 017 244	17,94%
Rácio de Transformação	42,51%	39,33%		
	Jun.24	Jun.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
ACTIVIDADE				
Margem Financeira	27 743 473	22 774 684	4 968 789	21,82%
Margem Complementar	12 043 557	17 148 270	(5 104 713)	-29,77%
Produto Bancário	39 787 030	39 922 954	(135 924)	-0,34%
Imparidades de crédito	615 932	(1 593 387)	2 209 319	-138,66%
Custos de Estrutura	(14 362 636)	(11 209 940)	(3 152 696)	28,12%
Resultado Líquido	22 024 873	21 568 957	455 916	2,11%
	Jun.24	Dez.23		
RENTABILIDADE				
Return on Assets (ROA)*	4,22%	4,20%		
Return on Equity (ROE)*	30,78%	30,20%		
EFICIÊNCIA				
Cost-to-Income	36,10%	31,50%		
Custos de Estrutura / Activo*	2,75%	2,36%		
Produto Bancário / Número de Colaboradores*	158 199	151 662		
Custos de Estrutura / Número de Colaboradores*	57 108	49 092		
Resultado Líquido / Número de Colaboradores*	87 574	72 128		
ESTRUTURA				
Número de Agências e Centros de Empresas	31	31		
Número de Colaboradores	503	508		
Número de Clientes Activos	48 536	45 879		
Número de ATM activos	94	88		
Número de Cartões Débito	43 919	41 775		
Número de TPA activos	4 168	4 444		
CAPITAL				
Rácio de Solvabilidade	27,12%	26,47%		
Rácio de Imobilizado	12,01%	13,88%		

*Para o apuramento destes indicadores considerou-se o Resultado Líquido a 30 de Junho de 2024, projectado para o fecho do exercício.

Agência	Rating	Outlook	Data	
Moody's	B3	Positivo	Dez 15 2023	↑
Fitch	B-	Estável	Out 30 2023	=
S&P	B-	Estável	Fev 16 2024	=
		2023	2024	
Domodaran Country Risk Premium		11,12%	9,51%	↓





B. Caixa Angola

B. Caixa Angola

O Banco Caixa Geral Angola é uma sociedade anónima de direito angolano que desenvolve um conjunto de actividades financeiras e serviços bancários na República de Angola, oferecendo soluções de crédito e de investimento a empresas e particulares. Historicamente, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) é a marca com maior notoriedade na banca portuguesa, em função da sua solidez e da confiança e fidelização de que beneficia junto dos clientes. O Caixa Angola integra o Grupo CGD, um grupo internacional com presença em 17 países da Europa, América, Ásia e África, sendo de destacar a presença nos países que têm o Português como língua oficial.

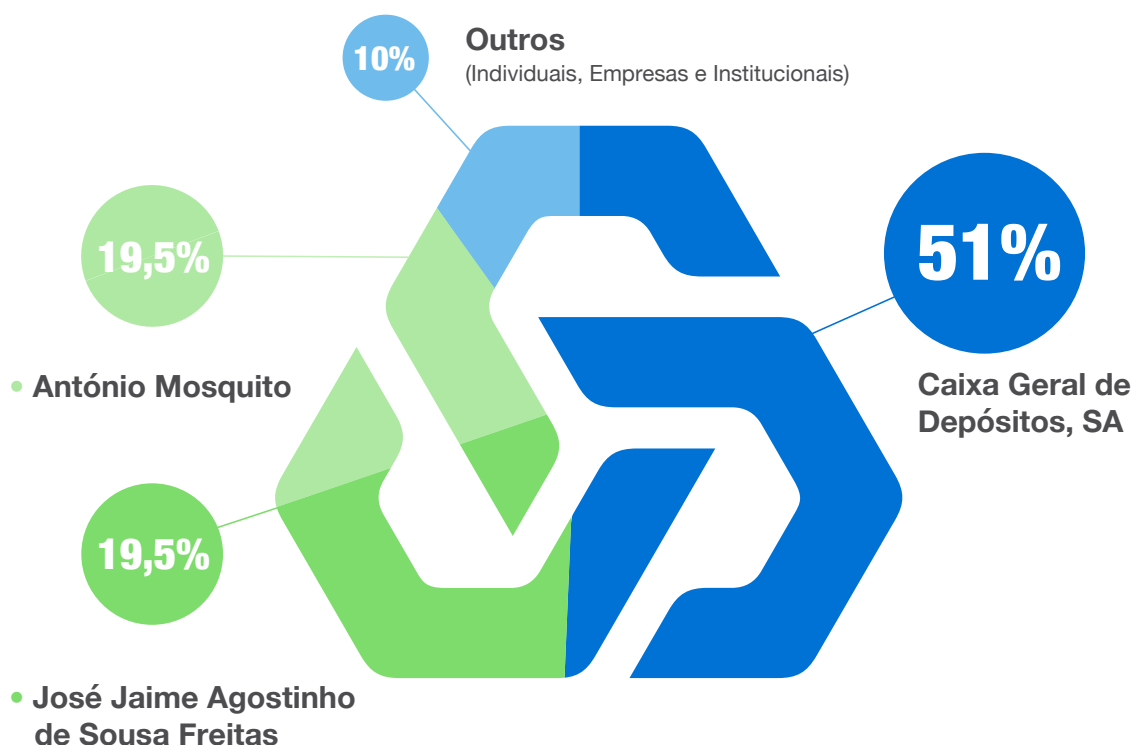
O Banco foi constituído, por tempo indeterminado, em 1 de Julho de 2002, em resultado da transformação da sucursal na República de Angola do então denominado Banco Totta & Açores, S.A. (sucursal aberta em 30 de Abril de 1993, após ser autorizada pelo BNA em 26 de Setembro de 1992) num banco de direito angolano ao abrigo da comunicação do BNA de 15 de Maio de 2002 e da resolução do conselho de ministros de 23 de Fevereiro de 2002, que autorizaram a respectiva constituição. No âmbito desta operação e na sequência da deliberação da comissão executiva do conselho de administração do então Banco Totta & Açores, S.A., de 12 de Junho de 2002, foi transferida a totalidade dos seus activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações afectos à anterior sucursal, para uma sociedade de direito angolano com o nome Banco Totta de Angola. Neste contexto, a sucursal do Banco Totta & Açores, S.A. foi encerrada no dia 30 de Junho de 2002, pelo valor apurado no balancete de encerramento, o qual foi aplicado na realização de 99,98492% do capital inicial do Banco, participação que era detida pelo Banco Santander Totta, S.A. (Banco com sede em Portugal).

Em 2 de Julho de 2009, o Banco passou a designar-se Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. e viu alterada a sua estrutura accionista, que no final deste ano era constituída pela sociedade de direito português Partang, SGPS, S.A. com 51% do capital (a qual por sua vez era detida em iguais partes pela CGD e pelo Banco Santander Totta, S.A.) e pelos seguintes accionistas angolanos: SONANGOL EP com 24% do capital; António Mosquito com 12% do capital; José Jaime Agostinho de Sousa Freitas com 12% do capital; e SONANGOL HOLDINGS com 1% do capital.

Em 8 de Julho de 2015, a sociedade Partang, SGPS, S.A. passou a ser detida a 100% pela CGD e na sequência desta alteração na estrutura accionista, em 22 de Janeiro de 2016, a denominação da Sociedade foi alterada para Banco Caixa Geral Angola, S.A.

Por deliberação tomada pela Assembleia Geral de Accionistas em 17 de Dezembro de 2021, na qual foi aprovada a alienação em bolsa de 25% das acções detidas até então, e em conjunto, pela SONANGOL EP e HOLDINGS no capital do BCGA, o Banco realizou no ano seguinte uma Oferta Pública de Venda, alienando em mercado regulamento as participações sociais detidas pelas duas empresas do grupo SONANGOL, 24% pela SONANGOL EP e 1% pela SONANGOL HOLDINGS.

A estrutura accionista do Banco é actualmente composta por um Accionista maioritário, a Caixa Geral de Depósitos, detentora de 51% do capital social e dos direitos de voto, por dois Accionistas titulares de participação qualificada, António Mosquito e Jaime Freitas, cada um com 19,5% do capital social e dos direitos de voto do Banco. Os restantes 10% do capital social encontram-se dispersos pelo mercado de bolsa entre mais de 850 Investidores individuais, colectivos e institucionais.

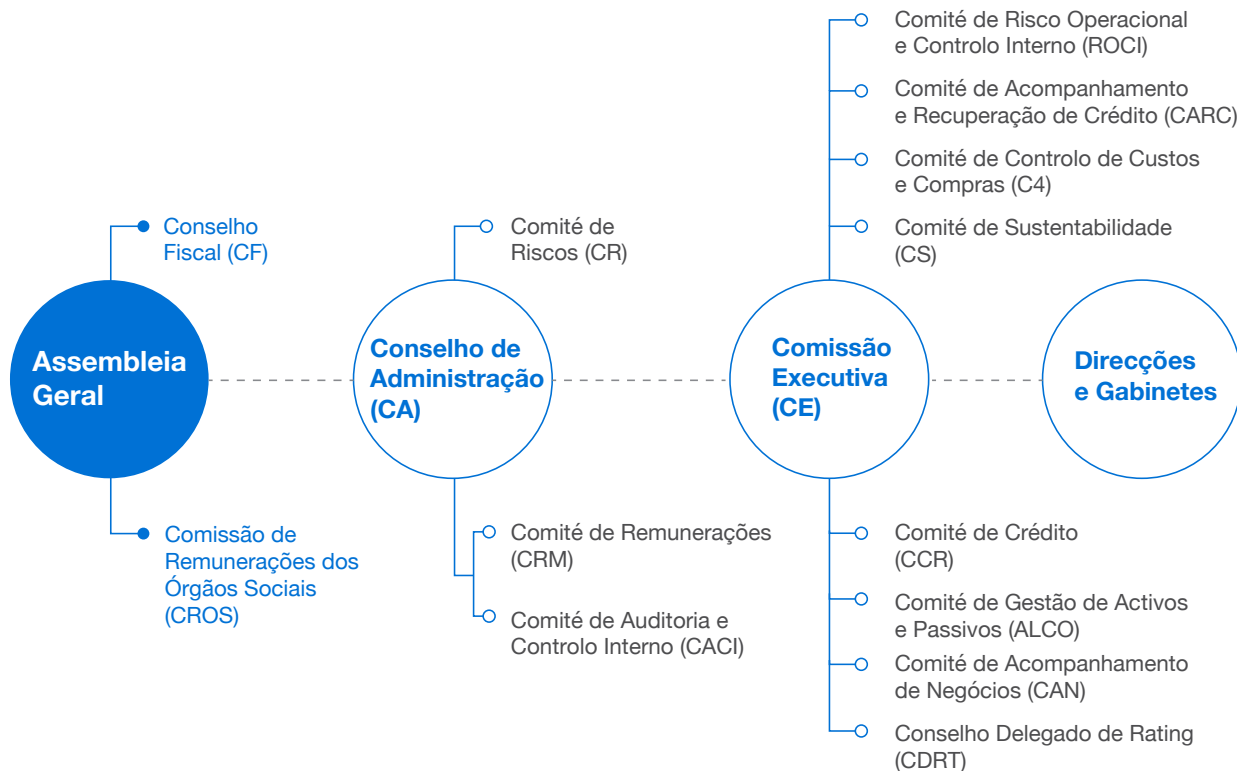


II) Modelo de governo

O modelo de governo societário adoptado pelo Banco é um modelo dualista composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva (com vários comités especializados). O modelo de governo é ainda constituído pelo Conselho Fiscal. Nos termos do Estatuto, a Sociedade possui uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais e três Comités que reportam ao Conselho de Administração: Comité de Auditoria e Controlo Interno, Comité de Riscos e o Comité de Remunerações

De acordo com a estrutura actual do Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico e organização interna da Sociedade. O Conselho de Administração delega numa Comissão Executiva, eleita em Assembleia Geral, os poderes para a gestão corrente dos negócios da Sociedade, regulando a forma de funcionamento deste órgão e a forma de exercício dos poderes delegados. A estrutura do modelo de governação adoptado pela Sociedade consta do organograma *infra*:





Assembleia Geral

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

A Mesa da Assembleia Geral eleita para o triénio 2022-2024, tem a seguinte composição:

- **Presidente:** Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto
- **Vice-Presidente:** Benjamim Adérito da Silva Mosquito M'Bakassy
- **Secretário:** Marília Makeba Figueira

A Assembleia Geral é formada pelos Accionistas com direito de voto sendo as suas deliberações vinculativas para a Sociedade, desde que tomadas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Conselho Fiscal

A fiscalização da actividade social do Banco compete, nos termos dos Estatutos, a um Conselho Fiscal composto por um número ímpar de até 5 membros, maioritariamente independentes em número não inferior a 3, dos quais pelo menos um deverá ser perito contabilista, e eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade.

O Conselho Fiscal do Banco tem actualmente a seguinte composição:

Nelson Efeingue Bernardo – Presidente;

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues – Vice-Presidente;

José Manuel Nunes Liberato – Vogal.

Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), tem a competência de propor à Assembleia Geral a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, nas suas componentes fixa e variável.

No exercício referente aos primeiros seis meses de 2024, a CROS teve a seguinte composição, eleita em Assembleia Geral para o triénio 2022-2024:

1. Caixa Geral de Depósitos, que preside, representada pelo Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria Aguiar;
2. José Jaime de Sousa Agostinho Freitas – Vogal;
3. Fidelidade Angola, Companhia de Seguros S.A., representada pelo Senhor Armando Jorge Aleixo Ferreira Mota.

Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, a gestão e representação do Banco compete ao seu Conselho de Administração, composto por um número ímpar de até 11 administradores, eleitos pela Assembleia Geral, devendo o número de administradores não executivos ser superior ao de administradores executivos (accionistas ou não) e devendo o número de administradores independentes cumprir com o previsto na Lei a cada momento.

A Assembleia Geral escolhe o Presidente do Conselho de Administração, podendo ainda designar um ou mais Vice-Presidentes, de entre os restantes administradores eleitos.

O Conselho de Administração delegou, nos termos da Lei e dos Estatutos, a gestão do Banco numa Comissão Executiva. O Conselho de Administração do BCGA, eleito para o mandato 2022-2024, tem a seguinte composição:

Membros não executivos:

- I. José Manuel Cerqueira – Presidente do Conselho de Administração;
- II. Francisco Ravara Cary – 1.º Vice-Presidente;
- III. Raquel Rute da Costa David Vunge – 2.ª Vice-Presidente;
- IV. Carlos Manuel Amaral de Pinho – 3.º Vice-Presidente;
- V. Miguel Francisco Luís Manuel – Administrador não Executivo;
- VI. Helena Monteiro Jardim – Administradora Independente.

Membros executivos:

- I. João Manuel de Castro Plácido Pires – CEO – Presidente da Comissão Executiva;
- II. Francisco José Rosado dos Santos – CFO;
- III. Manuel Nicolau Diogo – CRO;
- IV. Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva – CCO;
- V. Ana Margarida Bravo Seabra – COO.

João Plácido Pires

1. DRH – Direcção de Recursos Humanos
2. DCF – Direcção de Compras e Facturação
3. DSI – Direcção de Sistemas de Informação
4. SEC – Secretariado
5. DMF – Direcção de Mercados Financeiros
6. GCS – Gabinete de Cibersegurança

Administrador Substituto

1. Francisco Rosado Santos
2. Francisco de Oliveira da Silva
3. Ana Bravo Seabra
4. Francisco Rosado Santos
5. Francisco de Oliveira da Silva
6. Ana Bravo Seabra

Francisco Rosado Santos

1. DPC – Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
2. DCT – Direcção de Contabilidade
3. DRC – Direcção de Riscos de Crédito
4. GAR – Gabinete de Acompanhamento de Recuperação de Crédito
5. GIM – Gabinete de Relação com Investidores e Mercado

Administrador Substituto

1. João Plácido Pires
2. Ana Bravo Seabra
3. Ana Bravo Seabra
4. Manuel Nicolau Diogo
5. João Plácido Pires

Manuel Nicolau Diogo

1. DCO – Direcção de Compliance
2. DGR – Direcção de Gestão do Risco

Ana Bravo Seabra

1. DOQ – Direcção de Organização e Qualidade*
2. GAJ – Gabinete de Assessoria Jurídica
3. DSO – Direcção de Suporte Operacional
4. GPS – Gabinete de Património e Segurança
5. GCM - Gabinete de Comunicação e Marca

Francisco de Oliveira da Silva

1. DPN – Direcção de Particulares e Negócios
2. DBE – Direcção de Banca de Empresas
3. DEP – Direcção de Empresas e Petróleos
4. GAE – Gabinete de Acompanhamento e Estruturação
5. DMK – Direcção de Marketing
6. DGD - Direcção de Gestão à Distância

Administrador Substituto

1. Ana Bravo Seabra
2. Ana Bravo Seabra

Administrador Substituto

1. João Plácido Pires
2. João Plácido Pires
3. Francisco de Oliveira da Silva
4. Manuel Nicolau Diogo
5. João Plácido Pires

1. Ana Bravo Seabra
2. Francisco Rosado Santos
3. Francisco Rosado Santos
4. Francisco Rosado Santos
5. João Plácido Pires
6. Ana Bravo Seabra

III) Modelo e evolução do negócio

O Caixa Angola posiciona-se como uma Instituição Financeira de confiança, direccionada para o segmento de médias e grandes empresas e para o mercado de particulares de classe alta e média-alta, tirando proveito do facto de poder contar com uma grande presença internacional e colocando os seus clientes e parceiros no centro da sua actividade, com uma aposta forte em sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais, investindo cada vez mais no desenvolvimento sustentável, na responsabilidade social dentro do ecossistema em que está inserido.

O Banco obtém, no desenvolvimento da sua actividade, recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O BCGA presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações, inclusivamente em moeda estrangeira.

O volume de negócios do Banco ascendeu, nos primeiros seis meses do ano, a mKz 1 260 099 372, tendo registado uma queda de 0,5% em relação a Dezembro de 2023, influenciada sobretudo por mobilizações antecipadas de depósitos a prazo em moeda estrangeira e pela utilização de fundos próprios dos clientes em moeda estrangeira para pagamentos em moeda nacional e transferências internacionais. A eficiente utilização do capital, privilegiando activos de risco em moeda estrangeira, face a activos de risco em moeda nacional, permitiu ao Banco potenciar o benefício acrescido pela variação cambial.



Em moeda nacional, o volume de negócios cresceu 8,02% (mKz 52 318 548) em relação ao período homólogo, ficando acima do orçamento para o período em referência em mais de 40,27%. Em moeda estrangeira, houve uma quebra de cerca de 9,54% face ao período homólogo (mKz 58 614 082), resultando no cumprimento do orçamento em 77,95%, muito impactado pela forte utilização dos fundos próprios dos clientes em moeda estrangeira, por conta da escassez de divisas para atender às necessidades e responsabilidades no mercado local em moeda nacional.

Ao fecho do 1º semestre de 2024, o saldo da carteira de crédito ascendia a mKz 375 902 590, 57% correspondia a moeda nacional e 43% a moeda estrangeira. O crédito em moeda estrangeira foi impactado negativamente pela descida do Indexante, com a Luibor sem qualquer aderência às reais condições de mercado para prazos acima do *Overnight*, e em contraciclo com as taxas de juro passivas excessivamente elevadas no mercado, implicando uma pressão cada vez maior para manutenção da taxa de margem do Banco. A produção de crédito de Janeiro a Junho de 2024 foi de mKz 21 679 653, sendo que, do total da produção, 63,3% correspondia a financiamentos de médio e longo prazo, um crescimento suportado em grande medida por operações de crédito ao consumo.

Apesar dos visíveis resultados da estratégia do Banco para retenção e captação de recursos, os depósitos de clientes no 1º semestre de 2024 registaram uma ligeira quebra de 1,59% face a Dezembro de 2023, de mKz 898 520 128 para mKz 884 196 781, com uma distribuição bastante equilibrada entre a moeda nacional (55,65%) e estrangeira (44,35%).

No que se refere à quota de mercado do BCGA, ao nível do crédito, o Banco detém uma quota de 4,7% (-0,9 p.p que em Dezembro de 2023), ao nível dos depósitos detém uma quota de 5,1% (sem alteração face a Dezembro de 2023), com uma quebra de 0,4 p.p. depois de ter atingido a quota de 5,5% em Março de 2024. Ao nível do total do volume de negócios detém uma quota de 5,00% (-0,17 p.p do que em Dezembro de 2023).

Num contexto de mercado cambial com cada vez menor volume de divisas disponíveis para venda a clientes, o BCGA conseguiu preservar a sua quota de mercado, mantendo a sua posição de destaque no segmento de venda de divisas. As operações de *Trade Finance*, fixaram-se em mKz 240 139 116 no fecho do semestre, tendo-se registado uma queda nos volumes e no número de operações na ordem dos 50,1% e 41,0%, respectivamente. Importa destacar o crescimento das comissões de Operações de Pagamento ao Exterior (OPE) e Crédito Documentário de Importação (CDI), positivamente impactado pela estabilidade do câmbio ao longo do semestre, após a forte depreciação cambial ocorrida em meados em 2023.

A carteira de Dívida Pública do BCGA decresceu 8,55% (mKz 25 591 584) para mKz 273 781 001, face a Dezembro de 2023, pela dificuldade em encontrar instrumentos a preço equilibrado e racional para reinvestir a dívida que venceu.



Observou-se uma forte dinâmica no crescimento das comissões líquidas, atingindo, estas, a marca de mKz 8 163 624 com as comissões de *Trade Finance* a representar 68,87% desta rubrica, um crescimento quase duas vezes superior (164,87%) face ao período homólogo. As comissões de cartões de crédito atingiram os mKz 303 449, um crescimento de 76,22% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A continuidade de investimento na expansão da rede de *ATM Centers*, tem sido fundamental para o aumento do comissionamento do Banco, medida importante para captação de um número maior de clientes e consequentemente, de um número maior de transacções realizadas em ATM. O Banco tem actualmente em operacionalização 5 *Kiosks* Caixa Angola, com um total de 19 máquinas (ATM/MDA) e um parque total de 100 máquinas (ATM/MDA).

O crescimento do comissionamento em ATM e TPA, resultante do investimento na expansão da rede de *ATM Centers*, com a inauguração dos *Kiosks* Caixa Angola, fundamental para a captação de clientes e consequentemente, de um número maior de transacções realizadas no sistema da EMIS, a uma tarifa de levantamento duas vezes superior à do ano anterior.

Quanto aos TPA, comparativamente ao período homólogo, o mercado financeiro registou um crescimento de 14% no parque total. O BCGA, por seu turno, registou um crescimento de 10%.

No 1º Semestre de 2024 foram captados 4 955 novos clientes, elevando o número de clientes activos do Banco para 48 536 e de clientes totais para 89 346.

Com o objectivo de aumentar o *cross-selling* e o volume de comissões, bem como a fidelização de clientes, manteve-se a aposta na dinamização da venda de seguros e a capacitação das equipas, tendo-se concretizado a venda de 800 apólices, que correspondem a mKz 1 155 740 em prémios.

Relativamente às campanhas de depósitos a prazo, terminou em Janeiro de 2024 a campanha do DP Especial Ano Novo, tendo sido captados mKz 17 429 290. Terminou, no final de Março 2024, a campanha do DP Antecipa, tendo sido possível captar um total de mKz 22 662 540. Para o encerramento do 1º Semestre de 2024, foram lançadas em Abril, as campanhas de DP Aniversário BCGA e DP Serra da Leba, tendo sido possível captar e reter até Junho, um total de mKz 32 103 109 e mKz 52 392 712, respectivamente.

Relativamente à rentabilidade do negócio, as Direcções Comerciais contribuíram em 93,14% (mKz 25 838 965) para a margem financeira do Banco.

Os resultados de comissões líquidas fixaram-se em mKz 8 163 624 e o produto bancário comercial em mKz 33 743 242.



A tabela seguinte apresenta os principais produtos disponibilizados pelo BCGA.

		Particulares	Empresas
Contas	Conta de Depósito à Ordem Caixa Angola	✓	✓
	Conta Fácil	✓	
	Super Conta Ordenado	✓	
	Contas Simplificadas	✓	
	Conta à Ordem Escrow Caixa Angola	✓	✓
	Gestão Integrada de Tesouraria		✓
Depósitos a Prazo	DP Aniversário	✓	✓
	DP Antecipa	✓	✓
	DP Serra da Leba	✓	✓
	DP Caixadirecta	✓	✓
	DP Especial 180 Dias	✓	✓
	DP Poupança Fácil	✓	
	DP Negociado	✓	✓
	DP Garantido (MN/ME)	✓	✓
	DP Rendimento Crescente	✓	✓
	DP Rendimento Mensal	✓	✓
	DP Kwanza Tesouraria		✓
Crédito	Crédito à Habitação	✓	
	Crédito à Habitação ao abrigo do Aviso BNA n.º 09/03	✓	
	Crédito Pessoal	✓	
	Leasing Caixa Angola	✓	✓
	Leasing ESG Automóvel Caixa Angola	✓	✓
	Leasing ESG Painéis Solares Caixa Angola	✓	✓
	Descoberto Bancário Autorizado	✓	✓
	Crédito Garantido	✓	✓
	Crédito à Construção ao abrigo do Aviso BNA n.º 09/03		✓
	Contas Correntes Caucionadas		✓
	Crédito Geral Mútuo		✓
	Credimini – Campanha Agrícola		✓
	Credimini – Apoio a Agricultura e à Economia Real		✓
	Credimais – Apoio a Agricultura e à Economia Real		✓
	CredInvest - Apoio ao Investimento		✓
Trade Finance	Remessas Documentárias de Importação		✓
	Remessas Documentárias de Exportação		✓
	Créditos Documentários de Exportação		✓
	Créditos Documentários de Importação		✓
	Garantias Bancárias	✓	✓
Cartões	Cartão de Débito Multicaixa	✓	✓
	Cartão de Crédito Caixa Angola Classic	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola Gold	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola TAP Gold	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola Business Classic		✓
	Cartão de Crédito Caixa Angola Business Gold		✓
	Cartão Pré-Pago Cuia Multicaixa	✓	
	Cartão Pré-Pago Cuia Visa	✓	
Prestação de Serviços	Garantias Prestadas	✓	✓
	Serviços de Pagamentos Online (SPO)		✓
	Processamento de Salário		✓
	Serviços Recolha e Entrega de Valores		✓
	Terminal de Pagamento Automático (TPA)		✓
	Pagamento de Serviços por Referência		✓
	Caixadirecta Angola	✓	✓

IV) Gestão dos riscos

O Banco tem vindo a implementar estratégias e políticas de gestão de risco destinadas a atingir um equilíbrio da relação do risco face à rentabilidade, tendo um nível de apetência pelo risco baixo, de acordo com os indicadores, limites de tolerância e perfil de risco definido pelo seu Conselho de Administração.

O modelo de gestão de risco do BCGA tem por base uma estrutura organizativa clara, em que todas as unidades de negócio participam de forma estruturada no reporte e na medição dos riscos decorrentes de factores externos e internos que impactam a actividade do Banco, sendo asseguradas pela sua Direcção de Gestão de Risco e pelos comités especializados de apoio ao Conselho de Administração.

As actividades desenvolvidas no âmbito do modelo de gestão de risco do BCGA incluem a identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação de riscos actuais e potenciais.

De acordo com a estrutura da Sociedade, o Conselho de Administração é o órgão responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco.

A gestão global do risco no BCGA assenta no “modelo base” de governação, que respeita as melhores práticas nesta matéria e que se encontra alinhado com o Aviso n.º 01/22, emitido pelo BNA.

O processo integrado de gestão de risco é baseado numa estrutura organizativa da Função de Gestão do Risco, implementada de forma transversal pelo Grupo CGD. A gestão integrada dos riscos é suportada por processos destinados à recolha, tratamento, agregação e reporte de informação sobre o risco, definidos de forma padronizada e transversal às diferentes categorias de risco.

A Política de Gestão do Risco do Banco assenta num conjunto de princípios base, onde se destacam:

1. **Princípio da Solvabilidade** – permite conferir a solidez adequada ao balanço, de modo a suportar perdas inesperadas;
2. **Princípio da Rendibilidade e Liquidez** – visa assegurar os meios líquidos necessários à continuidade e à evolução do negócio perante eventos de risco adversos;
3. **Princípio da Sustentabilidade** – através do desenvolvimento da actividade orientada por princípios éticos e geradores de valor para a sociedade em que nos inserimos.

A gestão integrada dos riscos é baseada na identificação e avaliação dos riscos financeiros e não-financeiros do Banco, bem como na implementação de abordagens de gestão, controlo e comunicação, diferenciadas em função da relevância de cada tipologia de risco e respectivos factores.

Todos os riscos materiais do BCGA são desta forma:

- Objecto de procedimentos dedicados de monitorização e controlo, numa perspectiva individual e integrada (isto é, monitorizados e controlados quanto às posições específicas de risco e quanto à posição agregada dos diferentes riscos);
- Controlados através de métricas, níveis de tolerância e limites de risco específicos.

A implementação e monitorização de uma estrutura de métricas e limites de risco tem como objectivos:

- Definir as fronteiras, no contexto dos riscos incorridos ou a incorrer na implementação da estratégia de negócio, limitando a tomada aos tipos, aos montantes e às concentrações de risco, conforme especificados na apetência pelo risco;
- Envolver as áreas de negócio no processo de gestão de risco, comunicando-lhes quais os objectivos de risco, definidos pelo Conselho de Administração, que limitam a realização das actividades de negócio;
- Estabelecer metas e indicadores que permitam, de forma preventiva, identificar a deterioração das exposições e esboçar medidas correctivas.

O BCGA adoptou uma estrutura de gestão de riscos e controlo interno baseada no modelo das “Três linhas de defesa”, que visa essencialmente diferenciar as responsabilidades de cada uma das áreas no controlo e na gestão do risco a que o Banco se encontra exposto por via da sua actividade. Este modelo distingue três grupos (linhas) envolvidos na gestão de risco:

- **Primeira linha de defesa (gestão operacional)** – Deve assegurar diariamente a execução e supervisão dos procedimentos de gestão de risco e de controlo interno. Identificar, avaliar, controlar e mitigar riscos, acompanhando o desenvolvimento e implementação de políticas internas e de procedimentos, de forma a garantir que os objectivos propostos para as actividades desenvolvidas são alcançados;
- **Segunda linha de defesa (gestão de risco)** – compete às Direcções de Gestão de Risco e de Compliance, enquanto segundas linhas de defesa, garantir o controlo e a adequação das políticas de suporte à gestão, definir funções, responsabilidades e objectivos para implementação. A segunda linha de defesa deve fornecer uma gestão estrutural, identificar problemas e insuficiências conhecidas e emergentes, identificar alterações na apetência pelo risco implícita da Instituição e suportar o órgão de gestão no que respeita ao desenvolvimento de processos e controlos para gerir riscos e questões relacionadas;
- **Terceira linha de defesa (auditoria interna)** – compete à Direcção de Auditoria Interna (DAI) proporcionar ao Órgão de Administração, ao Órgão de Fiscalização e aos Órgãos de Estrutura,

uma avaliação independente e objectiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo interno, contribuindo para a salvaguarda do valor, solvência e reputação do BCGA. A DAI reporta ao Comité de Auditoria e Controlo Interno e mantém linhas de reporte directo com o Órgão de Administração e com o Órgão de Fiscalização, bem como com a Função de Auditoria Interna do Grupo. Neste contexto, a terceira linha de defesa monitoriza e avalia as acções de gestão do risco e controlo interno da primeira e segunda linha de defesa.

O Perfil de Risco compreende uma perspectiva actualizada da linguagem comum e do entendimento dos tipos e níveis de risco que o Banco está disposto a aceitar para concretizar os objectivos estratégicos, requisitos regulatórios e objectivos acordados com os seus Accionistas. O mesmo materializa-se no conjunto de declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Estes princípios estão alinhados com a estratégia de negócio do BCGA e com o entendimento da relação retorno/risco daí resultante.

O nível de apetência pelo risco do BCGA é baixo, encontrando-se alinhado com a estratégia definida pela sua Administração, sendo anualmente efectuada a autoavaliação do perfil de risco no âmbito do exercício de ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment*).

Para a devida gestão do risco ao longo dos exercícios, o Banco deverá:

1. Garantir níveis adequados de solvência e liquidez;
2. Assegurar a sustentabilidade a longo prazo;
3. Adoptar práticas de excelência na gestão do risco.

A prossecução destes objectivos implica que o Banco:

1. Mantenha a solidez de capital, através de uma avaliação regular do balanço;
2. Mantenha um nível de capital acima das exigências regulatórias, garantindo um *buffer* em linha com as expectativas de mercado, tanto em cenários normais como em cenários adversos;
3. Continue a assegurar uma posição de liquidez estável, sólida e segura, capaz de suportar cenários adversos;
4. Mantenha estável a capacidade de financiamento e níveis adequados de *buffers* de liquidez, através de uma abordagem orientada ao mercado, que permita adaptar a estrutura do balanço às circunstâncias existentes;
5. Melhore na eficiência operacional e na gestão dos riscos (em particular os que estão ligados ao crédito) que possam pôr em causa a execução da estratégia do Banco;
6. Mantenha a identidade de um banco comercial, que capta depósitos e financia a economia e as famílias;

7. Prossiga com uma estrutura simples e transparente, assente numa infraestrutura moderna, para proporcionar elevados níveis de satisfação aos clientes e minimizar o risco operacional;
8. Reforce a governação e as funções de gestão e controlo de risco, garantindo que estão ao nível das melhores práticas do mercado, contribuindo, desta forma, para uma maior confiança dos diversos *stakeholders*;
9. Opere de acordo com princípios sólidos de gestão de risco, com um modelo de Governo efectivo e com políticas que assegurem o cumprimento das leis e da regulação, garantindo o pleno alinhamento com as directrizes internacionais.

O Banco tem definida uma taxonomia de riscos e uma categorização dos diferentes riscos e dos seus factores, que permitem avaliar, agregar e gerir riscos, de uma forma consistente, através de uma linguagem e mapeamento de risco consistentes. A Taxonomia tem o objectivo de ser um conjunto de categorias de risco abrangente, único e estável, utilizada em toda a organização. A Taxonomia é composta pelas seguintes categorias de risco:

- **Risco Estratégico e de Negócio:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objetivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário;
- **Risco de Solvência:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de mudanças nos quadros regulatórios ou fiscais, incluindo o risco de desalinhamento entre a adequação de capital e o perfil de risco;
- **Risco de Liquidez:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de insuficiência de liquidez para sobreviver a um evento adverso, seja este específico ou de origem sistémica;
- **Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária (IRRBB):** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de movimentos adversos em instrumentos financeiros, incluindo risco de refixação da taxa de juro, risco de base e risco de opção;
- **Risco de Crédito:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros para com a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior;
- **Risco de Mercado:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, causados, em particular, por flutuações nas taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções ou preços de *commodities*, incluindo movimentos adversos das taxas de câmbio e respectivo impacto na posição cambial;

- **Risco Operacional:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos ineficazes de tomada de decisão, recursos humanos insuficientes ou inadequados, ou inoperabilidade da infraestrutura;
- **Risco de Tecnologias de Informação:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de tecnologia desajustada ou defeituosa que possa comprometer a disponibilidade, integridade, acessibilidade e segurança de infraestruturas e dados;
- **Risco de Compliance:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de violações ou não conformidade com leis, regulamentos, acordos, relacionamento com clientes, práticas prescritas ou padrões éticos, que possam resultar em penalizações legais, restrição de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou incapacidade de aplicar obrigações contratuais;
- **Risco Reputacional:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da percepção adversa da imagem da Instituição financeira por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, devido a acções da empresa ou dos seus funcionários.

O Banco identificou os seguintes riscos, como os principais, para a sua actividade no primeiro semestre de 2024:

1. Risco de Solvência

O rácio de solvabilidade do Caixa Angola, situa-se muito acima do limite mínimo regulamentar de 8% exigido. No primeiro semestre de 2024, fixou-se em 27,1%, evidenciando um alto nível de capitalização. Este risco é materialmente relevante para o BCGA, no entanto a sua classificação quanto à probabilidade de ocorrência mantém-se considerada "Algo material" e "Não Emergente", devido ao facto de o Banco apresentar níveis de capital bastante confortáveis, capazes de resistir a cenários adversos.

2. Risco de Crédito

A carteira de crédito do BCGA registou no primeiro semestre de 2024 um aumento expressivo de 2% face ao fecho de 2023. O Caixa Angola manteve uma política de apoio e de financiamento à economia dentro do quadro possível e da liquidez disponível, bem como com a recuperação do crédito em incumprimento (NPL). O Banco manteve, ao longo do exercício, o foco na redução da carteira NPL e na antecipação de situações que pudessem originar possíveis incumprimentos. As características da carteira de crédito do Banco, pequena e com exposição considerável para algumas operações/clientes, permitem um melhor conhecimento dos clientes e acompanhamento das situações de forma mais direccionada. Com estas acções foi possível a manutenção deste indicador



abaixo dos 7%, tendo fechado o primeiro semestre de 2024 em 4,3%, uma recuperação moderada de 0,4 pp em relação ao fecho de 2023.

3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é um dos riscos financeiros materialmente relevante e de acompanhamento tempestivo. No primeiro semestre de 2024 a estrutura de financiamento uma composição em que os depósitos à ordem representam 62% e os depósitos a prazo representam 38%. Contudo, a evolução histórica mostra que o Caixa Angola apresenta uma estrutura de financiamento estável, quer pela base sólida de depositantes, quer pelas linhas de financiamento disponíveis no mercado. Adicionalmente o Banco tem essencialmente um gap de liquidez equilibrado entre os fluxos de pagamentos e recebimentos, e apresenta rácios de liquidez a 1 Mês e 12 Meses acima dos 110% garantindo conforto na gestão da liquidez. Numa perspectiva da evolução da carteira de depósitos por moeda verificou-se um aumento dos depósitos em kwanzas, enquanto em USD registou-se redução. Por outro lado, o banco apresenta na sua estrutura de balanço, um *mismatch* reduzido.

4. Risco de Taxa de Juro

O Caixa Angola apresenta uma estabilidade em relação à exposição ao risco de taxa de juro. Por um lado, a estrutura de taxa de juro mantém-se estável ao nível do balanço e, por outro lado, o grosso da carteira de crédito tem um período de *repricing* até um ano. Estes factores permitem que o Banco mantenha um gap de taxa de juros bastante moderado nas diferentes maturidades, resultando numa duração efectiva do balanço bastante baixa. O Banco tem um mix na carteira de activo equilibrado entre taxas fixas e variáveis. O passivo é composto essencialmente por taxas fixas, o que permite o acompanhamento das taxas de mercado, anulando desta forma o *mismatch* entre taxas activas e passivas. Por outro lado, o gap de *repricing* acumulado apresentou-se sempre positivo ao longo do ano, com um gap do período e um gap de duração muito próximo de zero.

5. Risco Cambial

O Banco tem no seu balanço posições denominadas em dez moedas estrangeiras, com uma maior exposição ao Dólar Norte-Americano e ao Euro, de sinal inverso, anulando grande parte da posição cambial líquida, dada a correlação de médio prazo muito positiva, entre o USD/Kz e o EUR/Kz, mantendo-se as posições noutras moedas em níveis com pouca expressividade.

O Banco apresentou no primeiro semestre de 2024 uma posição cambial líquida global dentro dos limites regulamentares (10% dos fundos próprios regulamentares), sem qualquer incumprimento, gerindo a posição muito próximo de 5%. Ainda assim, o risco cambial mantém a materialidade numa perspectiva prudencial. O risco cambial continua a ser acompanhado de forma tempestiva, nas suas diferentes fases de identificação e análise do risco, com o objectivo de garantir o cumprimento dos limites regulamentares, com vista à prevenção de potenciais perdas resultantes do câmbio entre

divisas. Por outro lado, encontram-se definidos e formalizados, no quadro da apetência pelo risco, limites para indicadores cambiais, designadamente, limite para a posição cambial aberta, limite para a posição cambial em USD e limite para o VAR (*Value At Risk*) da posição cambial.

6. Risco Operacional

O Banco mantém o reforço no modelo de gestão de risco operacional nas componentes: Identificação, Avaliação, Monitorização, Comunicação e Mitigação.

A metodologia implementada encontra-se suportada num modelo de governação corporativo, em limites de apetência pelo risco e em várias ferramentas (e.g., registo de eventos, autoavaliação dos processos, indicadores de risco), tendo como objectivos a identificação de planos de acção, a minimização das perdas e a optimização dos requisitos de fundos próprios.

7. Risco Climático e Ambiental

No primeiro semestre de 2024, o Caixa Angola passou a fazer o acompanhamento e reporte do risco climático e ambiental. Os indicadores acompanhados são reportados trimestralmente no Relatório Integrado de Risco. Do acompanhamento efectuado, destacam-se as seguintes constatações:

- Das indústrias intensivas em GEE (Gases de Efeito de Estufa), o BCGA está mais exposto a receitas provenientes do comércio grossista e a retalho (37%), seguido pelas indústrias extractivas (25%);
- Em relação à afectação aos sectores relevantes para a Política Climática (CPRS – Climate Policy Relevant Sectors), o BCGA detém 50% das suas exposições a Instituições Não Financeiras afectadas negativamente. Estes sectores produzem ou utilizam combustíveis fósseis e/ou são mais intensivos em energia, o aumento dos custos do carbono ou da energia podem afectar os custos de produção e, abaixo de 1% da exposição a sectores com incerteza de impacto, sectores esses, que podem não ser directamente afectados por choques na taxa de carbono ou nos preços de energia, mas podem ser indirectamente afectados por impactos em sectores mais expostos às consequências da transição;
- Angola está mais exposta a riscos associados a inundações pluviométricas. Mais de 99% da carteira do BCGA está exposta a zona de eventos climáticos agudos, como cheias. Menos de 1% da carteira está exposta a eventos crónicos, como a seca.



C. Actividade e informação financeira

C. Actividade e informação financeira

I) Enquadramento económico-financeiro

Incerteza e eleição são duas palavras-chave para o desenrolar das situações no mundo em 2024. A nova ronda de conflitos na Palestina, o desenvolvimento da crise na Ucrânia e a recuperação da economia global são as principais razões por detrás das principais incertezas. O ano de 2024 é também um “ano eleitoral global”, com eleições importantes em quase 80 países, que representam pouco mais da metade da população mundial (mais de 2 biliões de pessoas). Os resultados eleitorais terão impacto significativo não só nestes países, mas também no panorama regional e global dos próximos anos.

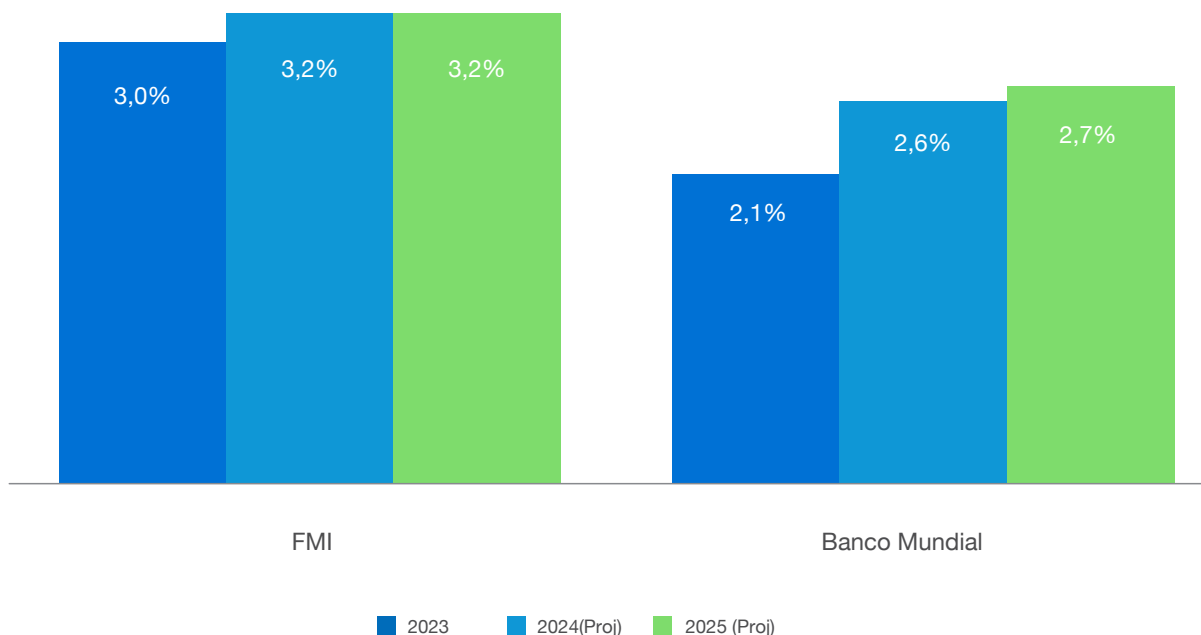
O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o crescimento económico mundial abrande em 2024 devido a vários factores, incluindo o aumento das tensões geopolíticas, as revisões em baixa para a Zona Euro, os potenciais riscos de abrandamento global decorrentes da desaceleração do crescimento da China e a volatilidade dos preços dos produtos de base no contexto de choques climáticos e geopolíticos.

As previsões de referência, publicadas no *World Economic Outlook* (WEO) de Abril, apontam para que a economia global continue a crescer a um ritmo semelhante ao de 2023, durante 2024 e 2025, isto é, muito abaixo da média histórica. O crescimento ficará em torno dos 3,2% em 2024 antes de aumentar para os 3,5% em 2025, face aos anteriores 3,1%, com a inflação global mediana a diminuir de 2,8% no final de 2024, para 2,4% no final de 2025, tendo como principal motor de crescimento o excepcional desempenho recente dos Estados Unidos da América.

O Banco Mundial (BM) reviu em Junho as suas projecções para o crescimento mundial face às previsões apresentadas em Janeiro de 2024, apontando para uma revisão para cima na projecção do crescimento mundial para 2024, passando de 2,4% para 2,6%. Para 2025, não houve, entretanto, qualquer alteração, ficando em 2,7% (mesmo percentual de crescimento projetado para 2026). A expectativa para 2024, é que pela primeira vez em três anos, a economia global se estabilize, embora num nível considerado baixo, com base em padrões históricos recentes.

Em termos gerais, prevê-se que as economias em desenvolvimento cresçam 4%, em média, entre 2024 e 2025, ou seja, a um ritmo mais lento do que o verificado em 2023. O crescimento nas economias de renda baixa deve acelerar para 5% em 2024, em comparação com 3,8% em 2023. No entanto, as previsões de crescimento para 2024 reflectem as regressões observadas em três de cada quatro economias de renda baixa desde Janeiro. Nas economias avançadas, o crescimento deve permanecer estável em 1,5% em 2024, antes de subir para 1,7% em 2025.

CRESCIMENTO MUNDIAL EM 2024 E 2025 (PROJ)



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* – Abril 2024; World Bank, *Global Economic Prospects* – Junho 2024

O FMI sustenta a sua perspectiva de aceleração da economia mundial em 2024 e 2025, em particular, pelo forte crescimento da economia dos Estados Unidos (EUA) e em muitas economias de mercados emergentes, com o consumo doméstico, os investimentos empresariais e a melhoria nas cadeias de suprimentos nos EUA a impulsionarem este crescimento, apesar de persistirem alguns desafios, como as tensões geopolíticas, o risco de fragmentação da economia mundial, os problemas de dívida pública e a desaceleração da produtividade.

Taxas de Crescimento Global (%)	2022	2023	2024	2025
PIB MUNDIAL	3,5	3,2	3,2	3,2
Economias avançadas	2,6	1,6	1,7	1,8
Estados Unidos da América	2,1	2,5	2,7	1,9
Zona Euro	3,3	0,4	0,8	1,5
Alemanha	1,8	-0,3	0,2	1,3
França	2,5	0,9	0,7	1,4
Itália	3,7	0,7	0,7	0,7
Espanha	5,8	2,5	1,9	2,1
Portugal	6,8	2,3	1,7	2,1
Japão	1,0	1,9	0,9	1,0
Reino Unido	4,1	0,1	0,5	1,5
Canadá	3,4	1,1	1,2	2,3
Outras economias avançadas	3,1	1,8	2,0	2,4
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4,1	4,3	4,2	4,2
Ásia Emergente e em Desenvolvimento	4,5	5,6	5,2	4,9
China	3,0	5,2	4,6	4,1
Índia ²	7,2	7,8	6,8	6,5
ASEAN-5	5,5	4,1	4,5	4,6
Europa Emergente e em Desenvolvimento	0,8	3,2	3,1	2,8
Rússia	-2,1	3,6	3,2	1,8
América Latina e Caribe	4,1	2,3	2,0	2,5
Brasil	2,9	2,9	2,2	2,1
México	3,9	3,2	2,4	1,4
Médio Oriente e Ásia Central	5,6	2,0	2,8	4,2
Arábia Saudita	8,7	-0,8	2,6	6,0
África Subsaariana	4,0	3,4	3,8	4,0
Nigéria	3,3	2,9	3,3	3,0
África do Sul	1,9	0,6	0,9	1,2
Angola	2,4	0,5	2,6	3,1

Fonte: FMI, WEO, Abril 2024.

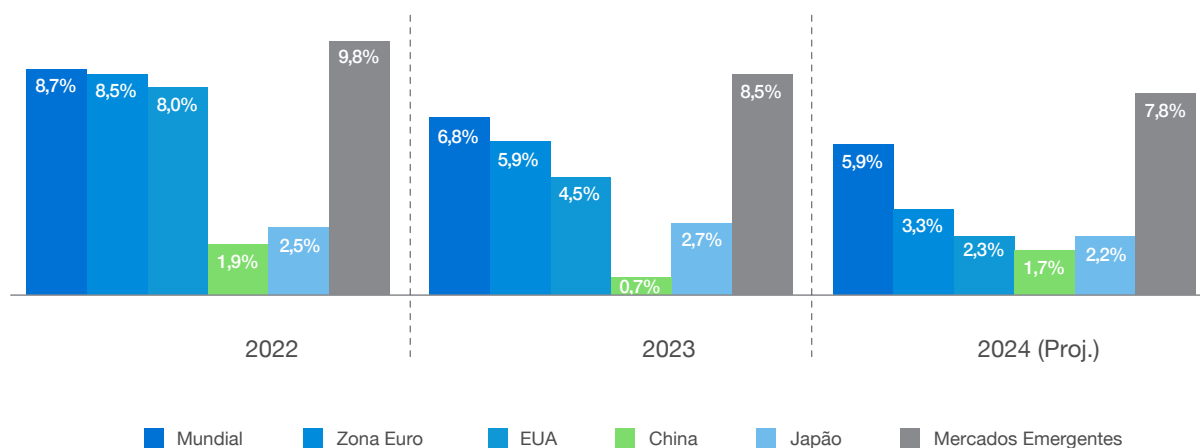
A inflação global deverá recuar para 3,5% em 2024 e 2,9% em 2025, mas o ritmo de queda será mais lento do que se previa no relatório anterior do Banco Mundial. A desaceleração da inflação mundial dá sinais de abrandamento, reflexo da dinâmica da inflação dos serviços, que está a amenizar o impacto positivo da redução da inflação de bens. Como resultado, a expectativa é que muitos bancos centrais mantenham a cautela na redução das taxas de juro oficiais. É provável que as taxas de juro globais permaneçam elevadas em comparação aos padrões das últimas décadas, com uma média de cerca de 4% entre 2025 e 2026, aproximadamente o dobro da média de 2000 a 2019.



Com a inflação projectada para continuar a diminuir em direcção às metas e as expectativas de inflação a longo prazo a permanecerem ancoradas, espera-se que as taxas directoras dos bancos centrais nas principais economias avançadas comecem a diminuir no segundo semestre de 2024.

O Banco Central Europeu (BCE) conseguiu um progresso significativo, baixando a inflação da Zona Euro de 10,6% para perto de 2% em menos de um ano e meio. A inflação atingiu 2,4% em Novembro de 2023 e chegou a 2,6% em Maio de 2024, ligeiramente acima do esperado, podendo-se esperar um ciclo de corte de juros no 2º semestre de 2024, de cerca de 25 pontos base. Apesar da queda da inflação, a economia continua praticamente estagnada há um ano e à beira da recessão.

GRÁFICO 1
Inflação (2022-2024)



Nos mercados das commodities energéticas, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) manteve sua previsão em alta na procura global por petróleo em 2024, em 2,2 milhões de barris por dia (bpd), segundo relatório mensal publicado em Julho de 2024. O cartel estima que a procura mundial para o 2º semestre de 2024 aumentará em 2,3 milhões de bpd, impulsionada por viagens e turismo e um acréscimo de 1,8 milhão de bpd para 2025.

Em relação à oferta de petróleo entre países fora da OPEP+, a organização mantém previsão de avanços de 1,2 milhões de bpd neste ano e de 1,1 milhão de bpd em 2025.

Os preços médios de petróleo reduziram, devido a factores ligados ao aumento da oferta, destacando-se o aumento das exportações russas, assim como a expectativa de uma menor procura, resultado da manutenção de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais e das incertezas em torno da economia chinesa.

No seu relatório, a OPEP assumiu uma postura cautelosamente optimista sobre os fundamentos que afectarão a dinâmica do mercado petrolífero em 2024, prevendo que o consumo mundial de petróleo

bruto em 2024 seja de 104,5 milhões de bpd, mais 2,2% do que em 2023. A organização estima ainda que a procura de petróleo seja apoiada por um crescimento resiliente do PIB mundial, no contexto da actividade económica nos EUA.

Nas contas da OPEP, a procura dos países que participam na Declaração de Cooperação (DoC), designação oficial da OPEP+, será de 43,2 milhões de barris por dia em 2024, mais 2% do que no ano passado. Esta quantidade é equivalente a 41,3% de toda a procura mundial de petróleo este ano. Em 2025, o mercado necessitará de 44 milhões de bpd dos doze países da OPEP e dos dez parceiros, incluindo a Rússia e o México, ou seja, 41,4% da procura mundial de 106,31 milhões de bpd prevista para esse ano.

A decisão de Angola de se retirar da OPEP, enquadra-se no Plano de Desenvolvimento Sectorial 2023-2027 do seu Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, para o qual foi traçada uma estratégia que visa manter a produção de petróleo acima de 1mb/dia, por via da entrada em produção de novas oportunidades (i.e. novos poços, novos blocos) e optimização dos que estejam em declínio de produção. Esta estratégia inscreve a oferta permanente de blocos, a promoção e negociação permanente de blocos licitados não adjudicados, de áreas livres em blocos concessionados e concessões atribuídas à concessionária nacional, de modo a expandir a produção.

Ao fecho do semestre, os preços do petróleo ficaram acima da média de 2023, apesar da alta volatilidade, por conta das incertezas geopolíticas, como o conflito na Palestina, da actuação da OPEP+ com cortes de produção até Setembro de 2024, e da procura global pela *commodity*, especialmente nos EUA e China, que é um factor-chave que afecta a percepção de risco e os preços do petróleo.

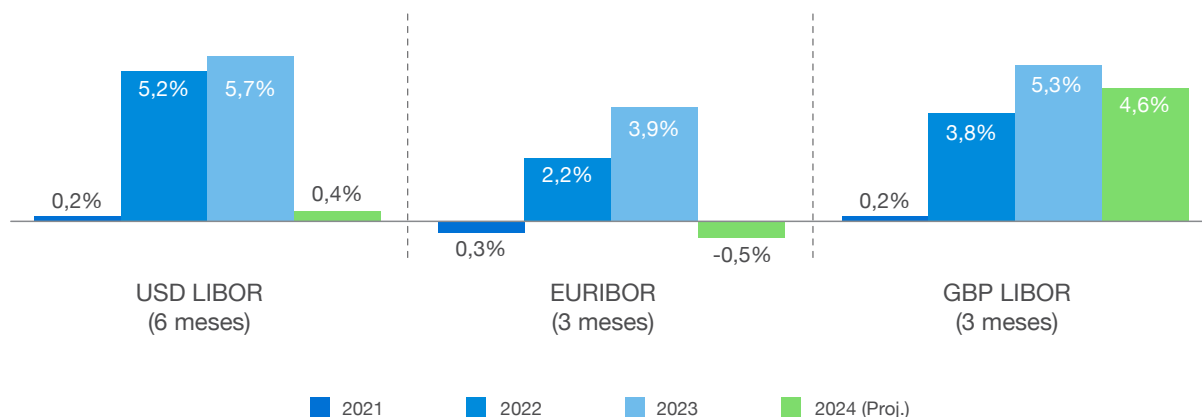
Nos meses de Maio e Junho, o preço médio do petróleo manteve-se estável, influenciado quer pela menor procura mundial, quer pela manutenção das tensões geopolíticas no Médio Oriente. A perspectiva é de que a volatilidade deva reduzir em 2025 à medida que o mercado se torne mais balanceado.

As projecções do Departamento de Energia (EIA) dos Estados Unidos apontam para uma média de USD 89 por barril do Brent em 2024 e USD 85 por barril em 2025.

As taxas de juro em muitas economias foram aumentando a um ritmo muito mais lento do que a inflação, uma vez que os bancos centrais tentam, geralmente, olhar através de flutuações impulsionadas pelos preços das *commodities*. No entanto e apesar dos recentes aumentos da política nominal, as condições monetárias, inclusive em grandes economias como a dos Estados Unidos e a dos estados membros da Zona Euro, continuam a ser adaptáveis.

GRÁFICO 2 – TAXAS DE JURO

Taxas de Juro de Referência

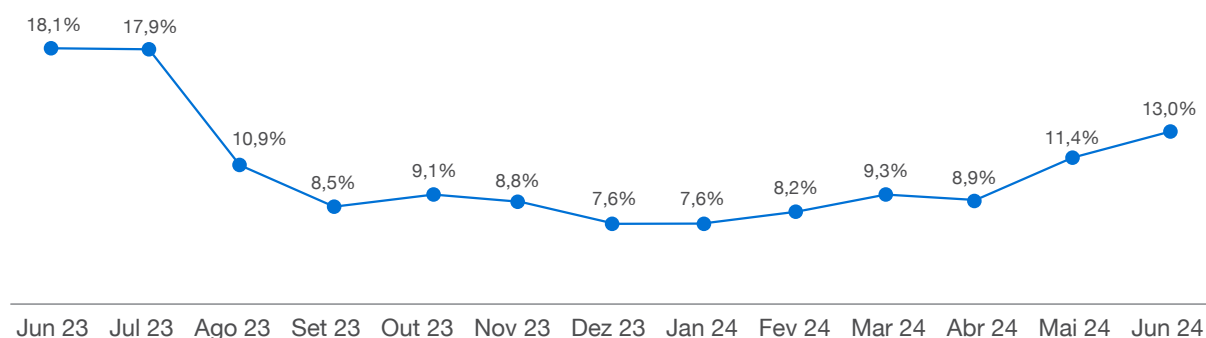


A nível nacional, ao longo dos primeiros quatro meses do ano, observou-se uma acentuada desaceleração do nível geral das taxas de juro sem que houvesse qualquer fundamento ou sustentação para tal e em total contraciclo com a taxa de inflação, retirando total aderência do indexante à realidade do mercado monetário e colocando o indexante para o prazo de um ano, com uma taxa real negativa substancial que retira qualquer incentivo à poupança.

A *Luibor* a 1 mês atingiu o valor máximo em Julho de 2023, situando-se em 17,87%, caindo no entanto e de forma abrupta nos meses subsequentes (atingindo os valores mais baixos dos últimos anos - 7,52% em Janeiro de 2024) seguida de uma cautelosa recuperação, tendo-se fixando em 13,01% ao fecho do semestre.

GRÁFICO 3

Evolução da LUIBOR a 1 mês



Fonte: BNA - Taxas de juro do último dia útil do mês.

Nos últimos sete anos Angola atravessou um período longo de recessão económica, devido em grande parte ao fraco desempenho do sector petrolífero, que compõe o maior peso do PIB, bem como do processo de diversificação da economia, mais lento, com o sector não petrolífero ainda pouco robusto, apesar dos avanços verificados.

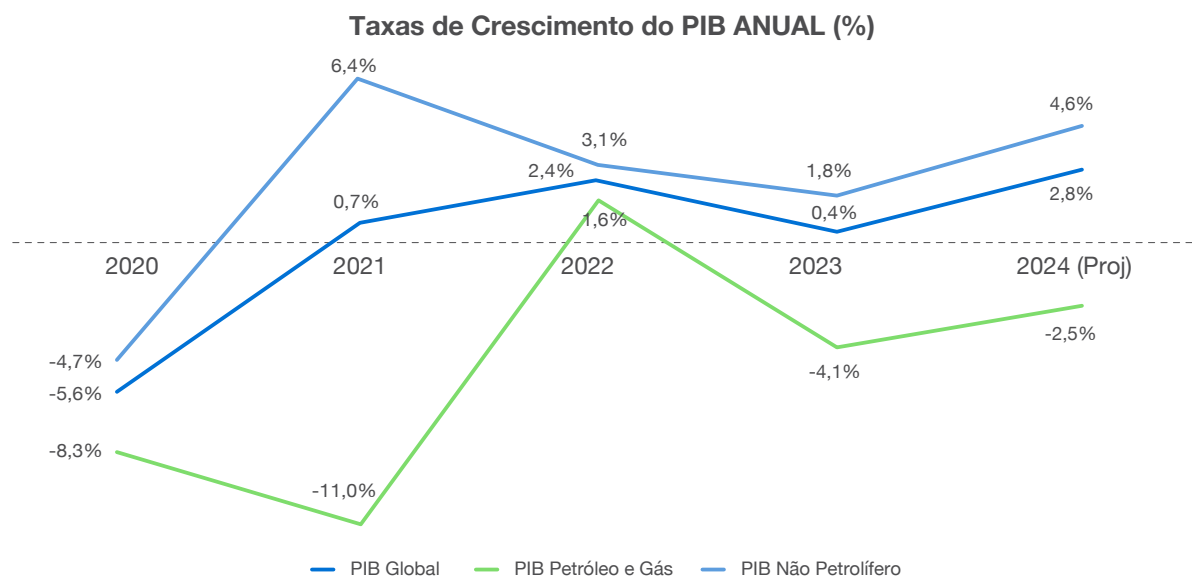
Segundo as projeções do FMI, no seu mais recente *World Economic Outlook* publicado em Abril deste ano, o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola em 2024 deverá rondar os 2,6% em 2024, ultrapassando os níveis de 2023 (0,5%), dada a expectativa de melhoria no desempenho económico e um regresso à consolidação orçamental. O crescimento da economia angolana deverá ser inferior ao da África subsaariana no geral, que poderá atingir uma taxa de crescimento de 4% no próximo ano.

Para o Banco Mundial, o Outlook para Angola em 2024 é moderadamente positivo, com projecções de crescimento do PIB real entre 2,6 e 3,7%, impulsionado pelos preços internacionais do petróleo ainda elevados em 2024-25 e subsequente recuperação da produção de hidrocarbonetos, pelas contínua reformas implementadas para melhorar a gestão macroeconómica e a governança do sector público, por um regime cambial mais flexível, por uma maior autonomia do banco central, por uma política monetária sólida e por melhorias na consolidação fiscal.

Do lado do Executivo Angolano espera-se também um melhor desempenho económico e um retorno à consolidação orçamental, na sequência da revisão da programação macroeconómica executiva (PME) para 2024, com um crescimento do PIB na ordem dos 3,01%, face aos 2,84% inicialmente previstos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024, devendo o sector não petrolífero crescer 5,31%, e o sector petrolífero, incluindo o gás, registar uma contracção de 3,22%.

Os dados das Contas Nacionais trimestrais, referentes ao PIB do 1º trimestre de 2024, apontam para um crescimento de cerca de 4,6%, em termos homólogos, e 2,1% comparativamente ao 4º trimestre de 2023, o desempenho mais elevado desde o 1º trimestre de 2015, altura em que o PIB foi de 13,5%. Este desempenho positivo foi justificado pelo crescimento do sector petrolífero, incluindo o gás, em 6,9%, e pelo sector não petrolífero em 3,9%. O bom desempenho do PIB no 1º trimestre de 2024, sinaliza uma trajectória de recuperação da actividade económica, em resultado também das medidas de estímulo à economia e de dinamização do seu potencial, que estão a ser implementadas pelo Executivo Angolano, desde Julho de 2023, visando o aumento e a diversificação da produção nacional.

GRÁFICO 4 – PIB NACIONAL



Fonte: OGE 2024; INE - Contas Nacionais Trimestrais do 1º Trimestre de 2024

Em 2024 o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) compilado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), atingiu os níveis mais elevados dos últimos sete anos, fixando-se em 31%, mais de 14,5 p.p. acima da meta prevista de 16,50% para 2024. Esta retoma da pressão sobre os preços internos ao longo do ano, reflecte o impacto sobre os preços dos diferentes bens e serviços induzidos pela depreciação cambial observada no primeiro semestre do ano, pelo ajuste do preço da gasolina e pelo encerramento de armazéns comerciais no mês de Junho.

Na variação por classes de despesa, o IPCN refere que das doze classes de consumo, onze apresentam taxas superiores à unidade, sendo a classe da saúde, a que registou o maior aumento de preços, com uma variação de 4,78%, seguindo-se os bens e serviços (4,35%), o vestuário e calçado (3,87%), a alimentação e bebidas não alcoólicas (3,83%). A classe alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, com 2,35% durante o mês de Dezembro, seguida das classes de bens e serviços diversos com 0,33% e saúde com 0,16%, tendo as restantes classes contribuições inferiores a 0,15 pontos percentuais.

A previsão do Banco Nacional de Angola aponta para um abrandamento da variação homóloga dos preços no consumidor para fechar o ano nos 23,40%.

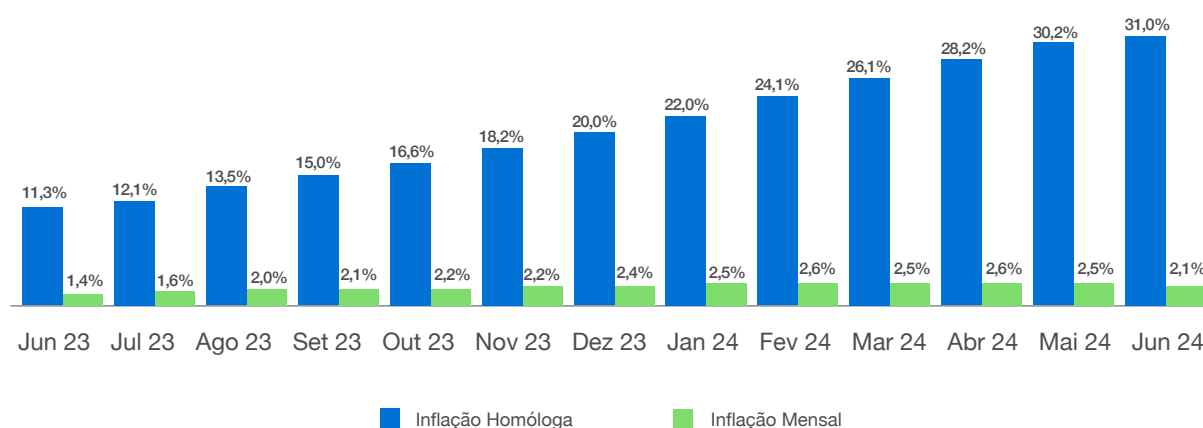
Em termos de perspectivas, o Comité de Política Monetária (CPM), nas últimas reuniões realizadas nos dias 18 e 19 de Junho de 2024, decidiu manter as taxas de referência (Taxa BNA) em 19,5%, manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 20,5%, manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 18,5%, e manter o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional em 21%. Estas decisões foram motivadas pela perspectiva

de desaceleração do ritmo de crescimento dos preços na economia, resultante da relativa melhoria da oferta de bens essenciais de consumo e do controlo da liquidez.

A previsão de inflação para 2024 foi revista em alta, 23,4%, justificada, essencialmente, pela subida de preços do gasóleo e dos transportes colectivos urbanos de passageiros, assim como pela inércia inflacionista.

GRÁFICO 5

Taxa de Inflação Homóloga vs Mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Angola registou uma trajetória decrescente na produção de petróleo ao longo dos primeiros meses do ano, com uma produção de 1,074 milhões de bpd em Abril contra 1,129 milhões de bpd previstos, devido às dificuldades operacionais e trabalhos de manutenção nos principais campos de produção, segundo o relatório da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANGP), para o mês de Maio. Na primeira quinzena de Junho, a produção atingiu os 1,2 milhões de bpd, acima da média anual de 1,060 milhões de bpd, prevista no OGE para 2024, um crescimento de cerca de 12% suportado pela melhoria da actividade e entrada em produção de novos poços no Bloco 0, operado pela Chevron, no Bloco 17, operado pela Total *Energies*, e no Bloco 15, operado pela *ExxonMobil*.

O preço do barril do Brent começou a apresentar desde o mês de Junho de 2023 uma maior volatilidade, com tendência crescente, superando os USD 90 por barril antes de voltar a cair para os USD 80,65 por barril, ao fecho de Maio de 2024. Este comportamento do preço do petróleo tem sido sustentado por (i) receios de expansão dos conflitos no Médio Oriente, podendo causar problemas na oferta global de petróleo, (ii) expectativa de aumento da procura sazonal motivada pelas viagens e turismo durante o verão europeu, (iii) redução dos inventários de crude dos EUA, (iv) decisão da OPEP+ de corte de produção até o final do ano e o corte unilateral por parte da Arábia Saudita e da extensão para o mesmo período do corte das exportações da Rússia. Adicionalmente, esta evolução

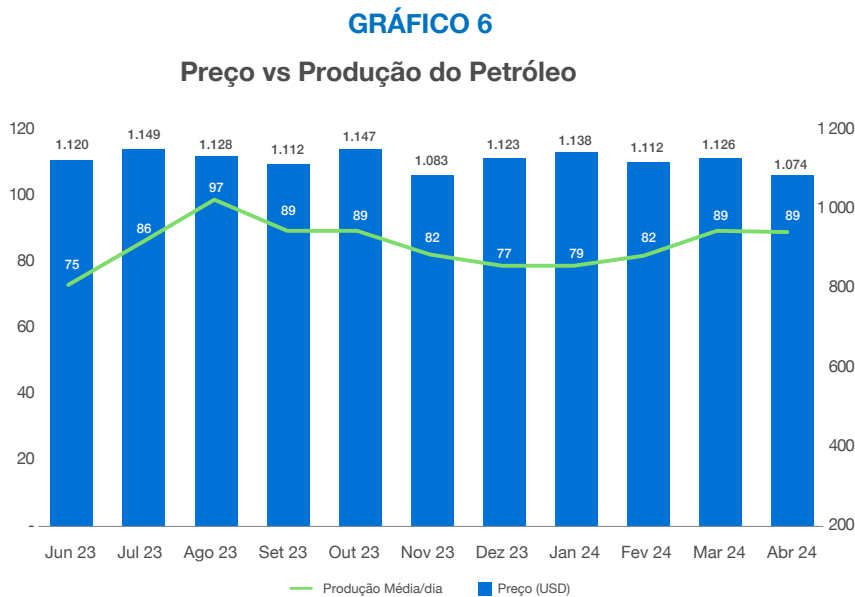
do preço do petróleo tem igualmente sido sustentada pelo aumento da procura mundial de petróleo, induzida pelo aumento do consumo de energia em algumas economias avançadas, com destaque para os EUA.

No mês de Abril registou-se um total de 1,073 milhões de bpd, abaixo da média diária prevista pela ANPG (1,129 milhões de bpd) ao preço de USD 80,65 por barril. As previsões do OGE para 2024 foram de uma produção média de 1,060 milhões de bpd, ao preço de USD 65 por barril.

Angola possui um potencial de aproximadamente 50 mil milhões de barris de petróleo ainda por explorar, segundo a estimativa apresentada pela ANPG. Destes 50 mil milhões de barris, cerca de 10 mil milhões já foram encontrados ou descobertos. A produção de petróleo em Angola deverá aumentar 3% este ano, chegando aos 1,16 milhões de barris diários, segundo as previsões da consultora britânica *Oxford Economics*.

A arrecadação de receitas fiscais petrolíferas representou 60% das receitas fiscais totais e 53% das receitas correntes no 1º quadrimestre de 2024. As receitas petrolíferas totalizaram mKz 4 535 131 003, o que representou um aumento de 43% face ao mesmo período de 2023, superando as expectativas. Este desempenho foi impulsionado pela exportação média de 1,15 milhões de bpd a um preço médio unitário de USD 80,59, superior à estimativa de USD 65. As receitas petrolíferas foram fundamentais para o pagamento do serviço da dívida, estimado em 14 mil milhões de Kwanzas em 2024, uma vez que cobrem 55% deste montante.

O gráfico abaixo ilustra os valores reais de preço e produção do petróleo apresentados para Angola ao longo do exercício.



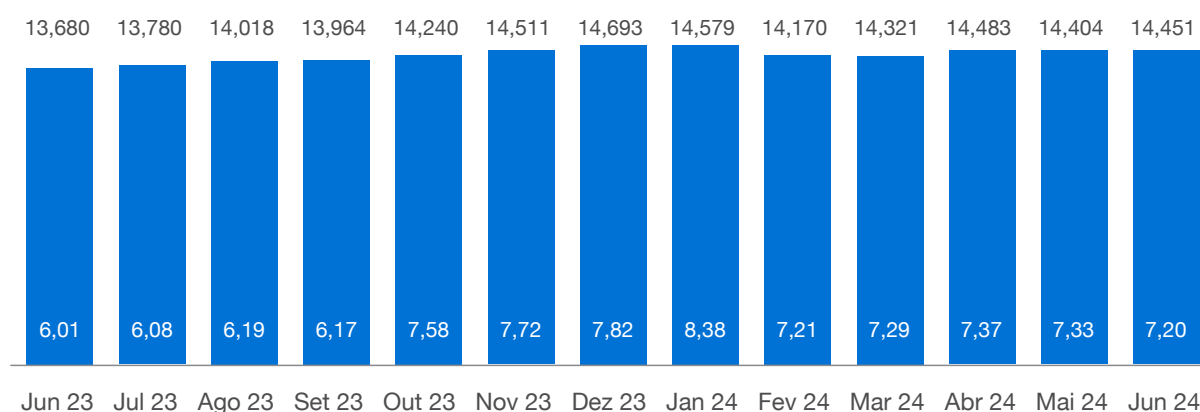
Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

O BNA observou um ligeiro aumento nas Reservas Internacionais Brutas (RIB) quando em comparação com o mesmo período de 2023. Entre Janeiro e Março últimos, Angola registou um saldo superavitário de USD 1,5 mil milhões na conta corrente, representando 6,2% do PIB e um aumento de 19,5% em relação ao último trimestre de 2023, tendo este resultado positivo sido impulsionado pela redução dos saldos deficitários nos rendimentos, serviços e transferências correntes, não obstante a contração de 11,5% na conta de bens.

O stock das Reservas Internacionais fixou-se em USD 14 451 mil milhões no final do mês de Junho de 2024, o que representou um grau de cobertura de 7,2 meses de importação de bens e serviços.

GRÁFICO 7

Reservas Internacionais Brutas



Fonte: BNA.

A queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais e os cortes na produção por parte da OPEP até setembro deste ano, a que se adiciona o corte unilateral declarado pela Arábia Saudita até ao final do ano de 2024, de forma a assegurar a estabilidade dos preços, continuam a aumentar a pressão sobre o mercado cambial. O BNA adoptou uma política monetária mais restritiva, alicerçada na redução dos gastos governamentais, no lento processo de privatizações de activos do Estado e na remoção gradual dos subsídios aos combustíveis até 2025, factores que em cima da depreciação cambial entretanto ocorrida em 2023 e com o impacto da introdução do CEOC, e com a revisão das pautas aduaneiras, entre outros, conduziram a um aumento significativo dos níveis de inflação.

A consultora BMI Research, prevê que o BNA deixe a moeda nacional desvalorizar-se gradualmente para 1.010 kwanzas por dólar até o final de 2024, devido aos receios sobre a crescente inflação.

Em 2024, a procura por divisas continua acima dos USD 1,2 mil milhões por mês e a oferta permanece abaixo de USD 800 milhões, e o sistema tem vindo a registar elevados níveis de operações cambiais com o estrangeiro. A subida dos transportes colectivos urbanos de passageiros, no dia 16 de Maio, desencadeou a depreciação mais acentuada do ano, já que o USD subiu 1,6% contra o Kwanza em

apenas um dia, ao passar de 834,1 Kwanzas por dólar (no dia 15 de Maio) para 847,4 Kwanzas no dia seguinte.

Com o aumento da procura superior à oferta estrutural por divisas, o Kwanza continua a enfrentar pressões para depreciar, com um *gap* entre o câmbio no mercado paralelo e o no formal a flutuar entre os 25%-35%, tendo o semestre terminado com *gaps* de 35% e 36% para o USD e Euro, respectivamente.

GRÁFICO 8

Evolução das Taxas de Câmbio

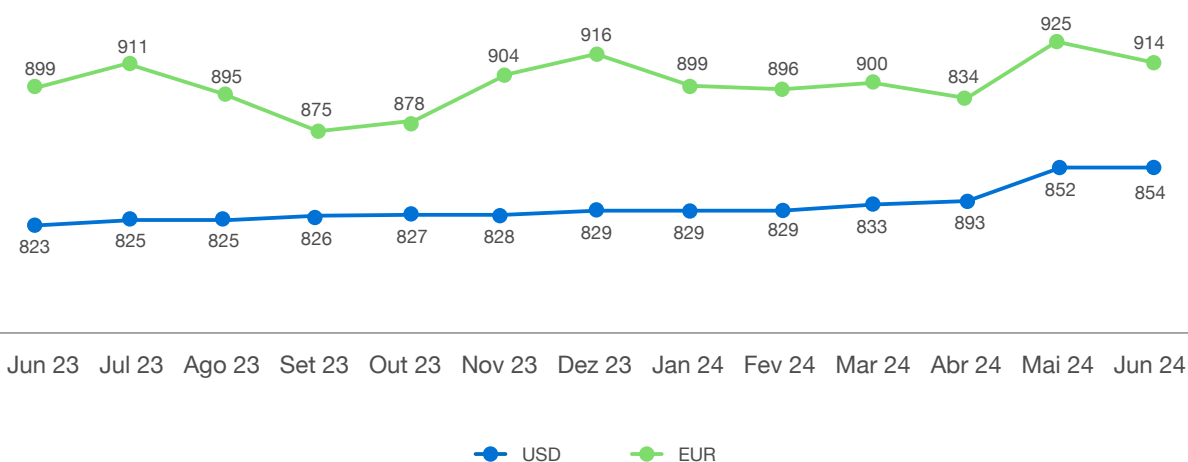
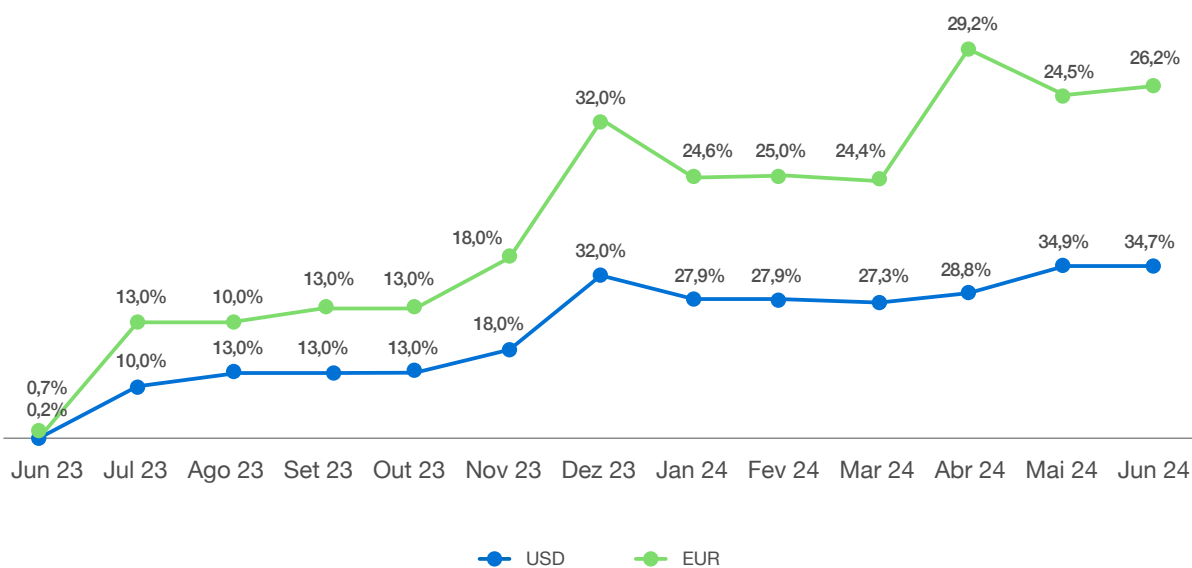


GRÁFICO 9

Gap mercado formal vs informal



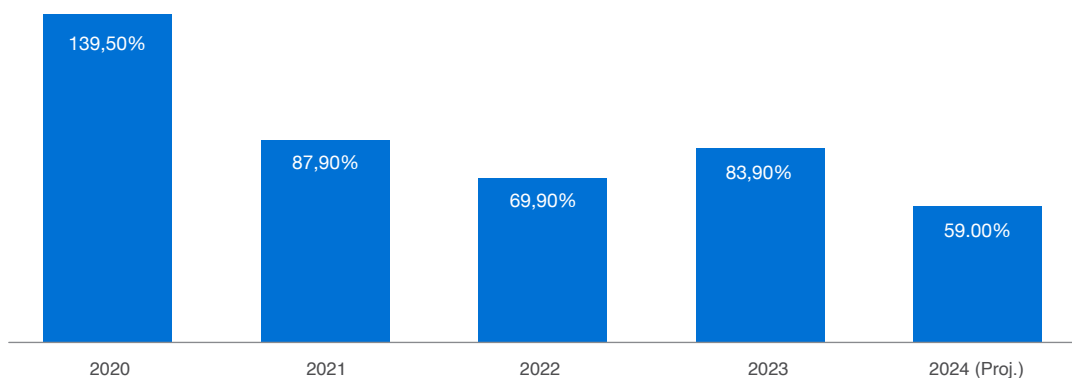
Durante o 1º trimestre de 2024 houve uma melhoria substancial nas métricas externa e orçamental, sustentadas por um regresso ao crescimento económico positivo, boa gestão fiscal e preços do petróleo mais elevados.

Em relação à dívida junto das instituições financeiras chinesas, entre as quais se destaca o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), foi otimizado o mecanismo de pagamento, nomeadamente com recurso a valores em contas bancárias em bancos da China.

A Moody's no seu relatório do mês de Dezembro, reiterou a notação de risco soberano em B3 com perspectiva positiva, impulsionado, sobretudo, pela melhoria da posição fiscal e redução da dívida em dólares, bem como pela gestão cambial orientada para manutenção dos níveis das reservas internacionais.

GRÁFICO 10

Stock da Dívida Pública (%)



Fonte: MINFIN – Relatório de Fundamentação do OGE 2024

II) Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2024

O Produto Interno Bruto (PIB) registou o maior crescimento verificado nos últimos 9 anos, com um crescimento de 4,6% no I trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo crescimento dos sectores de extracção e refinação de petróleo bruto e gás natural, com 30,4%, comércio (26,8%), agropecuária e silvicultura (7,7%), produtos da indústria transformadora (5,5%), construção (5,5%), pesca (4,9%), serviços imobiliários (3,4%), Administração Publica, Defesa e Segurança Social Obrigatória (1,8%) e outros serviços com 8,3%.

Segundo as contas do Executivo, caso o arranque positivo da economia se mantenha até ao final do ano em curso, o crescimento do PIB poderá ficar acima dos 3,1%, potenciado pela recuperação da produção petrolífera e pelo preço do petróleo acima do preço de referência para o orçamento, permitindo uma melhoria na execução orçamental.

Por outro lado, as projecções para o preço médio do petróleo em 2024 (USD 89 por barril), acima dos níveis previstos no OGE (USD 65 por barril), o retorno dos níveis de produção de hidrocarbonetos, a optimização dos mecanismos de pagamento da dívida externa à China e o ajustamento orçamental para racionalização da despesa pública por via da remoção de subsídios com adopção de medidas de protecção dos grupos sociais mais vulneráveis, poderão servir de catalisadores para a recuperação económica e para a consolidação orçamental.

Apesar de todos os problemas no acesso às divisas, da inflação que continua a atingir níveis elevados, a relativa estabilidade da moeda nacional acabou por atenuar outros impactos negativos na economia. A queda das importações em mais de 30% ajudou, mas impactou negativamente no consumo interno, que é um pilar de desenvolvimento de todos os países. Para o 2º semestre do ano, prevê-se o cumprimento da depreciação prevista no OGE para a moeda nacional, até que se chegue a um ponto de equilíbrio, sendo que a grande esperança, para que isto aconteça sem uma depreciação acentuada como a que aconteceu em 2023, está no aumento da produção nacional com foco no sector não petrolífero.

A subida da inflação coloca-nos um desafio adicional para o segundo semestre que se estenderá certamente ao próximo ano e que consiste na capacidade do Banco crescer em crédito, pelo menos ao nível da subida inflação, para que não se torne menor, perdendo quota e dimensão no mercado.

No quadro da política monetária, serão necessários esforços contínuos para melhorar o quadro de modo a reduzir a inflação e apoiar o crescimento não petrolífero a médio prazo. O BNA deverá optar pela manutenção de uma orientação mais restritiva da política monetária a curto prazo e a melhoria da gestão da liquidez interbancária, juntamente com uma transição gradual para uma taxa de câmbio mais flexível, o que contribuiria para atenuar a inflação, ancorar melhor as expectativas de inflação e reduzir os custos de financiamento dos sectores público e privado.

No mercado de capitais, o volume de negociações em bolsa que fecharam o I semestre do ano com um crescimento de 96%, fixando-se em mKz 2 113 835 465 comparativamente ao mKz 1 076 840 578 contabilizados no mesmo período para o ano de 2023. Ainda assim, face ao II de 2023, verificou-se uma queda de mais de 72% no volume de negociações na BODIVA, altura em que houve um movimento de mais de mKz 7 653 943 535. Na base desse crescimento estiveram os acordos de recompra (REPO) que chegaram a representar mais de 82% das negociações em 2023 e acima de 99,9% no primeiro semestre de 2024.

As negociações de acções em bolsa, que representam cerca de 0,06% ao fecho do semestre, num mercado onde se encontram apenas dois *players* (BAI e BCGA), poderão registar maior dinamização na segunda parte do ano, numa altura em que se aguarda com grande expectativa pelas privatizações das participações do Estado Angolano no Standard Bank (34%, dos quais 10% serão privatizados

em bolsa), na ENSA Seguros (30%) e na BODIVA (30%), até Novembro. Para 2025, espera-se que a Unitel e o BFA se juntem ao leque de entidades cotadas em bolsa.

Em suma, para salvaguardar a estabilidade financeira e reduzir o risco orçamental contingente, o sector deverá estar preparado para que sejam levadas a cabo, de forma decisiva, medidas de resolução ou liquidação dos bancos problemáticos, caso seja necessário, protegendo os depositantes mais vulneráveis e minimizando os custos suportados pelos contribuintes. Devem ser acelerados os esforços em curso para constituir uma reserva orçamental destinada ao fundo de garantia de depósitos e para reforçar a proteção jurídica do BNA.

III) Plano estratégico

O Banco definiu no seu plano estratégico, as seguintes linhas orientadoras:

1. Crescer em negócio com clientes de risco baixo;
2. Controlo dos custos com melhoria da qualidade de serviço e da motivação;
3. Desenvolvimento dos sistemas de informação.

Para o suporte a esses pilares estratégicos e para a materialização dos objectivos de crescimento foi delineada a estratégia com os seguintes pontos focais:

- Abordagem centrada no cliente: continuar a apostar na melhoria dos níveis de serviço do BCGA, de modo a proporcionar a melhor experiência ao cliente; desenvolver soluções que aproximem os clientes ao BCGA e vice-versa, tornando as interacções mais simples, fáceis e ágeis; posicionar o BCGA enquanto líder de qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança junto dos clientes;
- Apostas nos canais digitais: garantir uma experiência de utilizador única e consistente; melhorar o processo transaccional (internet, mobile banking); aumentar a eficácia no tratamento de pedidos de informação, reclamações e outros, através da Linha Caixa Directa Angola 24h;
- Apostas nas pessoas enquanto activo fundamental: investir continuamente na formação dos colaboradores; desenvolver planos de carreira, bem como identificar acções de desenvolvimento dos talentos;
- Investimento na automatização: desenvolver soluções de automatização de procedimentos que agilizem o funcionamento do BCGA; continuar a melhoria e automatização dos sistemas de segurança, mantendo sempre os mais altos padrões de qualidade e segurança;
- Sustentabilidade: alinhamento das matérias de sustentabilidade com os Princípios de Sustentabilidade do Sistema Financeiro Angolano, para adopção gradual dos critérios e

padrões ESG, tendo em atenção os compromissos assumidos por Angola com a subscrição dos Acordos de Paris, da Agenda 2030 e a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030.

IV. Organização interna

Em relação ao organograma constante do Relatório referente ao exercício anterior, importa destacar para o primeiro semestre, o seguinte:

I) Foram criados os seguintes órgãos na estrutura do BCGA:

1. Gabinete de Comunicação e Marca (GMC);
2. Gabinete de Cibersegurança (GCS).

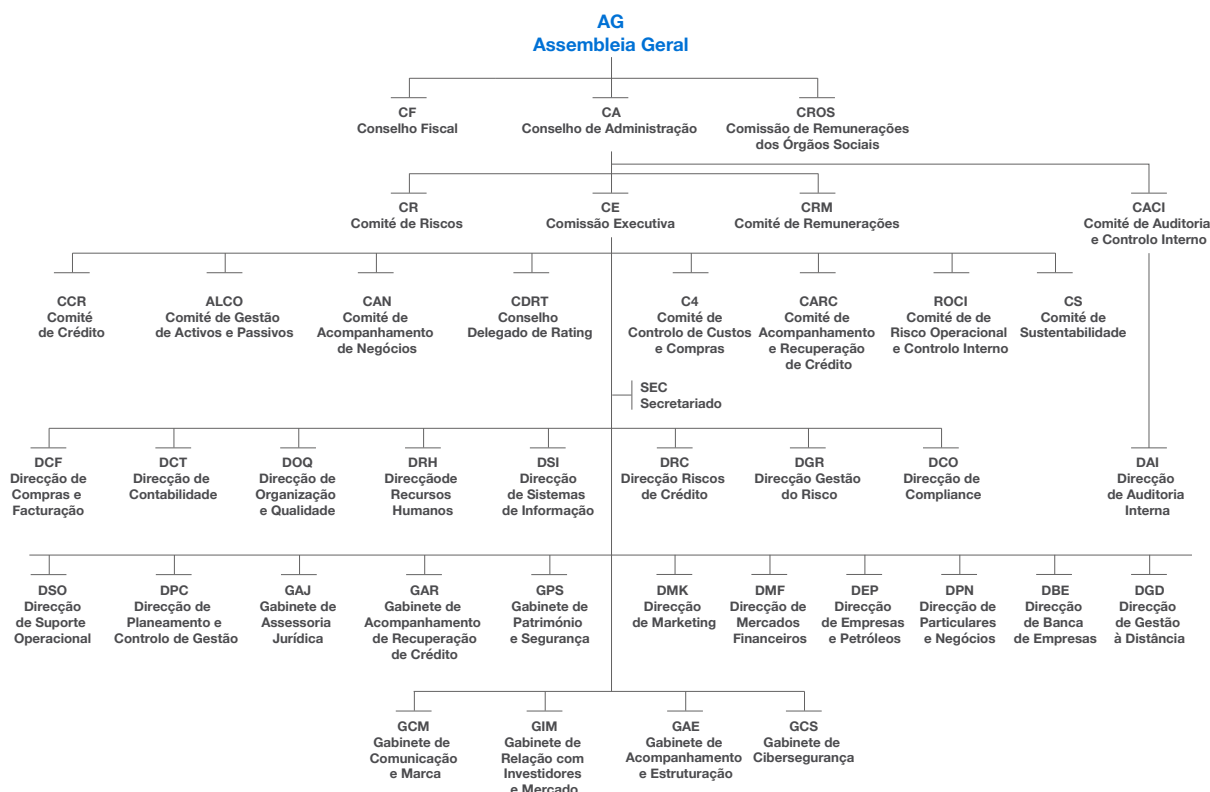
II) Foram alterados os seguintes órgãos na estrutura do BCGA:

Na sequência da alocação do Departamento de Data Protection Office à Direcção de Compliance (DCO), foi necessário actualizar o Manual de Estrutura Orgânica da Direcção de Organização e Qualidade e a Estrutura Orgânica da DCO, por forma a estar em conformidade com o modelo organizacional actual do Banco.

Principais alterações efectuadas:

- I. Redimensionamento da estrutura orgânica da Direcção de Organização e Qualidade, com a exclusão do Departamento de Data Protection Office;
- II. Alocação do Departamento de Data Protection Office à DCO, tendo dependência orgânica a este Órgão de Estrutura e reporte funcional à Comissão Executiva.

O organograma abaixo ilustra as alterações feitas pelo Banco no primeiro semestre de 2024 com a criação e alteração de alguns Órgãos de Estrutura:



Nos primeiros seis meses do ano foram publicados 57 normativos internos, dos quais 33 resultaram da transposição de normativos de iniciativa corporativa.

V. Capital humano

Durante o 1º Semestre de 2024, o Caixa Angola manteve-se focado na igualdade de género e no bem-estar dos seus colaboradores, em termos de oportunidades e de tratamento entre homens, mulheres e portadores de mobilidade reduzida, garantindo o contínuo equilíbrio do género.

Tem sido prioridade privilegiar sempre que possível, o recrutamento interno para funções de maior responsabilidade, de forma a dar oportunidade aos colaboradores para o desenvolvimento profissional e progressão de carreira.

A formação profissional dos colaboradores e a melhoria das qualificações académicas são promovidas activamente pelo Banco, sob a coordenação da Direcção dos Recursos Humanos (DRH).

A Política de Remuneração dos quadros directivos e demais colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e, sem prejuízo do cumprimento da Lei e do Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário, está em conformidade com a política corporativa, obedecendo às melhores práticas do sector bancário.

De modo a acompanhar a evolução do mercado e a reconhecer o desempenho e o mérito dos colaboradores, o Caixa Angola tem implementado um conjunto de incentivos, dos quais se destacam a remuneração anual variável, os prémios comerciais e a implementação do plano de poupança e reforma, financiado na sua totalidade pelo Banco, para os colaboradores efectivos, totalizando cerca de 430 colaboradores.

A remuneração variável e os incentivos comerciais obedecem a um modelo que é conhecido pelos colaboradores e a faz depender da sua avaliação de desempenho, do cumprimento de metas fixadas em “scorecards” e do grau de realização dos objectivos, para os incentivos.

O Caixa Angola possui um sistema de avaliação de desempenho que tem como principal objectivo promover o desenvolvimento pessoal e a contribuição eficiente dos colaboradores para a actividade *core* do Banco, motivando o alinhamento de todos com os objectivos estratégicos e com o planeamento orçamental da Sociedade.

A 30 de Junho de 2024 a idade média dos colaboradores era de 37 anos com uma antiguidade média de 9 anos. Face ao esforço que tem vindo a ser feito no recrutamento de elementos com formação de base de nível superior, cerca de 55% do efectivo possui habilitações académicas superiores, 31% tem frequência universitária e 14%, o ensino secundário.



Colaboradores

A distribuição do quadro de pessoal por género é equilibrada, sendo que 53% são do género feminino.

53%
Mulheres

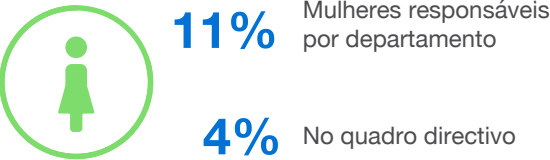


47%
Homens

Idade média



Representatividade Feminina
no Universo de Colaboradores



Distribuição por áreas
Contratações



Distribuição por Categoria
Funcional

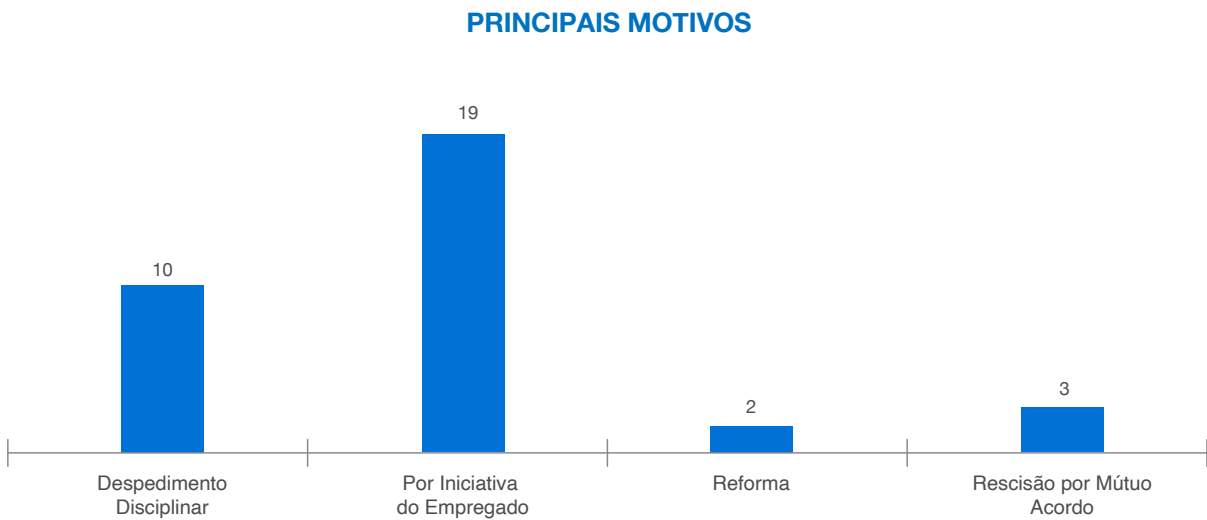


Durante o 1º semestre de 2024, o Caixa Angola diminuiu o seu quadro efectivo em 6 colaboradores, correspondendo a um *turnover* de 7%.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Efectivo	545	551	526	515	508	503
Entradas	42	31	28	38	52	28
Saídas	37	25	53	48	59	34
Variação	5	6	-25	-10	-7	-6
	1%	1%	-5%	-2%	-1%	-1%
Turnover	7%	5%	10%	8%	11%	7%



Principais motivos de saídas de colaboradores durante o 1º semestre de 2024:



Em Março de 2024, foi pago o Prémio de Desempenho aos colaboradores referente ao exercício de 2023 num montante global de Kz 1.080.000.000 para um universo de 403 colaboradores elegíveis.

Em Abril, por deliberação da Comissão Executiva, foi actualizada a Tabela Salarial dos colaboradores do BCGA, que resultou numa média de 10 % de aumento da remuneração global mensal. As alterações mais importantes a destacar foram a integração dos subsídios de coordenação/técnico ao salário base dos colaboradores.

Até o 1º trimestre de 2024 foram recrutados 28 novos colaboradores (conforme distribuição no quadro abaixo), e foram efectivadas 14 mobilidades internas.

Distribuição por Área	Novas Contratações
Controlo	2
Negócio	15
Suporte	11
Total	28

Durante o 1º semestre de 2024 foram admitidos 20 estagiários e 20 colaboradores em regime de outsourcing “mão de obra qualificada”.

Após parceria firmada com a Universidade Católica de Angola e com a Universidade Agostinho Neto, o Banco está a expandir o protocolo já existente com as Universidades em Luanda, para o recrutamento de estagiários nos polos Universitários nas demais províncias aonde o Banco tem presença.

No dia 24 de Maio de 2024, o Banco participou na Feira de empregabilidade realizada na Universidade Católica de Angola, com a finalidade de interagir com os estudantes em frequência universitária e recém-licenciados com vista a obterem uma oportunidade de estágio ou de primeiro emprego directo. Durante o evento, estabeleceu-se contacto com estudantes alocados aos cursos de Economia, Gestão, Contabilidade e Administração, Direito, Psicologia, entre outros.

VI. Sistemas de tecnologia e informação

Em termos de projectos de Cibersegurança e em contínuo alinhamento com a Caixa Geral de Depósitos, foram concluídos no Banco, os seguintes projectos:

1. Implementação da Solução de Controlo de Acesso à Rede (CISCO NAC) de última geração;
2. Implementação da solução WAF, ou firewall de aplicativos *Web*;
3. Implementação do *módulo IAM* (IAM) da *CyberArk* (Primeira fase de acesso às componentes *SWIFT*);
4. Migração dos servidores e pastas partilhadas dos edifícios sede do Banco, para os data centers.

Estando em curso:

- I. A implementação da segunda fase da Solução Controlo de Acesso à Rede (CISCO NAC) de última geração;
- II. A implementação da Solução Empresarial de ligação com segurança de dispositivos móveis (MDM), à rede da Instituição;
- III. Actualização da aplicação QRadar;
- IV. Concurso de outsourcing do SOC (*Security Office Center*) corporativo;
- V. Actualização e upgrade da infraestrutura de virtualização (VMWARE);
- VI. Definição de nova arquitectura de rede e comunicações do BCGA;
- VII. Nova solução de backup da infraestrutura e *Exchange*.

Destacam-se também, nestes primeiros seis meses de 2024, melhorias nas soluções de dinamização de negócio, no qual foram concluídos os seguintes projectos:

1. *Workflow* de operações, garantindo-se a adequação aos novos regulamentos do BNA, nomeadamente ao Sistema integrado de Operações Cambiais (SINOC) e a implementação da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais;

2. Modelo contabilístico por centros de custo;
3. Implementação de ATM centers e MDA para depósitos automáticos;
4. Implementação do novo produto bancário intitulado Super Conta Negócio, onde foram feitos desenvolvimentos específicos para assegurar a operacionalidade e o controlo deste produto;
5. Implementação da nova aplicação *Mobile* do BCGA.

Estando em curso:

- I. Projecto dos canais digitais com o desenvolvimento de novas funcionalidades (Integração com Operações do estrangeiro no *Workflow*, *Kwik*, STI, SDD), fase 2 do projecto;
- II. Projecto de implementação da solução de *WorkFlow* do *Trade Finance*, continua para as funcionalidades CDE e CDI, integração com canais digitais e *WorkFlow* de crédito;
- III. Continuidade do projecto de implementação de uma solução de *WorkFlow* de Crédito (*CrediBox*) e Recuperação de Crédito (*CollectionsBox*), com interligação aos sistemas *core* do Banco;
- IV. Implementação da solução do Portal de clientes para o Sistema de débitos directos;
- V. Implementação de novo módulo no *core* bancário do preçário de movimentação;
- VI. Implementação completa da solução *SWIFT GPI*.

A nível de iniciativas corporativas de suporte ao negócio e de projectos regulamentares, qual foram concluídos os seguintes projectos:

1. Implementação de Solução SAS - RTS Âmbito de projecto SAS AML, solução de monitorização e avaliação de informação de *Compliance* em tempo real;
2. Implementação do projecto de avaliação ITGA da DSI de acordo à framework COBIT 2019;
3. Projecto para implementação do Plano Estratégico da Sistemas de Informação (PESI);
4. Melhorias no processo de apuramento de imparidades no *Accipiens Leasing* e no *core* bancário (evolução do crédito em incumprimento);
5. Actualização dos equipamentos e licenças que suportam o acesso à *Bloomberg* na sala de mercados.

Estando em curso:

- I. Continuidade da implementação da 2ª fase do projecto corporativo *BCBS239* - Layout Único, que visa a operacionalização da norma internacional que contém os princípios para agregação de dados de risco por forma a fortalecer as capacidades de agregação desses mesmos dados e práticas de relatório de risco interno e, por sua vez, melhorar a gestão de risco e os processos de tomada de decisão nos bancos;
- II. Implementação do novo formato de mensagens SWIFT no standard ISO20022.

A nível da adesão a serviços integrados no Sistema de Pagamentos Angolano, importa salientar a conclusão das seguintes iniciativas:

1. Entrada em produção no core bancário da solução de suporte ao serviço SDD – Sistema de Débitos Directos;
2. Formação dos utilizadores da solução do Sistema de Transferências Instantâneas (STI) no core e preparação para entrada em produção.

Estando em curso:

- I. Implementação dos serviços Kwik e STI nas plataformas digitais para os clientes;
- II. Implementação da terceira fase da iniciativa SPTR 24/7.

VII. Comunicação e gestão da marca

O sector financeiro, pela sua importância e visibilidade, está hoje particularmente sujeito a um maior escrutínio por parte dos seus clientes e da sociedade em geral. Uma comunicação rápida, simples e consistente junto dos *stakeholders* torna-se, portanto, fundamental.

A comunicação corporativa do Caixa Angola consolidou um conjunto de mensagens de interesse público e/ou de relevância no *endomarketing*, no intuito de veicular informação para todas as partes interessadas, transmitindo conhecimento, credibilidade, ética e conteúdo agregador.

Destacamos os tópicos dos comunicados de imprensa divulgados a nível local:

- Banco Caixa explica sobre descontos em transferências para o exterior;
- Caixa Angola inova em matéria de sustentabilidade com o lançamento de novos produtos;
- Banco Caixa Geral Angola adere ao Pacto Global das Nações Unidas;



- BCGA inaugura o primeiro Centro Affluent no Porto de Luanda.



Destacamos os tópicos das principais notícias divulgadas no website do Caixa Angola:

- Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais;
- Inauguração do primeiro Centro Affluent;
- IIº Fórum Energia e Ambiente;
- Adesão ao Pacto Global das Nações Unidas;
- Leasing ESG Automóvel e Painéis Solares.

Destacamos os tópicos das publicações nas redes sociais do Caixa Angola mais relevantes e relacionadas à literacia financeira:

- 4 Dicas para economizar dinheiro durante o ano.

Destacamos os tópicos das campanhas de produtos e serviços lançadas:

- App Caixadirecta Angola;
- Leasing ESG Painéis Solares;
- Leasing ESG Automóvel;
- DP Aniversário.



Patrocínios

Os patrocínios são vistos pelo Caixa Angola como uma forma efectiva de comunicação institucional, promovendo os valores do Banco, a cidadania empresarial enquanto actor socialmente responsável e promotor de iniciativas em prol do desenvolvimento económico e social do País.

O Caixa Angola apoia projectos que asseguram a divulgação e promoção dos seus produtos e serviços, que constituam valor agregado à marca e à concretização de objectivos comerciais, e que estejam alinhados com a sua estratégia de *marketing* e com a política global de comunicação.

Através deste tipo de interacções e acções colaborativas, o Caixa Angola pretende contribuir de forma activa e responsável para o enriquecimento económico, sociocultural e sustentável do País, facilitando iniciativas que assentam em princípios economicamente viáveis e de valor acrescentado para a sociedade.

Destacamos as nossas participações em eventos de impacto no ecossistema e patrocínios genéricos:

- Organização e promoção de uma sessão de esclarecimentos sobre a implementação da Contribuição Especial sobre Operações Cambias (CEOC), no dia 01 de Fevereiro de 2024.



- Participação na 5ª Edição do Fórum BODIVA, a 15 de Março de 2024, no Hotel Intercontinental. O Caixa Angola venceu pelo segundo ano consecutivo o Prémio Tchiluanda, pela Acção com Melhor Performance no Mercado de Valores Mobiliários Angolano.



- Participação na 1ª Edição da Feira de Produção Agropecuária, de 28 a 30 de Março de 2024, no Centro Logístico e de Distribuição.



- Participação na 2ª Edição do Fórum Energia e Ambiente, a 10 de Maio de 2024, no Hotel Intercontinental, que promoveu o debate em torno do tema “A Futura Matriz Energética em Angola”.



- Participação na 3ª Edição da Conferência Angola *Economic Outlook*, a 21 de Maio de 2024, Hotel Epic Sana, sob o tema “Segurança Alimentar: Realidade, desafios e oportunidades”.



- Participação da 13ª Edição da Feira Internacional de Benguela, de 22 a 26 de Maio de 2024, no Estádio Nacional de *Ombaka*, sob o lema "Dinamizar Potencialidades para Transformar a Economia".



- Participação nas comemorações do Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de Junho, na Escola Portuguesa de Luanda, promovido pelo Instituto Camões;
- Apoio à actividades culturais do Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN), para o ano 2024, para a realização de Concertos Musicais.

Nos primeiros seis meses de 2024, o Caixa Angola manteve o seu foco na disponibilização de um portfólio de soluções com uma oferta diversificada que se adequa às melhores práticas de mercado e às necessidades dos seus clientes, mantendo os valores de confiança, rigor, qualidade e proximidade.

Destacamos, portanto, as principais acções no âmbito do portfólio de produtos e serviços do Caixa Angola realizadas no referido período:

- **DP Aniversário 2024** – Depósito com prazo de 92 dias e pagamento de juros antecipados, em exclusivo para novos depósitos em Kwanzas. Alusivo à celebração do 31º Aniversário do Caixa Angola;
- **DP Serra da Leba 2024** – Depósito com três maturidades de investimento, 90, 182 e 365 dias e taxas de juros atractivas, ajustadas ao escalão de investimento do cliente, com a possibilidade de atribuição de um Cartão de Crédito;
- **DP Antecipa 2024** – Depósito com prazo de 92 dias e pagamento de juros antecipados, em exclusivo para novos depósitos em Kwanzas;
- **Leasing ESG Automóvel Caixa Angola** – Produto de alocação financeira inovador, para aquisição de veículo automóvel novo com baixas emissões de dióxido de carbono, alinhado com os princípios fundamentais de *ESG*, com opção de compra no final do contrato;

- **Leasing ESG Painéis Solares Caixa Angola** – Produto de alocação financeira inovador, para aquisição de Painéis Solares, promovendo a utilização de energias renováveis, alinhadas com os princípios fundamentais de *ESG*, com opção de compra no final do contrato;
- **Gestão Integrada de Tesouraria** – Solução de gestão automática de tesouraria com integração de três contas, nomeadamente, Conta de Depósito à Ordem, Conta de Depósito à Prazo e Conta Corrente Caucionada, integradas entre si e que possibilita maior autonomia dos clientes na gestão da tesouraria das suas empresas;
- **Conta Escrow Caixa Angola** – Conta garantia ou caução, disponível em moeda nacional e estrangeira, para clientes particulares e empresas, cujas condições de movimentação são formalizadas contratualmente entre o Caixa Angola, o depositário e o beneficiário;
- **App Caixadirecta Angola** – Lançamento da nova versão da App Caixa Angola, a 14 de março de 2024, que conta agora com novas funcionalidades para garantir uma melhor experiência de navegação e utilização mais simples e intuitiva, facilitando a gestão financeira do dia-a-dia, mantendo a segurança de sempre. Esta actualização será gradual e evolutiva ao longo de 2024, mudou, nesta primeira fase, o visual, a disposição dos ícones e a optimização dos campos de navegação;

Para utilizar a nova App do Caixa Angola basta aceder à loja virtual *Apple Store* ou *Play Store*, actualizar a App e efectuar o *login* de acesso.

- Continuidade na comercialização dos serviços e meios de pagamento, garantindo a disponibilização de um portfólio de produtos e serviços diversificados e completos, a fidelização e a captação de clientes e de negócios;
- Dinamização da oferta de Seguros, em parceria com a Companhia de Seguros Fidelidade Angola, para clientes Particulares e Empresas, que garantem a preservação do presente e do futuro, com condições competitivas, tendo destacado as ofertas de Seguros de Saúde e Seguro de Saúde Popular, Seguros de Acidentes de Trabalho, Seguro Automóvel e Auto Leasing, Seguro de Acidentes Pessoais e Viagem, Seguro de Vida, Empregados Domésticos, Seguro de Mercadorias Transportadas, Protecção Salarial, Seguro de Caução, Multirisco – Pack Recheio e Negócio Seguro;



- Continuidade da campanha comercial para captação de clientes em sectores/segmentos estratégicos, nomeadamente dos Grandes contribuintes e das PME;
- Dinamização da comercialização de Leasing, em parceria com Empresas do ramo Automóvel, com possibilidade de financiamento do Seguro Auto Leasing;
- Dinamização das Parcerias Caixa Angola com um conjunto de entidades privadas pertencentes a vários sectores de actividade, cujo o objectivo passa por proporcionar uma oferta diversificada de produtos e serviço com condições diferenciadas para os colaboradores e clientes do BCGA;
- Dinamização da comercialização de protocolos (Master e Silver) nos mais variados sectores de actividade, com o objectivo de potenciar o aumento da base de clientes, do volume de recursos e o crescimento da carteira de crédito. Adicionalmente, esta oferta possibilita às empresas subscritoras, a criação de incentivos adicionais para os seus colaboradores, com acesso a oferta Taylor Made e negociada com o Banco (Protocolo Master);
- Continuidade na aposta de dinamização dos Terminais de Pagamento Automático, garantindo a melhoria da qualidade do serviço e a captação de recursos, dando continuidade a campanha de reactivação e recuperação de TPA inativos e ao projecto de atribuição de TPA na Hora, sobretudo nas Agências fora de Luanda e nas Agências localizadas em zonas periféricas;
- Continuidade da disponibilização de um parque de Caixas Automáticas (ATM) que garante o acesso aos produtos e serviços bancários as comunidades, promovendo a inclusão financeira;
- O Banco disponibilizou ao mercado os **Kiosk Caixa Angola**, com acesso 24H/7 aos produtos e serviços bancários, compostos por 3 ATM e 1 Máquina de Depósitos Automáticos (MDA), perfazendo um total de 5 Kiosk em várias localizações da cidade de Luanda, nomeadamente, Camama, Benfica, Panguila, Zango e Viana.



VIII. Responsabilidade corporativa e social

Realizar e apoiar acções de âmbito social que beneficiem as comunidades locais são medidas enquadradas no âmbito da cidadania corporativa do Caixa Angola. Estas acções são realizadas preferencialmente com o envolvimento dos colaboradores do Banco, fazendo destas iniciativas, momentos que também promovam o espírito de equipa e o sentido de pertença à marca.

O Banco manteve, no primeiro semestre de 2024, o seu forte compromisso com a sociedade, promovendo acções e projectos de âmbito social, ambiental e de boa governança, correlacionados com múltiplas áreas.

A nível interno o Caixa Angola promoveu uma campanha de recolha e entrega de donativos para o Centro de Acolhimento “Não há órfãos de Deus”.

No âmbito do Plano de Actividades do Fundo de Apoio Social (FAS), o BCGA deu continuidade às acções que têm contribuído para a melhoria das condições de vida dos seus colaboradores, tais como o apoio em questões pontuais de emergência social e o apoio em medicina dentária, tendo aumentado em 10%, o plafond disponibilizado aos colaboradores. O Banco apoiou por questões de emergência social e de medicina dentária cerca de 82 colaboradores. Em alusão ao Dia Mundial da Criança, o BCGA realizou “A Festa dos Caixinhas”, promovendo o convívio entre colaboradores, cônjuges e filhos menores até aos 12 anos, actividade com impacto muito positivo em termos motivacionais ao colectivo de colaboradores do Caixa Angola.

Estão actualmente inscritos 430 colaboradores do Banco no Plano de Poupança e Reforma (PPR), iniciativa que visa assegurar um complemento à reforma dos colaboradores, por via dos rendimentos gerados por uma carteira de activos gerida num fundo autónomo pela seguradora Fidelidade Angola, com o objectivo de proporcionar um rendimento complementar para o futuro e um apoio adicional ao bem-estar a longo prazo.

IX. Sustentabilidade

A estratégia de sustentabilidade para 2024 desenvolvida em alinhamento com o Plano Estratégico 2021-2024 materializa a ambição do BCGA em tornar-se líder no financiamento sustentável em Angola, apoiando a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono com impacto social e ambiental na vida das pessoas e empresas, assente em seis princípios estratégicos de actuação:

- I. Financiamento Sustentável e Inclusivo;
- II. Equidade, Inclusão Digital e Financeira;
- III. Modelos de Governação Transparentes;
- IV. Gestão de Riscos Climáticos e controlo interno;



- V. Iniciativas Ambientais;
- VI. Relato e Divulgação de Informação de Sustentabilidade.

Enquanto instituição de referência no sector financeiro, o Caixa Angola assume como prioritário o apoio à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono por via das suas actividades de financiamento e investimento.

Comprometido com o seu papel determinante no desenvolvimento sustentável e inclusivo da sociedade angolana, o Caixa Angola tem vindo a desenvolver projectos e iniciativas para mitigar o impacto ambiental da sua actividade, promovendo o alinhamento das suas práticas com os objectivos nacionais e internacionais a nível climático.

Em termos do Programa de Baixo Carbono, o Caixa Angola apostou no desenvolvimento de novos produtos e soluções financeiras que promovem a adopção de comportamentos e tecnologias de baixo carbono, através do lançamento das linhas de financiamento para a aquisição de viaturas novas e com baixa emissão de dióxido de carbono (CO₂) e aquisição de painéis solares. Trata-se da disponibilização dos primeiros produtos com características ESG do Caixa Angola, o que evidencia a concretização dos compromissos assumidos no domínio do financiamento sustentável, criando valor para os seus clientes e reduzindo o impacto ambiental da sua actividade., nomeadamente:

- I. Leasing ESG Automóvel;
- II. Leasing ESG Painéis Solares.

O Caixa Angola aderiu voluntariamente ao Pacto Global da ONU, apoiando os seus 10 princípios, além de contribuir com os objectivos preconizados pelas Nações Unidas, em especial os relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O Plano de acção de Sustentabilidade que o Banco tem vindo a dinamizar, tem contribuído para o alcance de vários benefícios, nomeadamente a redução de custos e melhoria da eficiência operacional, o acompanhamento das tendências regulatórias, a mitigação de riscos e a promoção da inovação da oferta e a solidificação da marca no mercado.

A existência de um modelo de governo transparente é fundamental para impulsionar a criação de valor de uma forma responsável e diversificada. Nesse âmbito é importante destacar aprovação de três Políticas Corporativas em matéria de Sustentabilidade e ESG, nomeadamente:

- I. Política de Sustentabilidade;
- II. Política de Financiamento Sustentável e Transição Energética;



III. Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais.

O Caixa Angola está incluindo no grupo de trabalho para ESG e Sustentabilidade (GTESG) da ABANC que tem como missão, analisar e discutir os temas relacionados com a Sustentabilidade e ESG, destacando-se a integração do BCGA no núcleo de coordenação.

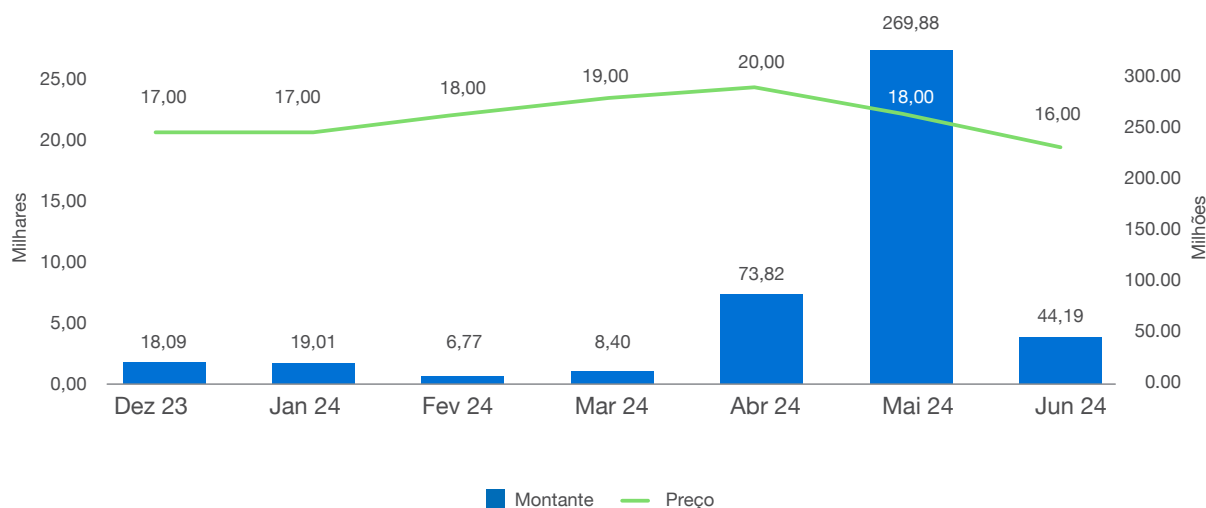
Importa destacar a assinatura do protocolo de entendimento com o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) com o objectivo de garantir a cobertura dos financiamentos com características sustentáveis.

X. A acção do BCGA

A acção do BCGA manteve, a fecho do 1º semestre de 2024, uma valorização acima dos 200%, desde a sua admissão em bolsa, isto é, desde Setembro de 2022, o preço da acção a fecho do referido período, fixou-se em Kz 16.000.

O índice MSCI Global, que mede o desempenho de acções em mercados desenvolvidos e emergentes ao redor do mundo, registou um crescimento de 10,81% nos primeiros seis meses de 2024, evidenciando a recuperação económica e a confiança renovada dos investidores em diversos sectores e regiões.

COTAÇÃO SEMESTRAL - ACÇÃO BCGA



Comunicação ao Mercado:

- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre as deliberações da Assembleia Geral anual de 28 de Março de 2024;
- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2023;

- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre a liquidação de dividendos referente ao exercício de 2023.

XI. Análise financeira

O Resultado Líquido do Caixa Angola cresceu 2,11%, face ao resultado do período homólogo de 2023, ao passo que o Produto Bancário que embora tenha caído 0,3% face a 2023 por conta do comportamento dos Resultados de Operações Financeiras, foi positivamente compensada pelo crescimento das Comissões Líquidas, mais de duas vezes acima quando comparado com o período homólogo. Após a dedução do Imposto sobre o Lucro, o Resultado Líquido do presente exercício, ascendeu ao montante de mKz 22 024 873.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
Margem Financeira	27 743 473	22 774 684	4 968 789	21,82%
Comissões Líquidas	8 163 624	4 036 524	4 127 100	102,24%
Resultados de Operações Financeiras (ROF)	5 425 493	13 938 961	(8 513 468)	-61,08%
Outros Resultados de Exploração (ORE)	(1 545 560)	(827 215)	(718 345)	86,84%
Produto Bancário	39 787 030	39 922 954	(135 924)	-0,34%
Custos com o Pessoal	(8 297 760)	(6 424 662)	(1 873 098)	29,15%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	(4 513 675)	(3 347 178)	(1 166 497)	34,85%
Depreciações e Amortizações do Exercício	(1 551 201)	(1 438 100)	(113 101)	7,86%
Custos de Estrutura	(14 362 636)	(11 209 940)	(3 152 696)	28,12%
Resultado de Exploração	25 424 394	28 713 014	(3 288 619)	-11,45%
Provisões Líquidas de Anulações	26 372	(173 184)	199 556	-115,23%
Imparidades de Crédito	615 932	(1 593 387)	2 209 319	-138,66%
Imparidade para Outros Activos Financeiros	32 602	(1 335 237)	1 367 838	-102,44%
Imparidade para Outros Activos	(280 093)	(350 873)	70 780	-20,17%
Resultados antes de Impostos	25 819 207	25 260 333	558 875	2,21%
Imposto sobre o Lucro	(3 794 334)	(3 691 376)	(102 958)	2,79%
Resultado Líquido	22 024 873	21 568 957	455 916	2,11%

Margem Financeira

No primeiro semestre do ano de 2024, a margem financeira ascendeu a mKz 27 743 473, um valor, superior em mKz 4 968 789 ao registado no período homólogo, o que se traduz numa variação de 21,82%.

O crescimento registado na Margem Financeira foi impulsionado pelo aumento dos proveitos de crédito à clientes, por conta do crescimento sustentado da carteira em moeda estrangeira e, respectiva apreciação cambial, apesar da queda registada nas taxas de juro durante o primeiro



quadrimestre do ano, e proveitos de aplicações de liquidez que registaram um aumento de 70,56% e 135,04%, respectivamente.

Relativamente a encargos, registou-se um incremento de 80,34% a nível da rubrica de custos de depósitos de clientes resultante da estratégia de captação de recursos e do aumento das taxas de juro passivas, cada vez mais competitivas.

	Valores em milhares de Kwanzas		
	Jun.24	Jun.23	Var. Hom.
Juros e rendimentos similares			
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Juros de crédito a clientes	20 275 274	11 887 737	70,56%
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	3 728 499	1 586 295	135,04%
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 691 008	17 101 870	3,44%
	41 694 781	30 575 903	36,36%
Activos financeiros mensurados ao justo valor			
Juros de crédito a clientes	0	63 044	-100,00%
	0	63 044	-100,00%
	41 694 781	30 638 946	36,08%
Juros e encargos similares			
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(94 263)	-100,00%
Juros de recursos de clientes	(13 900 340)	(7 707 808)	80,34%
Juros de passivos de locação	(50 968)	(62 191)	-18,05%
	(13 951 308)	(7 864 262)	77,40%
Margem Financeira	27 743 473	22 774 684	21,82%

Comissões de Serviços a Clientes

As Comissões Líquidas mantêm-se como principal contribuidor no crescimento do Produto Bancário. Embora tenham registado uma quebra na produção de cerca de 5% face ao trimestre mês anterior, ascendeu a mKz 8 163 624, um valor superior em mKz 4 127 100, mais de duas vezes superior ao registado no período homólogo.

O crescimento do negócio de *Trade Finance* merece destaque, tendo ascendido a mKz 3 465 544, um valor superior em mKz 1 569 201 (83%) ao registado no período homólogo, principalmente o crescimento das comissões de CDI (4,6 vezes superior), comissões de cobrança de prémio de Descoberto e Imobilização (9,4 vezes superior) e comissões de OPE (17,6% acima), que refletem a tendência dos clientes por garantir divisas para as importações numa data futura, com fixação prévia da taxa de câmbio, para lidar com a maior escassez de divisas e a maior incerteza na sua obtenção e na taxa de câmbio.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Variação	
			Valor	%
Com. Créditos Documentários (CDI)	1,659,947	328,861	1,331,086	>200%
Com. Créditos Documentários (CDE)	-	26,629	(26,629)	-100.00%
Com. Operações de Pagamento ao Estrangeiro (OPE)	1,793,957	1,525,374	268,583	17.61%
Com. Registo Remessas Documentárias (RDIM)	11,640	15,479	(3,839)	-24.80%
Com. TPA/ATM	1,499,649	1,027,786	471,863	45.91%
Com. Limite de Descoberto e Imobilização	2,167,522	230,367	1,937,155	>200%
Com. Cartões de Crédito	303,449	172,202	131,247	76.22%
Com. Carteira de Títulos	(13,238)	38,051	(51,289)	-134.79%
Com. Transferências Internas/Salários	163,497	132,171	31,326	23.70%
Com. Garantias Prestadas	77,061	166,631	(89,570)	-53.75%
Com. Conta DO	153,304	156,055	(2,751)	-1.76%
Com. Seguros Fidelidade	162,180	124,494	37,686	30.27%
Com. Cheques	2,439	2,779	(340)	-12.24%
Com. Outras	182,217	89,646	92,571	103.26%
Resultado de serviço de comissões	8,163,624	4,036,524	4,127,100	102.24%

Resultado de Operações Financeiras

Em termos comparativos os Resultados de Operações Financeiras, sinalizam uma redução de 61,08% face ao período homólogo, como resultado da depreciação brutal do kwanza ocorrida na metade do ano de 2023, tendo permitido um forte crescimento nos resultados de reavaliação cambial de balanço. Por outro lado, há um efeito quantidade negativo à nível da reavaliação de títulos, pela dificuldade em encontrar instrumentos de dívida a preço equilibrado e racional, para reinvestir os vencimentos em risco soberano com vista aumentar a liquidez disponível para compromissos com os clientes.

Adicionalmente, verificou-se uma redução do negócio de compra e venda de divisas, menos 14,20% comparativamente ao período homólogo, resultante da escassez de divisas para as necessidades do mercado, verificada sobretudo, a partir do segundo trimestre do ano.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Variação	
			Valor	%
Reavaliação de Balanço	2 061 863	5 420 393	(3 358 530)	-61,96%
Reavaliação de Títulos	357 289	4 648 621	(4 291 332)	-92,31%
Reavaliação de Depósitos	(279 785)	-	(279 785)	-
Compra e Venda de Notas	18 112	(5 444)	23 556	>200%
Compra e Venda de Divisas	3 268 014	3 808 715	(540 701)	-14,20%
Result. activos financ. avaliados ao jv através de resultados	-	66 676	(66 676)	-100,00%
Resultado de Operações Financeiras	5 425 493	13 938 961	(8 513 468)	-61,08%



Outros Resultados de Exploração

A variação de 86,84% em Outros Resultados de Exploração é justificada pelo impacto da rubrica de outros proveitos e lucros de negociação de títulos registado no período homólogo, no valor de mKz 813 623 que deixou de existir pela transferência das contas de custódia para uma Instituição Financeira Não Bancária e a inibição da actividade de intermediação financeira. Adicionalmente, a 30 de Junho de 2024, houve o aumento da rubrica de multa e outras penalidades legais, decorrente da realização de inspecções do BNA às Instituições Financeiras Bancárias levada a cabo em 2022, tendo sido aplicada uma multa no valor mKz 456 458 com base em dados de transacções que remontam ao período de 2018 a 2021.

Importa referir que o Caixa Angola efectuou nos anos subsequentes, isto é, de 2021 em diante, profundos investimentos nos seus sistemas e ferramentas de Compliance, estando hoje, dotado de meios com a necessária robustez para melhor identificar, mitigar e eliminar riscos inerentes aos temas de Prevenção e Branqueamento de Capitais, tendo inclusivamente procedido à substituição integral da plataforma usada até então, de forma a garantir que a sua estrutura de Compliance seja hoje suportada por ferramentas e sistemas adequados e que cumpre na íntegra com a legislação financeira bancária nacional e com a Lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, e do Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (Lei de PCBC/FT/PADM).

Por outro lado, destaca-se positivamente a descontinuidade de pagamento da taxa de custódia sobre o excesso das reservas livres, com impacto na rubrica de Impostos e taxas não incidentes sobre o Resultado, com uma variação em cerca de mKz 575 816.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Variação	
			Valor	%
Impostos e Taxas não incidentes sobre o Resultado	(852 697)	(1 428 513)	575 816	-40,31%
Penalidades aplicadas por Entidades Reguladoras	(458 559)	(122 076)	(336 483)	>200%
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	(21 365)	(17 622)	(3 743)	21,24%
Outros	(212 940)	740 995	(953 935)	-128,74%
Outros Resultados de Exploração	(1 545 561)	(827 215)	(718 345)	86,84%

Custos de Estrutura

Os Custos de Estrutura, em termos homólogos, tiveram um crescimento de 28,12% (2,88% abaixo da taxa de inflação homóloga), tendo atingido um montante de mKz 14 362 636, mais mKz 3 152 696 que no ano anterior.

Os Custos com Pessoal ascenderam ao montante de mKz 8 297 760, mais 29,15% face ao período homólogo. Os encargos com a remuneração dos Órgãos Sociais (Executivos e não Executivos) tiveram um crescimento homólogo de 62,79%, ajustados à deliberação da Assembleia Geral de Abril de 2023, sobre os mesmos e, impactados pela depreciação cambial do kwanza face ao USD. Relativamente aos colaboradores, a variação homóloga de 24,46% é explicada pelas progressões e promoções de colaboradores, pelas novas admissões e pela revisão da tabela salarial dos colaboradores do Banco, introduzindo um valor mínimo para a remuneração base, com um aumento significativo face ao ano anterior.

Os Gastos Gerais e Administrativos registaram um crescimento de 34,85% face ao período homólogo, justificado pela aceleração contínua da inflação, pelo impacto da depreciação cambial ocorrida nos meados de 2023, pela introdução da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais (CEOC) e pela entrada em vigor da nova pauta aduaneira, considerando que grande parte dos fornecedores têm necessidade de importação, ou têm matriz internacional no processo produtivo.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Variação	
			Valor	%
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização				
Remuneração mensal	1 103 244	729 702	373 542	51,19%
Remunerações adicionais	98 026	17 699	80 327	>200%
Encargos sociais obrigatórios	80 962	40 264	40 698	101,08%
	1 282 232	787 665	494 567	62,79%
Colaboradores				
Remuneração mensal	3 130 788	2 651 895	478 893	18,06%
Remunerações adicional	2 839 440	2 106 843	732 597	34,77%
Encargos sociais obrigatórios	523 068	407 278	115 789	28,43%
Encargos sociais facultativos	381 608	315 276	66 332	21,04%
Outros	140 624	155 704	(15 080)	-9,68%
	7 015 528	5 636 998	1 378 531	24,46%
Custo com o pessoal	8 297 760	6 424 662	1 873 098	29,15%

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Jun.23	Variação	
			Valor	%
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	2 279 384	1 600 800	678 585	42,39%
Segurança, conservação e reparação	764 330	626 384	137 946	22,02%
Deslocações e alojamentos	119 397	142 036	(22 638)	-15,94%
Formação	203 432	38 021	165 412	>200%
Comunicações	472 057	363 554	108 503	29,84%
Água e energia	35 162	26 540	8 623	32,49%
Publicações, publicidade e propaganda	413 237	346 764	66 473	19,17%
Materiais diversos	68 532	19 541	48 991	>200%
Seguros	60 999	63 782	(2 783)	-4,36%
Outros fornecimentos de terceiros	97 144	119 757	(22 613)	-18,88%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	4 513 675	3 347 178	1 166 497	34,85%

Análise do Balanço

Em 30 de Junho de 2024, o activo do Caixa Angola atingiu um montante de mKz 1 044 173 305, menos 1,18% face a Dezembro de 2023. Esta variação deve-se principalmente pela redução da carteira de dívida pública em 8,64% e pelo decréscimo do stock de disponibilidade em outras instituições de crédito em 23,37%.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	187 616 248	33 911 620	18,07%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99 490 496	129 837 401	(30 346 905)	-23,37%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	69 030 852	67 625 726	1 405 126	2,08%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	287 597	0	0,00%
Investimentos ao custo amortizado	269 238 813	294 715 744	(25 476 930)	-8,64%
Crédito líquido a clientes				
- Ao custo amortizado	360 859 080	353 352 559	7 506 521	2,12%
- Ao justo valor através de resultados	0	0	0	-
Outros activos tangíveis	11 927 675	12 597 955	(670 280)	-5,32%
Activos intangíveis	4 668 852	3 661 222	1 007 629	27,52%
Activos por impostos correntes	250 034	240 623	9 412	3,91%
Activos por impostos diferidos	0	831 733	(831 733)	-100,00%
Outros activos	6 892 038	5 862 922	1 029 116	17,55%
Total do activo	1 044 173 305	1 056 629 730	(12 456 425)	-1,18%
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 378 273	5 809 869	(2 431 596)	-41,85%
Recursos de clientes e outros empréstimos	884 196 781	898 520 128	(14 323 346)	-1,59%
Provisões	2 079 588	2 120 185	(40 598)	-1,91%
Passivos por impostos correntes	856 391	709 793	146 599	20,65%
Passivos por impostos diferidos	1 266 141	0	1 266 141	-
Outros passivos	9 300 973	10 445 275	(1 144 301)	-10,96%
Total do passivo	901 078 147	917 605 249	(16 527 101)	-1,80%
Capital Social	60 000 000	60 000 000	0	0,00%
Reservas de reavaliação	262 289	262 289	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	60 807 996	42 120 975	18 687 021	44,37%
Resultado líquido do exercício	22 024 873	36 641 217	(14 616 345)	-39,89%
Total do capital próprio	143 095 158	139 024 481	4 070 676	2,93%
Total do passivo e do capital próprio	1 044 173 305	1 056 629 730	(12 456 425)	-1,18%

Crédito a Clientes

O crédito bruto teve um crescimento de 2,18%, com a imparidade de crédito em balanço a crescer 3,59% para o montante de mKz 15.043.510, tendo o rácio de crédito com incumprimento face ao crédito total (NPL) registado uma redução de 8,59% em Dezembro de 2023 para 8,16%, cerca de 0,43 p.p.

O rácio de cobertura do crédito total por imparidade registou um ligeiro aumento de 0,05 p.p, fixando-se em 4% a Junho de 2024.

O BCGA mantém o foco na redução da carteira NPL (*Non Performing Loans*), crédito não produtivo, e antecipação de situações que possam originar possíveis incumprimentos. Tendo em conta as



características da carteira de crédito do BCGA pequena e concentrada, tem permitido um melhor conhecimento dos clientes e acompanhamento das situações de forma mais direccionada. Com estas acções foi possível a redução do rácio de NPL para 5%.

Adicionalmente o BCGA tem um nível de colaterais confortável face ao total da carteira de crédito e em particular o crédito em incumprimento, o que permite efectuar a cobertura das operações, e contribui para a redução da exposição a risco de crédito e consequentemente o nível de imparidade a constituir. O total de garantias brutas cobre mais de 328% do total da carteira de crédito, e as garantias líquidas de haircut cobrem 86% do total do crédito.

	Valores em milhares de Kwanzas		
	Jun.24	Dez.23	Var. Hom.
Crédito ao custo amortizado	375 902 590	367 874 777	2,18%
Crédito e juros sem incumprimento			
Administração pública	129 925 408	139 105 469	-6,60%
Empresas	182 832 297	170 040 425	7,52%
Particular	32 470 849	27 146 320	19,61%
	345 228 554	336 292 214	2,66%
Crédito e juros em incumprimento			
Até 3 meses	970 008	5 669 887	-82,89%
De 3 meses a 1 ano	5 420 942	5 024 771	7,88%
De 1 a 5 anos	24 283 086	20 751 792	17,02%
Mais de 5 anos	-	136 113	-100,00%
	30 674 036	31 582 563	-2,88%
Perdas por Imparidade	(15 043 510)	(14 522 218)	3,59%
Crédito ao justo valor através de resultados	-	-	-
Total	360 859 080	353 352 559	2,12%

Valores em milhares de Kwanzas

31-12-2023

Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	5 669 887	415 211	8 050 162
Aval Govenamental	4 118 400	60 014	4 562 328
Hipotecas de imóveis	1 303 930	228 631	3 397 795
Depósito a Prazo	128 276	27 705	90 039
Outras Garantias	119 282	98 862	-
De 3 meses a 1 ano	5 024 771	2 862 512	5 238 501
Aval Govenamental	202 873	24 556	292 351
Garantia emitida por Bancos	21 546	18 680	29 925
Hipotecas de imóveis	1 290 449	183 105	4 914 958
Depósito a Prazo	636 801	438 215	1 267
Outras Garantias	2 873 102	2 197 955	-
De 1 a 5 anos	20 751 792	6 830 207	35 867 163
Aval Govenamental	8 851 597	148 123	22 837 829
Hipotecas de imóveis	10 773 519	5 667 280	13 027 003
Depósito a Prazo	49 868	19 094	2 332
Outras Garantias	1 076 807	995 710	-
Mais de 5 anos	136 113	12 453	358 671
Hipotecas de imóveis	124 528	12 453	358 671
Outras Garantias	11 585	-	-
	31 582 563	10 120 383	49 514 497

Valores em milhares de Kwanzas

30-06-2024

Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	970 008	336 123	-
Outras Garantias	970 008	336 123	-
De 3 meses a 1 ano	5 420 942	1 859 687	-
Outras Garantias	5 420 942	1 859 687	-
De 1 a 5 anos	24 283 086	8 775 992	71 566 747
Aval Govenamental	9 426 481	161 665	24 334 355
Garantia emitida por Bancos	21 492	18 761	29 851
Hipotecas de imóveis	11 581 921	5 786 559	44 701 876
Depósito a Prazo	645 085	439 079	2 500 665
Outras Garantias	2 608 107	2 369 928	-
	30 674 036	10 971 802	71 566 747

Carteira de Títulos

A carteira de investimentos ao custo amortizado, registou uma redução de 8,64% face a Dezembro 2023 tendo ascendido ao montante de mKz 269 238 813 contra os mKz 294 715 744 registados ao fecho de 2023, o que representa cerca de 25,80% do total do activo.

As perdas por imparidade tiveram igualmente uma redução em cerca de 2,62%, para mKz 4 254 591 quando comparado com o fecho de 2023.

Valores em milhares de Kwanzas			
	Jun.24	Dez.23	Var. Hom.
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo			
Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional			
Indexadas à Taxa de Câmbio do Dólar dos Estados Unidos	25 581 011	24 834 116	3,01%
Não Reajustáveis	103 518 177	159 288 273	-35,01%
	129 099 188	184 122 389	-29,88%
Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira	53 242 617	77 831 887	-31,59%
Bilhetes do Tesouro	91 151 599	37 130 712	145,49%
	144 394 216	114 962 599	25,60%
Perdas por Imparidade	(4 254 591)	(4 369 244)	-2,62%
	269 238 813	294 715 744	-8,64%



02

2024 — 1º SEMESTRE

Demonstrações Financeiras

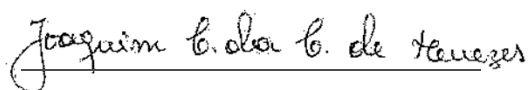
D. Demonstrações Financeiras

Demonstração Intercalar Condensada dos Resultados para os Períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2024 e 2023

mKz	Notas	30-06-2024	30-06-2023
Juros e rendimentos similares	4	41 694 781	30 638 946
Juros e encargos similares	4	(13 951 308)	(7 864 262)
Margem financeira		27 743 473	22 774 684
Rendimentos de serviços e comissões	5	10 307 110	5 500 710
Encargos com serviços e comissões	5	(2 143 486)	(1 464 186)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	-	66 676
Resultados cambiais	6	5 425 493	13 872 285
Resultados de alienação de outros activos	7	1 423	5 373
Outros resultados de exploração	8	(1 546 983)	(832 588)
Produto da actividade bancária		39 787 030	39 922 954
Custos com pessoal	9	(8 297 760)	(6 424 662)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(4 513 675)	(3 347 178)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(1 551 201)	(1 438 100)
Provisões líquidas de anulações	24	26 372	(173 184)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	17	615 932	(1 593 387)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	13,14 e 16	32 602	(1 335 237)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	18,19 e 21	(280 093)	(350 873)
Resultado antes de impostos de operações em continuação		25 819 207	25 260 333
Impostos sobre os resultados			
Correntes	20	(1 696 460)	(1 346 076)
Diferidos	20	(2 097 874)	(2 345 300)
Resultado líquido do Período		22 024 873	21 568 957
Número médio de acções ordinárias emitidas	11	20 000 000	20 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	11	1 101	1 078
Resultados por acção diluídos (em kwanzas)	11	1 101	1 078

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras intercalares condensadas

Joaquim Cícero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



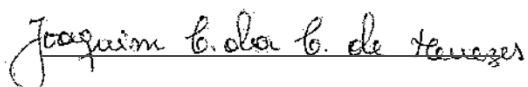
Pela Administração

**Demonstração Intercalar Condensada do Rendimento Integral para
os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2024 e 2023**

mKz	Notas	30-06-2024	30-06-2023
Resultado líquido do Período		22 024 873	21 568 957
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Variação de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	15	-	-
Total do Rendimento Integral		22 024 873	21 568 957

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras intercalares condensadas

Joaquim Cícero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



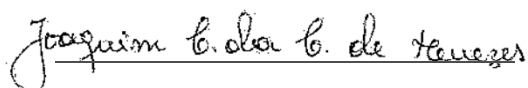
Pela Administração

**Balanço Intercalar Condensado em 30 de Junho de 2024
e 31 de Dezembro de 2023**

mKz	Notas	30-06-2024	31-12-2023
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	221 527 868	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	99 490 496	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	69 030 852	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	16	269 238 813	294 715 744
Crédito a clientes	17	360 859 080	353 352 559
Outros activos tangíveis	18	11 927 675	12 597 955
Activos intangíveis	19	4 668 852	3 661 222
Activos por impostos correntes	20	250 034	240 623
Activos por impostos diferidos	20	-	831 733
Outros activos	21	6 892 038	5 862 922
Total do activo		1 044 173 305	1 056 629 730
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	22	3 378 273	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	884 196 781	898 520 128
Provisões	24	2 079 588	2 120 185
Passivos por impostos correntes	20	856 391	709 793
Passivos por impostos diferidos	20	1 266 141	-
Outros passivos	25	9 300 973	10 445 274
Total do passivo		901 078 147	917 605 249
Capital Social	26	60 000 000	60 000 000
Reservas de reavaliação	27	262 289	262 289
Outras reservas e resultados transitados	27	60 807 996	42 120 975
Resultado líquido do Período		22 024 873	36 641 217
Total do capital próprio		143 095 158	139 024 481
Total do passivo e do capital próprio		1 044 173 305	1 056 629 730

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras intercalares condensadas

Joaquim Cícero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



Pela Administração

Demonstração Intercalar Condensada de Alterações nos Capitais Próprios para os períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

mKz	Notas	Capital	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
			Reservas de justo valor	Sub-total	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Sub-Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		60 000 000	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731	34 480 487	119 520 221
Aplicação do resultado líquido do Período									
Transferência para outras reservas	27	-	-	-	-	34 480 487	34 480 487	(34 480 487)	-
Transferência para reserva legal		-	-	-	3 448 048	(3 448 048)	-		-
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(17 240 243)	(17 240 243)	-	(17 240 243)
Resultado líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	21 568 957	21 568 957
Saldo em 30 de junho de 2023		60 000 000	159 003	159 003	12 980 373	29 140 602	42 120 975	21 568 957	123 848 935
Alterações de justo valor	15	-	103 286	103 286					103 286
Resultado líquido do Período		-	-	-	-	-	-	15 072 260	15 072 260
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		60 000 000	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975	36 641 217	139 024 481
Aplicações do resultado líquido do Período									
Transferência para outras reserva	27	-	-	-	-	36 641 217	36 641 217	(36 641 217)	-
Transferência para reserva legal		-	-	-	3 664 122	(3 664 122)	-		-
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)	-	(17 954 196)
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	22 024 873	22 024 873
Saldo em 30 de Junho de 2024		60 000 000	262 289	262 289	16 644 495	44 163 501	60 807 996	22 024 873	143 095 158

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras intercalares condensadas

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Joaquim C. da C. de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

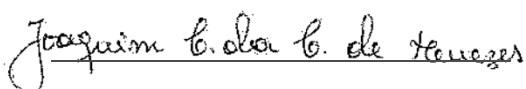


**Demonstração Intercalar Condensada dos Fluxos de Caixa
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2024 e 2023**

mKz	Notas	30-06-2024	30-06-2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		51 876 303	39 849 623
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos		(14 828 427)	(9 617 983)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(13 644 757)	(9 876 298)
Outros resultados		1 706 580	2 882 813
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		25 109 699	23 238 155
Aumentos/Diminuições nos activos e passivos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(1 424 960)	33 138 338
Crédito a clientes		(3 610 553)	(56 339 246)
Recursos de instituições de crédito		(2 433 843)	14 750 392
Recursos de clientes e outros empréstimos		(26 741 959)	(82 548 920)
Outros activos e passivos operacionais		(1 028 965)	(1 136 832)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(35 240 280)	(92 136 268)
Impostos sobre os lucros pagos		(1 559 273)	(5 027 449)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(11 689 854)	(73 925 562)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Investimentos ao custo amortizado		25 530 312	(38 136 250)
Compra de imobilizações		(2 197 712)	(3 053 647)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		23 332 600	(41 189 897)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos de acções ordinárias pagos	27	(17 954 196)	(17 240 243)
Pagamentos referentes a passivos da locação		(41 597)	(382 952)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(17 995 793)	(17 623 195)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(1 646 953)	(132 738 654)
Caixa e equivalentes no início do período		237 241 233	190 865 602
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(6 353 047)	(132 738 654)
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		89 870 654	179 114 285
Caixa e equivalentes no fim do período		320 758 840	237 241 233
Caixa	12	6 935 366	8 379 123
Disponibilidades em Bancos Centrais	12	214 592 502	134 304 807
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	99 230 972	94 557 303
Caixa e equivalentes		320 758 840	237 241 233

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



Pela Administração

I. Notas às demonstrações financeiras intercalares condensadas

Nota 1 - Nota Introdutória

O Banco Caixa Geral Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “Caixa Angola”) foi constituído por Escritura Pública de 1 de Julho de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do então denominado Banco Totta & Açores, S.A. (“Sucursal”) em banco de direito local, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”) de 15 de Maio de 2002 e da resolução do Conselho de Ministros de 23 de Fevereiro de 2002, que autorizaram a sua constituição.

No âmbito desta operação e na sequência da deliberação da Comissão Executiva do Conselho de Administração do então Banco Totta & Açores, S.A. de 12 de Junho de 2002, foi transferida a totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações afectos à anterior Sucursal, para o Banco. Neste contexto, a Sucursal foi encerrada no dia 30 de Junho de 2002, pelo valor apurado no balancete de encerramento, o qual foi aplicado na realização de 99,98492% do capital inicial do Banco.

Aquando da reorganização da sua estrutura accionista, a 2 de Julho de 2009, a qual se traduziu na entrada de novos accionistas, designadamente, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD”) através da Partang SGPS, S.A. e a Sonangol através da Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P. e da Sonangol Holdings, Lda. foi alterada a sua denominação social, passando para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Nessa mesma data, foi efectuado um aumento do seu capital social de mKz 794.400 para mKz 9.376.913, através da entrada em dinheiro de mKz 7.780.600, correspondentes a USD 100.000.000, o qual foi realizado por todos os accionistas na proporção da participação detida nesta data. Os remanescentes mKz 801.913 do aumento de capital foram realizados por integração de reservas livres. Após este aumento de capital, o valor unitário das acções foi redenominado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas, tendo as 857.500.000 acções sido convertidas em 17.150.000 acções.

No dia 8 de Julho de 2015, o Banco Santander Totta e a Santotta - Internacional SGPS anunciaram a venda da sua participação de 49% no capital social da Partang SGPS, S.A. à Caixa Geral de Depósitos, passando este Banco a deter a totalidade do capital daquela sociedade.

Na sequência desta venda, em 22 de Janeiro de 2016, a denominação do Banco foi alterada para Banco Caixa Geral Angola, S.A., comercialmente designado por Caixa Angola.

No dia 28 de Dezembro de 2020, a Caixa Geral de Depósitos procedeu à incorporação da Partang SGPS, S.A. através de um processo de fusão, passando a deter participação directa no Caixa Angola.

Assim, a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Caixa Angola era detido maioritariamente pela CGD.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 9 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas livres no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos anteriores 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000 (ver nota 26). Este aumento de capital foi realizado no âmbito da operação de abertura do capital social do Caixa Angola em Bolsa ocorrida em Setembro de 2022.

Em Setembro de 2022, o Banco Caixa Geral Angola S.A. tornou-se o primeiro banco de capital maioritariamente estrangeiro e a segunda empresa angolana a ter acções admitidas à negociação na Bolsa de Dívida e de Valores de Angola (BODIVA).

O Banco tem como missão consolidar-se como um banco estruturante do sistema financeiro nacional, reconhecido pela sua contribuição para o desenvolvimento económico, o reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas nacionais, e a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Tendo presente esta missão, a actividade do Banco é orientada pelos seguintes valores: rigor, transparência, segurança, responsabilidade e integridade, e respeito.

Assim, o Caixa Angola é hoje uma marca tradicional, com 31 anos de actividade, focado em contribuir para o sucesso e crescimento dos seus clientes, em participar activamente no progresso e desenvolvimento do País, não esquecendo o posicionamento de Angola no mundo global, corporizando a sua estratégia na nova assinatura - "Um Banco Local. Uma Rede Global."

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos para os quais se encontra devidamente autorizado.

O Banco oferece um conjunto de serviços e uma carteira de produtos diversificada, com particular destaque para a área de crédito aos sectores produtivos em apoio à iniciativa de diversificação da economia para sectores não petrolíferos e para os serviços diversos relacionados com os pagamentos internacionais, direccionados a empresas e empresários em nome individual, para apoiar o comércio externo. Deste modo, o Banco visa financiar empresários de pequena e média dimensão, dispondo para o efeito de uma rede nacional de 27 balcões e 4 centros de empresas, distribuídos por 9 províncias (Cabinda, Zaire, Luanda, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Huíla, Namibe e Kwanza Sul). Dos balcões em actividade, 18 balcões encontram-se localizados na cidade de Luanda e os restantes nas outras províncias. Os centros de empresas estão também localizados na província de Luanda.

Nota 2 – Bases da preparação e Políticas contabilísticas

2.1. Bases da Preparação

No âmbito do disposto no Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do BNA, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) efectivas a 1 de Janeiro de 2023 e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Banco agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2024.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (“IAS 34”). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 30 de Junho de 2023, com excepção no que se refere às novas normas emitidas.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 3.

As normas contabilísticas recentemente emitidas e aplicáveis ao Banco, incluindo as de 30 de Junho de 2024 ainda não se encontram em vigor, podem ser analisadas na Nota 2.2.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2024” solicito que alterem a data, para 27 de Agosto de 2024.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adopção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efectivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2024:

- I. IAS 1 (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- II. IAS 7 (alteração), e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efectue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda *Decision* de dezembro de 2020.
- III. IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como "vendas" à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que não reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Activo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

As alterações que se tornaram efectivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2024 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024:

- I. IFRS 7 e IFRS 9 (alteração), 'Classificação e mensuração de Financiamentos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como: 1) ativos sem direito de recurso; 2) instrumentos contratuamente associados; e 3) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo (“ESG”); iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.
- II. IFRS 18 (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 dá um maior enfoque na especificação de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios. Os itens da demonstração dos resultados serão classificados numa de três categorias: operacional, investimento, financiamento. Serão exigidos subtotais e totais especificados, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória do subtotal “Resultado operacional”. Esta norma inclui também melhorias na divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com o subtotal mais próximo exigido pelas IFRS. Esta norma vem ainda reforçar a orientação sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma aplica-se retrospectivamente.
- III. IFRS 19 (nova norma), 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis

na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação de informação comparativa total exceto se alguma isenção for aplicável.

- IV. IAS 21 (alteração) ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Não se estima que as alterações que se irão tornar efectivas em ou após 1 de Janeiro de 2024 e anos seguintes venham a ter impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2.3. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de reservas.

As demonstrações financeiras do Caixa Angola em 30 de Junho de 2024 e 2023, e em 31 de Dezembro de 2023 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (mKz), tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, e em 31 de Dezembro de 2023, as taxas de câmbio médias do Dólar dos Estados Unidos (USD) e do Euro (EUR), face ao Kwanza (Kz), eram os seguintes:

mKz	30-06-2024	31-12-2023	30-06-2023
1 USD	853,629	828,800	822,940
1 EUR	913,725	915,99	899,227

2.4. Instrumentos financeiros – IFRS 9

2.4.1 Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

2.4.1.1 Activos financeiros

A classificação de activos financeiros é determinada no reconhecimento inicial e é expectável que as reclassificações sejam extremamente raras. Um activo financeiro só pode ser reclassificado se houver uma alteração no modelo de negócio para gestão dos activos financeiros e, assim sendo, esta reclassificação requer aprovação e actualização da política contabilística.

De acordo com a IFRS 9, os instrumentos financeiros podem ser classificados em três categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”); (iii) e Justo valor através de resultados (“FVTPL”).

2.4.1.1.1 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são obrigatoriamente mensurados ao justo valor, com as variações a serem reflectidas em resultados, ou seja, são classificados em “FVTPL”. Os instrumentos de capital são considerados como mantidos para negociação quando a entidade tem a intenção de negociar as posições com vista a realizar um lucro a curto prazo.

Contudo, no reconhecimento inicial, existe a opção irrevogável, e numa base de instrumento-a-instrumento, de classificar os instrumentos de capital em “FVOCI”. Esta opção é aplicável somente a instrumentos que não são mantidos para negociação e que não estão reconhecidos como contingente por um comprador numa combinação de negócio na qual a IFRS 3 - ‘Concentração de actividades empresariais’ se aplica.

Com a aplicação da opção irrevogável de classificação em “FVOCI”, os ganhos e perdas nos investimentos em instrumentos de capital designados em “FVOCI” serão reconhecidos em outro rendimento integral e nunca poderão ser reclassificados de capital para resultados (mesmo quando os mesmos são desreconhecidos). Os dividendos são usualmente reconhecidos em resultados. Contudo, se se concluir que os mesmos representam uma recuperação de parte do custo de investimento, serão reconhecidos a deduzir à reserva de justo valor. O instrumento de capital não é

submetido a análise de imparidade, mesmo quando é aplicada a opção irrevogável de classificação em “FVOCI”.

2.4.1.1.2 Instrumentos de dívida

De acordo com a IFRS 9, todas as categorias de mensuração estão disponíveis para os instrumentos de dívida, nomeadamente:

- Custo amortizado;
- Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”); e
- Justo valor através de resultados (“FVTPL”).

Existe a opção irrevogável de designar um instrumento financeiro que poderia ser de outra forma mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, para ser mensurado ao justo valor através de resultados na opção de justo valor (“FVO”), se tal designação eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência no reconhecimento e mensuração (*mismatch* contabilístico) que de outra forma levaria a que a mensuração dos activos e passivos ou o reconhecimento dos ganhos e perdas fosse efectuada em diferentes bases.

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida nas categorias anteriores é efectuada com base em dois elementos:

- I. modelo de negócios do Banco para a gestão de instrumentos de dívida; e**
- II. características dos fluxos de caixa contratuais de instrumentos de dívida.**

Modelo de Negócio

DEFINIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio representa a forma como o Banco gere os seus activos financeiros com o intuito de gerar fluxos de caixa, o que, de acordo com a IFRS 9, pode ser através da recolha dos fluxos de caixa contratuais (*Hold-to-Collect* – “HTC”), um modelo misto de recolha dos fluxos de caixa contratuais e realização de vendas perante a identificação de oportunidades de mercado (“*HTC and Sell*”) ou outros modelos de negócio (por exemplo *trading*).

As categorias de mensuração são aplicadas de acordo com o modelo de negócio atribuído aos instrumentos de dívida – decisão do modelo de negócio.

Os modelos de negócio não dependem das intenções da gestão para um instrumento individual (i.e., não se trata de uma avaliação instrumento-a-instrumento). Esta análise é realizada com um nível de agregação mais alto (i.e. numa base de carteira-a-carteira). O Banco pode optar por mais do que um modelo de negócio para a gestão dos seus instrumentos de dívida.

A avaliação do modelo de negócio requer julgamento baseado em factos e circunstâncias. Assim, devem ser considerados quer factores quantitativos (a frequência e valor esperado das vendas), quer factores qualitativos (o propósito da aquisição dos activos financeiros, as razões para qualquer venda, como o desempenho é gerido e como os colaboradores são remunerados, etc.).

MODELO DE NEGÓCIO - HOLD-TO-COLLECT ("HTC")

Os activos financeiros relevados num modelo "HTC", são geridos de forma a realizar os fluxos de caixa através da recolha dos pagamentos de capital e juros ao longo da vida dos instrumentos. Neste modelo de negócio as vendas devem ser circunstanciais e acessórias ao objectivo do modelo de negócio. Tipicamente envolve um menor nível de vendas em comparação com os outros modelos de negócio, quer em termos de frequência quer em termos de volume.

Não obstante o objectivo do modelo de negócio "HTC" ser o de deter os activos financeiros de forma a recolher os fluxos de caixa contratuais, a entidade não necessita de deter todos os activos até à maturidade. Um modelo de negócio pode ser "HTC" mesmo quando tenham ocorrido algumas vendas de activos financeiros ou se espera que venham a ocorrer, desde que estas vendas não sejam significativas.

MODELO DE NEGÓCIO - HOLD-TO-COLLECT AND SELL ("HTC AND SELL")

Quer a recolha dos fluxos de caixa contratuais quer as vendas são parte integrante do objectivo deste modelo de negócio. Para a categoria "HTC and Sell" o modelo de negócio consiste em deter um portfólio de activos líquidos de forma a fazer face a compromissos esperados ou não esperados ou para financiar aquisições antecipadas. Neste caso, a classificação dos instrumentos de dívida, foca-se não no modelo de negócio em si, mas na forma como estes instrumentos são geridos de forma a cumprir os objectivos do modelo de negócio.

Um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado através, quer da recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer das vendas dos activos financeiros, terá tipicamente uma maior frequência e valor de vendas comparativamente ao modelo de negócio "HTC". Tal deve-se ao facto de as vendas dos activos financeiros serem parte integrante do objectivo do modelo de negócio e não acessórias ao mesmo. No entanto, não existe nenhum limite para a frequência ou montante das vendas que podem ocorrer neste modelo de negócio, pois ambas as formas são parte integrante da forma de alcançar o objectivo deste modelo de negócio.

MODELO DE NEGÓCIO - OUTROS

Este modelo inclui todos os portfólios geridos de outras formas que não "HTC" ou "HTC and Sell" e inclui nomeadamente portfólios que:

- I. São geridos com o objectivo de realizar fluxos de caixa através da venda;
- II. São geridos, e cuja performance é avaliada, numa base do justo valor; ou
- III. Cumprem a definição de detidos para negociação.

Um activo financeiro é detido para negociação se é:

- I. Adquirido principalmente com o propósito de venda no curto prazo;
- II. No momento do reconhecimento inicial, parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados como sendo geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão actual de realização de lucro no curto prazo; ou
- III. Um derivado, excepto derivados designados e efectivos para instrumentos de cobertura.

Solely Payments of Principal and Interest on the principal amount outstanding (“SPPI”)

Nos modelos de negócio “HTC” e “*HTC and Sell*”, a classificação e mensuração dos instrumentos de dívida dependem também das características dos fluxos de caixa contratuais. Desta forma, o Banco determina, para cada activo financeiro, se os fluxos de caixa contratuais previstos correspondem, exclusivamente, ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, através da realização de testes SPPI.

De acordo com a Norma IFRS 9, o termo “capital” é definido como o justo valor no momento do reconhecimento inicial, podendo o mesmo ser sujeito a alterações ao longo da vida útil do activo financeiro (por exemplo, através de reembolsos antecipados), e o termo “juros” corresponde ao rendimento gerado pela consideração do valor temporal do dinheiro e do risco de crédito associado ao capital em dívida, de outros riscos e custos básicos dos créditos, bem como da margem de lucro. De acordo com esta definição, os juros compreendem as seguintes componentes:

- I. Valor temporal do dinheiro: componente dos juros que apenas tem em consideração a passagem do tempo, sem considerar outros riscos ou custos associados com a manutenção dos activos financeiros. Para determinar se este é o único elemento considerado, o Banco aplica julgamentos e tem em consideração factores relevantes como a moeda em que se encontra expresso o instrumento de dívida e o período de refixação das taxas de juro;
- II. Risco de crédito: esta componente pretende compensar o credor pela possibilidade de incumprimento futuro do devedor;
- III. Outros riscos e custos: incluem o risco de liquidez ou custos administrativos; e
- IV. Margem de lucro: margem adicional que o credor requer ao devedor.

Instrumentos de dívida - Custo amortizado

Um instrumento de dívida será classificado e subsequentemente mensurado ao custo amortizado somente se as seguintes condições se verificarem:

- **Modelo de Negócio:** o instrumento de dívida é mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os fluxos de caixa contratuais (“HTC”); e
- **Cumprimento com o critério SPPI:** os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (“SPPI”).

Os instrumentos financeiros designados ao custo amortizado são, no momento do reconhecimento inicial, registados ao justo valor acrescido de qualquer custo de transacção directamente atribuível à sua aquisição ou emissão. O justo valor no momento inicial de um activo ou passivo financeiro designado ao custo amortizado é normalmente o preço de transacção desde que o activo não possua uma taxa de juro abaixo do mercado (IFRS 13 – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’).

Na mensuração subsequente, os instrumentos são sujeitos a imparidade (reconhecida por contrapartida de resultados em “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”), o juro é reconhecido em resultados (“Juros e rendimentos similares”) utilizando a taxa de juro efectiva sobre o valor contabilístico bruto (excepto no caso de activos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade) e os ganhos e perdas cambiais são igualmente reconhecidos em resultados (“Resultados cambiais”).

Instrumentos de dívida - Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”)

O instrumento de dívida será classificado e mensurado ao “FVOCI” se ambas as seguintes condições se verificarem:

- **Modelo de Negócio:** se o instrumento de dívida for mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os seus fluxos de caixa contratuais e, eventualmente, ganhar com a sua venda (“HTC and Sell”); e
- **Cumprimento com o critério SPPI:** os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (“SPPI”).

Os requisitos de mensuração subsequente para os activos mensurados ao “FVOCI” continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Os ganhos e perdas relativos aos instrumentos de dívida classificados em “FVOCI” resultantes de alterações no seu justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são

reclassificados para “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Apresentam-se como excepção ao referido os casos a seguir apresentados que são reconhecidos em resultados:

- O juro é reportado em “Juros e rendimentos similares” utilizando o método de taxa de juro efectiva;
- A imparidade e reversões são registadas em “Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

No que diz respeito a títulos de dívida, quando o activo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificada para “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

Instrumentos de dívida - Justo valor através de resultados (“FVTPL”)

Qualquer instrumento financeiro que não se classifique em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados (“FVTPL”).

Os requisitos de mensuração subsequentes para os activos mensurados ao “FVTPL” continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Ganhos e perdas em activos financeiros classificados em “FVTPL”, resultantes de alterações no seu justo valor ou de alienações são reconhecidos em “Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

O juro é reportado em “Juros e rendimentos similares” pelo menos mensalmente numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao “FVTPL”.

2.4.1.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Opção de Justo Valor) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- São contratadas operações de derivativos com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos ou passivos e dos derivativos (*mismatch* contabilístico); ou
- os passivos financeiros contêm derivativos embutidos.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.4.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

2.4.2 Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade desenvolvido de acordo com a norma IFRS 9 é aplicável aos seguintes activos financeiros:

- Todos os activos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação em que o Banco actua como locador - IFRS 16 – ‘Locações’);
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”);
- Créditos documentários e garantias e avales prestados; e
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes’, nos casos em que esta norma remete a contabilização para a IFRS 9.

Estes activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- Estágio 1 - Activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - Activos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

- Estágio 3 - Activos para os quais existe evidência objectiva de imparidade (activos em default ou com imparidade na originação ou na aquisição).

A norma IFRS 9 não define um conceito de default, no entanto, o Banco aplica a definição de default em vigor no Grupo CGD. Para efeitos de gestão do risco de crédito, a qual incorpora um conjunto de critérios qualitativos para aferição do estado de *default*, critérios estes que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade de o mutuário não cumprir com as suas obrigações dentro das datas acordadas com o Banco.

É apenas necessário que se cumpra um dos seguintes critérios para que uma operação seja classificada como *default*:

- Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
- Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;
- Clientes com operações em contencioso;
- Clientes declarados insolventes;
- Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica;
- Créditos abatidos ao activo;
- Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);
- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação em estágio 2 baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk* – “SICR”) desde o reconhecimento inicial. O “SICR” é identificado através de critérios qualitativos como é o caso de atrasos superiores a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras, entre outros.

Dependendo da classificação do estágio dos activos, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para activos em estágio 1; e
- Perdas Esperadas ao longo da vida do activo: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera vir a receber até à maturidade dos activos. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para activos em estágio 2 e 3.

As perdas esperadas são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do *default* ao longo do horizonte relevante.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projecções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A avaliação de imparidade é efectuada numa base individual para exposições significativas e numa base colectiva para as restantes exposições. Caso se determine que não existe evidência de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Na Nota 33 é apresentado maior detalhe sobre o modelo de imparidade aplicado aos diferentes tipos de instrumentos de dívida reconhecidos no activo do Banco.

2.4.3 Desreconhecimento de activos financeiros com Imparidade na origemação/aquisição (POCI)

Os activos com imparidade na origemação ou na aquisição (“POCI”) são activos em situação de imparidade no reconhecimento inicial – um activo tem imparidade se um ou mais eventos ocorreram e tiveram impacto negativo nos fluxos de caixa futuros esperados do activo.

Os dois eventos que levam à origemação de exposições em POCI apresentam-se como segue:

- Novos activos financeiros em situação de imparidade após alterações que levem ao desreconhecimento e reconhecimento de uma nova operação; e
- Novas exposições a clientes em situação de imparidade.

O Banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos fluxos de caixa ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. Considera-se que é transferido um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, mas o Banco assume uma obrigação contratual de entregar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários.

No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, o Banco deve tratar a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- I. não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário, excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- II. encontra-se impedida, pelos termos do acordo de transferência, de vender o activo original; e
- III. tenha a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses fluxos de caixa até ao seu pagamento.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do activo financeiro, o Banco recalcula o valor de balanço bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do activo deve ser determinado como o valor actual dos fluxos de caixa renegociados ou modificados, descontado à taxa efectiva original do activo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados em situação de imparidade) ou, quando aplicável, à taxa de juro efectiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridas são incluídos no novo valor de balanço bruto e diferidos durante o período de vida remanescente do activo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do activo financeiro, observam-se as seguintes implicações:

- I. Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do activo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- II. Registo do novo activo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do activo anterior registada em resultados;
- III. Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um activo por dificuldades financeiras do devedor, o novo activo é considerado POCI, sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas numa base *lifetime*, ou seja, o novo activo nunca poderá ser classificado como estágio 1;
- IV. O custo amortizado do novo activo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- V. O novo activo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um activo financeiro anteriormente marcado como reestruturado por dificuldades financeiras, continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e
- VI. Para um activo financeiro originalmente classificado no estágio 3, para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respectivo desreconhecimento, o novo activo

financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no estágio 3, podendo, em função dos critérios definidos pelo Banco para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o estágio 2.

A IFRS 9 não concretiza quais os critérios a observar para distinguir em que circunstâncias é que uma alteração aos fluxos de caixa contratuais deve resultar no desreconhecimento ou não do activo financeiro. Desta forma, o Banco alinou a sua política com o Accionista maioritário onde consolida (CGD), tendo definido que a:

10. Decisão deverá ter em consideração as razões que conduziram à respectiva modificação. A este nível são identificadas duas razões:

- Dificuldades financeiras do devedor; e
- Motivações comerciais.

DIFICULDADES FINANCEIRAS DO DEVEDOR

Modificações contratuais que resultem do normal processo de recuperação de crédito em incumprimento por dificuldades financeiras do devedor não deverão por princípio resultar no desreconhecimento do activo financeiro.

O racional subjacente é o seguinte:

- I. As alterações contratuais efectuadas em caso de reestruturações por dificuldades financeiras do cliente são necessárias à recuperação do crédito concedido e constituem uma consequência desse processo; e
- II. No caso de ser reconhecida uma nova operação, esta seria dissociável da operação original. No entanto, o Banco, em circunstâncias normais, não concederia o financiamento com condições contratuais iguais às condições do processo de reestruturação.

Deverão, contudo, ser consideradas algumas excepções, nomeadamente quando se verificarem modificações substanciais no activo financeiro.

Entende-se que uma alteração implica modificações substanciais no activo financeiro quando:

- As alterações ao contrato que impliquem que os fluxos de caixa contratuais deixem de poder ser considerados apenas capital e juros (SPPI) nos termos definidos pela IFRS 9 e quando sujeitos ao teste SPPI; e
- As alterações ao contrato que impliquem uma alteração da contraparte do activo financeiro, salvo se directamente relacionada com o devedor original.

Nestes casos excepcionais as alterações contratuais deverão dar lugar ao desreconhecimento do activo financeiro. Adicionalmente a estes critérios, entende-se que uma alteração contratual implica

uma análise específica (“activo a activo”) para avaliação da existência de uma modificação substancial no activo financeiro, quando o montante em dívida do activo financeiro na data da alteração contratual exceder os mKz 100.000 e a diferença entre o valor descontado dos fluxos de caixa do activo financeiro com as novas condições e o valor descontado dos fluxos de caixa do activo originalmente reconhecido, actualizados à taxa efectiva original, for superior a 10%. Consequentemente, uma alteração contratual que caia nesta situação poderá, em função da conclusão desta análise específica, conduzir ao desreconhecimento do activo financeiro e ao reconhecimento de um novo instrumento financeiro.

MOTIVAÇÕES COMERCIAIS

Todas as modificações contratuais originadas por motivações comerciais deverão implicar um desreconhecimento do activo financeiro em vigor e ao reconhecimento de um novo. O racional subjacente prende-se pelo facto de:

- Estas alterações serem efectuadas com o objectivo de reflectir as condições de mercado actuais sobre o valor em dívida, na medida em que ocorrem a pedido da contraparte e, caso o pedido não seja atendido, o cliente pode terminar a operação tendo a capacidade de contratar uma operação semelhante ou até mais favorável noutra Instituição de Crédito; e
- O objectivo e/ou montante contratualizado sofrer alterações e não cumprir com os termos contratuais do contrato original.

2.5. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O activo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, não são incorporados no activo, são reconhecidos como custo do período, na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Número de anos
Imóveis	
De serviço próprio	15 a 50
Obras em imóveis arrendados	2 a 15
Equipamento	
Mobiliário e material	3 a 10
Aparelhagem de som e de imagem	6 a 7
Máquinas e ferramentas	3 a 10
Equipamento informático	2 a 10
Instalações de interiores	6 a 15
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	2 a 10

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes activos são registadas em custos do período.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, com base em análises periódicas, a IAS 36 “Imparidade de activos” exige que o seu valor recuperável seja estimado (maior entre o valor de uso e o justo valor), devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Esta perda é reconhecida em resultados na rubrica “Imparidade para outros activos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em resultados, até ao valor que os activos teriam se a imparidade nunca tivesse sido reconhecida, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Na data do desreconhecimento de um activo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica de resultados de alienação de outros activos.

2.6. Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição de *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base linear ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período compreendido entre os 3 e os 5 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – “Activos intangíveis”, os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7. Activos não correntes detidos para venda

A norma IFRS 5 - ‘Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas’ é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”). Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até 12 meses após a classificação do activo nesta rubrica (prazo que permite também dar cumprimento à Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020 emitida pelo BNA).

Os activos registados nesta rubrica não são depreciados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos. Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade para outros activos líquidos de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo menor entre (i) o valor de arrematação ou (ii) o valor de balanço líquido de imparidade dos créditos objecto de recuperação que lhe estejam directamente associados.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda, se o atraso for causado por acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua

comprometido com o seu plano de vender o activo. Adicionalmente, no âmbito da legislação em vigor do BNA, o Banco após 12 meses de registo de um activo como Activo não corrente disponível para venda, solicita ao BNA o registo contínuo nessa rubrica e informa dos esforços desenvolvidos para a venda. Caso tal comunicação ao BNA dê origem a um parecer desfavorável, o Banco efectuará a transferência do activo da rubrica “Activos não correntes disponíveis para venda” para a rubrica “Outros Activos” pelo mesmo valor contabilístico, continuando os esforços de alienação.

O Banco analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como activos não correntes detidos para venda. A imparidade é determinada de forma individual para todos os imóveis, sendo ponderadas as particularidades do imóvel assim como da estratégia de desinvestimento que se pretende prosseguir, incorporando informação disponível sobre a procura, a oferta e outros riscos específicos, nomeadamente no que concerne a licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros susceptíveis de influenciar o seu valor.

Adicionalmente, esta metodologia de valorização encontra-se ajustada às indicações dadas pelo BNA através da Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019, sendo considerados os seguintes *haircuts* atendendo à antiguidade da avaliação dos imóveis:

Antiguidade da avaliação	Haircut	
	≥ 50% obra concluída	< 50% obra concluída
Inferior a 1 ano	Não aplicável	Não aplicável
Entre 1 a 2 anos	20%	25%
Entre 2 e 3 anos	30%	40%
Mais de 3 anos	55%	65%

2.8. Locações - IFRS 16

Na data de início de cada contrato, o Banco avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um activo identificável, por um determinado período, em troca de uma retribuição.

Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco avalia, se:

- I. o contrato envolve o uso de um activo identificado – o activo poderá ser especificado de forma explícita ou implícita e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente não distinto. Mesmo que um activo seja especificado, o Banco não tem o direito de usar um activo identificado se o fornecedor tiver o direito substantivo de substituir esse activo durante o período de utilização;
- II. o Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do activo identificado, durante todo o período de utilização; e
- III. o Banco tem o direito de orientar o uso do activo identificado. O Banco tem este direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar o modo e a finalidade com que o activo é usado durante todo o período de utilização. Nos casos em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é utilizado é predeterminada, o Banco tem o direito de orientar o uso do activo se:

o Banco tem o direito de explorar o activo (ou de mandar outros explorar o activo da forma que ele determinar) durante todo o período de utilização, sem que o fornecedor tenha o direito de alterar essas instruções de exploração; ou

o Banco concebeu o activo (ou aspectos específicos do activo) de uma forma que determine previamente o modo e a finalidade com que o activo será usado durante todo o período de utilização.

O Banco aplica a IFRS 16 aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha um componente da locação, o Banco imputa a retribuição no contrato a cada componente da locação com base nos seus preços individuais. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nos quais é locatário, o Banco optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes da locação e de não locação como uma única componente.

Como locatário

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo da locação na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o qual inclui o valor inicial do passivo da locação ajustado de todos os pagamentos antecipados da locação em ou antes da data da entrada em vigor (deduzidos os incentivos à locação recebidos), adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e da estimativa dos custos para desmantelamento e remoção do activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou as instalações na qual está localizado.

Subsequentemente, o activo sob direito de uso é depreciado utilizando o método linear desde a data da entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo sob direito de uso ou ao fim do prazo da locação, consoante o que terminar primeiro. A vida útil estimada dos activos sob direito de uso é determinada seguindo os mesmos princípios dos outros activos tangíveis. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente deduzido das perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por determinadas re-mensurações do passivo da locação.

O passivo da locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos da locação que não tenham sido efectuados nesta data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, deve ser utilizada a taxa incremental de financiamento do Banco. Por norma, o Banco utiliza como taxa de desconto a sua taxa incremental de financiamento.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o activo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efectuados nesta data:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos variáveis que dependam de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando a taxa ou o índice existente à data de início;
- montantes que se espera que venham a ser pagos a título de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra, se o Banco estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação reflectir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Banco.

O passivo da locação é mensurado usando o método da taxa de juro efectiva. É re-mensurado quando existe uma alteração aos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, quando ocorre uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera pagar ao

abrigo de uma garantia de valor residual, ou sempre que o Banco altera a sua avaliação sobre a expectativa de exercer ou não uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Sempre que o passivo da locação é re-mensurado, o Banco reconhece o montante da re-mensuração do passivo da locação como um ajustamento ao activo sob direito de uso. No entanto, caso a quantia escriturada do activo sob direito de uso se encontre reduzida a zero e houver uma outra redução na mensuração do passivo da locação, o Banco reconhece essa redução na demonstração de resultados.

O Banco apresenta os activos sob direito de uso que não correspondem à definição de propriedade de investimento em “Outros activos tangíveis” e os passivos da locação em “Outros passivos” no balanço.

O Banco optou por aplicar a isenção definida pela IFRS 16 para o reconhecimento dos activos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de activos de baixo valor (valores iguais ou inferiores a 5.000 USD). Deste modo, o Banco reconhece as despesas associadas a estes contratos directamente em resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

Como locador

Quando o Banco actua como locador, no início da locação determina se a mesma deve ser classificada como uma locação operacional ou uma locação financeira.

Para classificar cada locação, o Banco realiza uma avaliação global sobre se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente. No caso de a locação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente, a mesma é classificada como locação financeira, caso contrário, como locação operacional. Como parte desta avaliação, o Banco considera alguns indicadores tais como se a locação é realizada para a maior parte da vida económica do activo.

Quando o Banco é um locador intermediário, este contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. A classificação da sublocação é efectuada por referência ao activo sob direito de uso decorrente da locação original, e não por referência ao activo subjacente. No caso de a locação original ser um contrato de locação de curto prazo, à qual o Banco aplica a isenção de reconhecimento descrita anteriormente, o Banco classifica a sublocação como uma locação operacional.

Se um contrato contém componentes de locação e de não locação, o Banco aplica a IFRS 15 para imputar a retribuição prevista no contrato.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como proveito numa base linear durante o prazo da locação.

2.9. Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte que integra o Grupo A.

A 1 de Janeiro de 2015, entrou em vigor o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar, entre outros, que os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um gasto dedutível fiscalmente.

A 20 de Julho de 2020, foi publicada a Lei n.º 26/2020 que introduziu diversas alterações ao Código do Imposto Industrial, nomeadamente, o aumento da taxa de imposto aplicável às instituições financeiras de 30% para 35%.

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O registo dos impactos fiscais das transações realizadas pelo Banco corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela Administração Fiscal, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade (superior ou inferior a 50%) de o tratamento fiscal adoptado ser aceite, e consequentemente determina qual o valor mais provável ou o valor esperado de activos ou passivos por imposto, a registar.

Imposto corrente

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico em resultado de ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade se encontre no âmbito dos poderes de supervisão do BNA, como é o caso do Banco, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal

anterior, excluídos os rendimentos sujeitos a IAC. Com a introdução do novo Código do Imposto Industrial, o sujeito passivo deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial nos casos em que tenha apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

Imposto diferido

O imposto diferido corresponde ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base tributável, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando é possível determinar a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC (artigo 18.º), bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC (artigo 47.º).

Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais (“CEOC”)

A 1 de Fevereiro de 2024, entrou em vigor a Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais, aprovada pela Lei n.º 15/23, de 29 de Dezembro, a qual incide sobre as transferências para o exterior, em moeda estrangeira, que sejam ordenadas junto de qualquer banco, por pessoas singulares ou pessoas colectivas, com domicílio ou sede em território nacional, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica, consultoria e gestão, operações de capitais e transferências unilaterais.

A CEOC passou a determinar, entre outros, que estão excluídas do âmbito de sujeição da CEOC, as transferências destinadas a realização de despesas com saúde e educação, desde que efectuadas directamente às respectivas instituições de saúde e ensino, bem como o repatriamento e dividendos ou de capitais mutuados incluído os respectivos juros.

O Banco enquanto adquirente de serviços enquadráveis no regime da CEOC, deve reter 10% do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

O Banco enquanto instituição Financeira responsável por efectuar ordens de transferência para o exterior por conta dos seus clientes, deve reter 2,5% para particulares e 10% para empresas do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

Em caso de incumprimento, o Banco encontra-se sujeito a pagamento de multa correspondente ao valor da Contribuição.

2.10. Benefícios aos empregados

O crédito a colaboradores inclui os empréstimos concedidos a colaboradores no âmbito do estabelecido em normativos internos. Estes créditos têm associados taxas bonificadas pelo que, de acordo com a IAS 19 - ‘Benefícios a colaboradores’, o Banco quantifica o benefício ao colaborador no momento do reconhecimento inicial, como a diferença entre o capital financiado e o justo valor do crédito concedido, que corresponde à soma dos fluxos de caixa contratuais descontados à taxa média de mercado aplicável aos clientes do Banco no mesmo período. Este montante é depois diferido de forma linear durante o período mais curto entre (i) a duração do crédito ou (ii) o número de anos que medeia entre a data de concessão do crédito e a data legal em que o colaborador se reforma.

Os benefícios de curto prazo a empregados são registrados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado se o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.

Fundo de Apoio Social

O Fundo de Apoio Social do Caixa Angola tem como objectivo atribuir apoio financeiro aos colaboradores na satisfação de necessidades de carácter social e material, designadamente:

- Formação profissional bancária e financeira diferenciada, através da realização de acções de formação e concessão de bolsas de especialização;
- Criação e manutenção de infra-estruturas de cariz social e de suporte de vida familiar e lúdico;
- Constituição e gestão de fundos complementares de velhice e reforma; e
- Apoio em caso de emergência social.

As dotações financeiras do Fundo de Apoio Social são exclusivamente feitas por aprovação dos Accionistas pela afectação em cada período económico de uma percentagem dos lucros antes de deduzidos os impostos. As dotações não utilizadas anualmente transitam para o orçamento do ano seguinte.

2.11. Provisões, activos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) o Caixa Angola tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, no que respeita à melhor estimativa do custo expectável ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de

divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

Caso seja provável ou razoavelmente possível a entrada de recursos ou ganhos futuros, trata-se de um activo contingente. Os activos contingentes são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação quando for provável um influxo de benefícios económicos.

O valor das provisões corresponde à melhor estimativa do Banco em cada data de reporte (ver Nota 24).

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

O Banco reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas potenciais com contingências fiscais relacionadas com notificações de liquidação emitidas pela Autoridade Geral Tributária no âmbito de inspecções tributárias.

As provisões relacionadas com processos fiscais, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

PROVISÕES PARA O RISCO ASSOCIADO A PROCESSOS JUDICIAIS

O Banco reconhece provisões para contingências legais relacionadas com processos judiciais e laborais em contencioso.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a Entidades terceiras são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Os pressupostos utilizados pelo Banco baseiam-se essencialmente em observações históricas e terão de ser actualizados em períodos subsequentes, podendo essa actualização ter um impacto relevante na estimativa da provisão.

A evolução das responsabilidades com as contingências judiciais relacionadas com processos laborais e o montante das perdas efectivas para o Banco dependem, nomeadamente, do número de acções judiciais em curso e potenciais, assim como das decisões finais dos tribunais sobre cada acção.

PROVISÕES PARA GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

No âmbito da actividade desenvolvida pelo Caixa Angola são prestadas garantias financeiras e assumidos compromissos de crédito junto de entidades terceiras, que sendo rubricas

extrapatrimoniais (ver Nota 28), e por isso passivos contingentes, podem converter-se em exposições de crédito a registar no balanço do Caixa Angola. A perda esperada destes contratos é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33, e o seu reconhecimento segue as regras apresentadas na Nota 2.16.

2.12. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares” (“Margem financeira”), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em “Margem financeira”.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Para os activos financeiros incluídos no estágio 3 os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido de imparidade. O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3, os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos exercícios subsequentes.

2.13. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados (por exemplo comissões de abertura garantias prestadas), o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam de acordo com a IFRS 15;
- quando resultam de uma prestação de serviços (por exemplo comissões de transferências), o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído de acordo com a IFRS 15;

- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro (por exemplo comissões de estudo e de preparação de dossier de processos de crédito), os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira de acordo com a IFRS 9 conforme Nota 2.4.

2.14. Resultados em operações financeiras

O resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor. Inclui igualmente mais ou menos valias de alienações de instrumentos de dívida de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de outros activos financeiros ao custo amortizado.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de emissão, e com risco de variação de justo valor reduzido, onde se incluem a caixa, depósitos à ordem no BNA e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.16. Garantias financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial diferido durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre: (i) o justo valor inicial menos os diferimentos reconhecidos; e (ii) a perda esperada calculada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

As responsabilidades por garantias financeiras e compromissos assumidos são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados no passivo na rubrica de “Outros Passivos” por contrapartida de resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As perdas por imparidade associadas a garantias financeiras e compromissos assumidos são reconhecidas no passivo, na rubrica “Provisões”, por contrapartida da rubrica “Provisões líquidas de anulações” (em resultados).

2.17. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Caixa Angola pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Caixa Angola.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18. Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2 / 2009, de 8 de Maio, do BNA, sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. Nos termos do disposto na IAS 29, a hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias, não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, os salários e os preços estão ligadas a um índice de preços; e
- A taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100%, ou excede este valor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente na demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”), que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As *IFRS* estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que exigem ao Conselho de Administração a realização de julgamentos e a determinação de estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Perdas por imparidade em crédito a clientes e outros instrumentos

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas na Nota 17, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33 permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito a clientes, tendo em conta as regras definidas pela norma *IFRS* 9.

3.2 Impostos sobre os lucros e Impostos Diferidos

Os impostos sobre os lucros são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis pelo Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, atendendo à alteração do Código de Imposto Industrial, foram adoptados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data do balanço:

- Variações cambiais não realizadas:
 - As variações cambiais não realizadas correspondem à posição cambial líquida em moeda estrangeira;
 - As variações cambiais não realizadas sobre activos e passivos indexados são apuradas tendo em consideração a carteira que se encontram em balanço na data de fecho do exercício; e
 - As variações cambiais passam a ser realizadas no momento da maturidade ou alienação de activos e passivos procedendo-se à anulação do impacto fiscal reflectido em anos anteriores.
- Imparidades constituídas sobre créditos na parte coberta por garantia - valor nominal das garantias incluem:
 - Reforços de imparidade no exercício sobre créditos existentes;
 - Constituição de imparidade sobre novos créditos concedidos no exercício; e
 - Valorização das garantias em conformidade com as regras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

Consequentemente, diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor do Imposto Industrial e dos Impostos Diferidos reconhecidos no período e apresentados na Nota 20.

Os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre o rendimento do exercício e os impostos diferidos poderão encontrar-se sujeitos a alterações, com base em diferentes interpretações.

3.3 Justo Valor - Divulgação de instrumentos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na Nota 32.

3.4 Provisões / Contingências

Conforme referido na Nota 2.11 acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente (legal ou construtiva), de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

As contingências não são registadas nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela gestão quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante de provisões, as quais são apresentadas na nota 24.

3.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração é efectuada de acordo com as IAS/IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. Os activos registados nesta rubrica não são amortizados. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações periódicas efectuadas por peritos avaliadores independentes.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

I. Método de mercado

O método de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo, sendo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

II. Método do rendimento

O método do rendimento tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

III. Método do custo

O método do custo tem por finalidade reflectir o montante que seria exigido correntemente para substituir o activo nas actuais condições, decompondo o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais.

As avaliações realizadas são conduzidas por peritos avaliadores independentes.

Os relatórios de avaliação são analisados internamente, para aferição da adequação de pressupostos, comparando os valores de venda históricos com os valores reavaliados dos imóveis, a fim de se manterem actualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

Adicionalmente, uma vez que se tratam de activos cujo nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3, dada a subjectividade de alguns pressupostos utilizados nas avaliações e o facto de existirem indicações externas com valores alternativos, o Banco procede a análises internas sobre os pressupostos utilizados, o que poderá implicar ajustamentos adicionais ao seu justo valor apresentado na nota 21.

Dada a possibilidade de ocorrerem circunstâncias consideradas improváveis e fora do controlo do Banco, a alienação destes activos pode não ser concluída até um ano após a data da classificação. Nestas circunstâncias, o Banco mantém-se comprometido com o plano de alienar os activos envidando esforços, entre outros, tais como a contratação de um agente intermediário e especialista, publicidade activa, revisão do preço de venda em função do contexto de modo a que seja razoável em relação ao seu justo valor corrente.

Quando esgotado o prazo legal de 12 meses sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista à eventual constituição da correspondente imparidade.

Nota 4 – Margem Financeira

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Juros e rendimentos similares	41 694 781	30 638 946
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	41 694 781	30 575 902
Juros de crédito a clientes	20 275 274	11 887 737
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	3 728 499	1 586 295
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 691 008	17 101 870
Activos financeiros mensurados ao justo valor	-	63 044
Juros de crédito a clientes	-	63 044
Juros e encargos similares	(13 951 308)	(7 864 262)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(94 263)
Juros de recursos de clientes	(13 900 340)	(7 707 808)
Juros de passivos de locação	(50 968)	(62 191)
Margem Financeira	27 743 473	22 774 684

Em 30 de Junho de 2024 os juros e rendimentos similares cresce sobretudo devido ao aumento dos juros de crédito, motivado pelo bom desempenho no financiamento ao sector real da economia.

Em 30 de Junho de 2024 os juros e encargos similares crescem, sobretudo os juros de recursos de clientes que são influenciados pelo aumento da taxa Luibor quando comparada com o período homólogo.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, a rubrica de Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado inclui o efeito positivo de mKz 1.452.723 e mKz 792.982, respectivamente, relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, a rubrica de “Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado” inclui também o montante de mKz 54.743 e mKz 59.770, respectivamente, referente ao efeito do crédito concedido a colaboradores, de acordo com a IAS 19.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, o efeito negativo do ajustamento das operações em estágio 3 na rubrica de Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado com a IFRS 9 é de mKz 685.292 e mKz 298.578, respectivamente.

A rubrica “Juros de passivos de locações” refere-se ao custo com juros relativo aos passivos de locação reconhecidos decorrentes da aplicação da IFRS 16.

Nota 5 – Resultados de serviços e comissões

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Rendimentos de serviços e comissões	10 307 110	5 500 710
Por serviços bancários prestados	5 337 211	2 212 205
Expediente, comunicações e manutenção	1 321 929	1 045 687
Por compromissos para terceiros	1 936 500	571 975
Por operações cambiais	1 457 093	1 226 105
Operações de títulos com clientes	4 110	142 736
Por garantias e outros serviços prestados	77 061	166 630
Por serviços prestados	162 180	124 494
Outros	11 026	10 878
Encargos com serviços e comissões	(2 143 486)	(1 464 186)
Por serviços prestados por terceiros	(2 143 486)	(1 464 186)
Resultado de Serviços e comissões líquidas	8 163 624	4 036 524

A evolução positiva de mKz 4.127.100 verificada em resultados de serviços e comissões líquidas é justificada pelas rubricas de rendimentos por serviços bancários prestados e rendimentos por compromissos para terceiros, com destaque para o crescimento do comissionamento do *Trade Finance* e do comissionamento em ATM e TPA, resultante da expansão da rede de ATM Centers e do alargamento do parque de TPA.

Nota 6 – Resultados cambiais

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Proveitos	178 804 881 354	113 163 601 667
Operações cambiais realizadas com clientes	9 626 336	9 194 870
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	-	-
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	357 289	4 648 621
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	178 794 897 729	113 149 758 176
Custos	(178 799 455 861)	(113 149 729 382)
Operações cambiais realizadas com clientes	(6 340 210)	(5 391 598)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(279 785)	-
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	-	-
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(178 792 835 866)	(113 144 337 784)
Resultados cambiais	5 425 493	13 872 285

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Em 31 de Dezembro de 2023, a variação líquida face ao período homólogo registada nas rubricas de proveitos e custos com operações cambiais realizadas com clientes registou uma diminuição de mKz 796.931, resultante da escassez de divisas para as necessidades do mercado.

A 30 de Junho de 2024 e 2023, as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis realizadas e as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas foram os seguintes:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Variações Cambiais Realizadas	3 220 059	3 368 277
Variações Cambiais Favoráveis Realizadas	178 791 538 460	112 990 328 615
Operações cambiais realizadas com clientes	9 626 336	9 194 870
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	178 781 912 124	112 981 133 745
Variações Cambiais Desfavoráveis Realizadas	(178 788 318 401)	(112 986 960 338)
Operações cambiais realizadas com clientes	(6 340 210)	(5 391 598)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(279 785)	-
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	-	(1 480)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(178 781 698 406)	(112 981 567 260)
Variações Cambiais não Realizadas	2 205 434	10 504 008
Variações Cambiais Favoráveis não Realizadas	13 342 894	173 274 532
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	357 289	4 650 101
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	12 985 605	168 624 431
Variações Cambiais Desfavoráveis não Realizadas	(11 137 460)	(162 770 524)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(11 137 460)	(162 770 524)
Resultados cambiais	5 425 493	13 872 285

Nota 7 – Resultados de alienação de outros activos

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Ganhos em outros activos tangíveis	1 423	5 373
Resultados alienação de activos	1 423	5 373

Nota 8 – Outros resultados de exploração

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Outros proveitos	85 190	919 618
Outros proveitos operacionais	85 190	919 618
Outros custos	(1 632 173)	(1 752 206)
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	(51 474)	(127 796)
Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais	(148 986)	(-)
Outros Impostos directos e indirectos	(141 584)	(78 590)
Contribuições para Fundo de Garantia de Depósitos	(404 273)	(271 678)
Taxas não incidentes sobre o resultado	(106 380)	(878 314)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(458 559)	(122 076)
Outros custos operacionais	(299 513)	(256 130)
Prestação de serviços diversos	(21 404)	(17 622)
Outros resultados de exploração	(1 546 983)	(832 588)

Em 30 de Junho de 2023 a rubrica “Outros proveitos operacionais”, inclui mKz 818.005 relativo ao prémio obtido pela substituição de Obrigações do Tesouro em Moeda Externa, realizada pela Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 a rubrica “Contribuições para Fundo de Garantia de Depósitos”, corresponde ao pagamento da contribuição periódica ao Fundo de Garantia de Depósitos, em conformidade com o Aviso n.º 1/19 de 11 de Janeiro, do BNA.

Em 30 de Junho de 2024 a rubrica “Taxas não incidentes sobre o resultado”, inclui mKz 106.380 (30 de Junho de 2023: mKz 251.184), relativos a Taxa de Filiação e Membro de liquidação na Bodiva.

Em 30 de Junho de 2023 a rubrica “Taxas não incidentes sobre o resultado”, inclui mKz 625.879, relativos a Taxa de Custódia aplicável às reservas excedentárias, em conformidade com o Instrutivo n.º 1/2021 de 02 de Fevereiro, do BNA.

Em 30 de Junho de 2024 o saldo da rubrica de “Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras” incorpora o valor de mKz 456 458 decorrente da realização de inspecções do supervisor às IFB levada a cabo em 2022, tendo sido aplicada a multa com base em dados de transacções que remontam ao período de 2018 a 2021.

Importa referir que o Caixa Angola efectuou nos anos subsequentes, isto é, de 2021 em diante, profundos investimentos nos seus sistemas e ferramentas de Compliance, estando hoje, dotado de meios com a necessária robustez para melhor identificar, mitigar e eliminar riscos inerentes aos temas de Prevenção e Branqueamento de Capitais, tendo inclusivamente procedido à substituição integral da plataforma usada até então, de forma a garantir que a sua estrutura de Compliance seja hoje suportada por ferramentas e sistemas adequados e que cumpre na íntegra com a legislação financeira bancária nacional e com a Lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, e do Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (Lei de PCBC/FT/PADM).

Nota 9 – Custos com pessoal

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Órgãos Sociais	(1 282 232)	(787 665)
Remunerações	(1 103 244)	(729 702)
Remunerações Adicionais	(98 026)	(17 699)
Outros custos	(80 962)	(40 264)
Colaboradores	(7 015 528)	(5 636 997)
Remuneração Mensal	(3 130 788)	(2 651 895)
Remunerações Adicionais	(2 845 691)	(2 106 843)
Encargos sociais obrigatórios	(523 068)	(407 278)
Encargos sociais facultativos	(390 270)	(315 276)
Outros custos	(125 711)	(155 705)
Custos com pessoal	(8 297 760)	(6 424 662)

O aumento do custo com Órgãos Sociais no período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 foi influenciado pela revisão da remuneração dos Órgãos Sociais, os quais foram ajustados à deliberação da última Assembleia Geral e impactados pela depreciação do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos.

As rubricas de remunerações dos colaboradores e órgãos sociais incluem o montante de mKz 711.648 referente à remuneração variável (30 de Junho de 2023: mKz 211.655) dos colaboradores e dos órgãos de gestão para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2024.

A 30 de Junho de 2024, a rubrica “Encargos sociais facultativos” inclui mKz 381.608 (30 de Junho de 2023: mKz 315.276) referentes a seguros de saúde.

A 30 de Junho de 2024, a rubrica “Outros custos – colaboradores” inclui mKz 54.743 (30 de Junho de 2023: mKz 59.770) referentes ao efeito da concessão de crédito a colaboradores com taxas de juro inferiores às aplicadas no mercado.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	30-06-2024	30-06-2023
Funções de Gestão	46	48
Funções de Coordenação	116	120
Funções Especializada	192	194
Funções Operacionais e Suporte	149	153
Total	503	515

Nota 10 – Fornecimentos e serviços de terceiros

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Consultoria e auditoria	(366 682)	(306 911)
Comunicações e expedição	(472 057)	(363 554)
Segurança e vigilância	(393 850)	(323 038)
Conservação e reparação	(361 341)	(287 751)
Manutenção de software	(1 626 318)	(1 082 217)
Publicidade e publicações	(413 237)	(346 765)
Deslocações e representação	(113 993)	(136 616)
Formação e Recrutamento	(271 844)	(63 081)
Serviços judiciais, Contencioso e notariado	(87 585)	(59 723)
Outsourcing	(139 526)	(142 482)
Seguros	(60 999)	(63 782)
Água, energia e combustíveis	(35 162)	(26 540)
Material de consumo corrente	(82 376)	(25 696)
Outros custos	(88 705)	(119 022)
Total	(4 513 675)	(3 347 178)

O crescimento dos gastos gerais administrativos é explicado pela aceleração contínua da inflação homóloga, fixando-se acima dos 31% a 30 de Junho de 2024; pelo impacto da depreciação cambial nos contratos especializados de consultoria, auditoria e contratos de tecnologia, muitos deles pagos em Kz, mas referenciados ao USD ou EUR; pela renovação de contratos ao nível dos sistemas informáticos, de comunicações e de manutenção especializada de IT, alguns deles com revisão e/ou alargamento do âmbito face ao ano anterior e pela reintrodução da taxa especial sobre operações de invisíveis correntes (CEOC), conforme descrito na Nota 2.9 e Nota 8.

Nota 11 – Resultados por Acção**Resultados por acção básicos**

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação.

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Resultado líquido do período	22 024 873	21 568 957
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	20 000 000	20 000 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	-	-
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico (em kwanzas)	1 101	1 078

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, uma vez que não existem efeitos diluidores.

Nota 12 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais tem a seguinte composição:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Caixa	6 935 366	6 084 161
Notas e moedas nacionais	3 326 232	3 369 876
Notas e moedas estrangeiras	2 205 365	1 757 543
Em Dólares dos Estados Unidos	961 555	1 086 808
Em Euros	1 014 616	466 777
Em outras divisas	229 194	203 958
Notas em ATM	1 403 769	956 742
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)	214 592 502	181 532 087
Em moeda nacional	105 672 428	79 726 706
Em Dólares dos Estados Unidos	108 920 074	101 805 381
Total	221 527 868	187 616 248

A 30 de Junho de 2024, a rubrica Depósitos no BNA inclui depósitos de carácter obrigatório em moeda nacional, no montante de mKz 68.595.325 (31 de Dezembro de 2023: mKz 36.522.285) e em dólares dos Estados Unidos, no montante de mKz 97.140.429 (31 de Dezembro de 2023: mKz 87.417.235), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

A 30 de Junho de 2024, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo nº 04/2023 de 30 de Março e na Directiva nº 01/2024 de 30 de Janeiro.

A 31 de Dezembro de 2023, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo nº 04/2023 de 30 de Março e na Directiva nº 12/2023 de 28 de Novembro.

A exigibilidade de manutenção de reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, é apurada através da aplicação dos coeficientes resumidos na seguinte tabela:

		30-06-2024		31-12-2023	
Taxas sobre base de incidência		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Governo Central	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governo Central	Apuramento Quinzenal	100%	-	100%	-
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Quinzenal	20%	-	18%	-
Outros Sectores	Apuramento Quinzenal	20%	22%	18%	22%

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional e em situação regular, concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade residual igual ou superior a 24 meses e concedidos até 14 de Abril de 2021, bem como a totalidade do crédito concedido à produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional, a matéria-prima e o investimento necessário à sua produção, incluindo-se no investimento a aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos, nos termos do Aviso n.º 10/2022 de 6 de Abril, do BNA sobre concessão de crédito ao sector real da economia, qualquer que seja a maturidade residual.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional, nos termos do Aviso n.º 09/2023 de 3 de Agosto, do BNA sobre concessão de crédito à habitação, qualquer que seja a maturidade residual.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira é calculada quinzenalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas de acordo com fórmula indicada no Instrutivo.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 as reservas obrigatórias em moeda estrangeira são cumpridas em 100% com os montantes depositados junto do BNA, nos termos da Directiva nº 01/2024 de 30 de Janeiro e Directiva nº 12/2023 de 28 de Novembro de 2023, respectivamente.

Nota 13 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	99 230 972	129 588 333
Depósitos à Ordem	77 890 247	129 588 333
Em Dólares dos EUA	65 477 688	114 401 925
Em Euros	11 049 110	14 206 499
Em Libras Estrelinas	514 080	273 557
Outras divisas	849 369	706 352
Depósitos a Prazo Mobilizáveis	21 340 725	-
Banco Santander Totta	21 340 725	-
Juros Corridos	8 448	-
Compensação de cheques e cartões	286 876	336 619
Perdas por imparidade	(35 800)	(87 551)
Total	99 490 496	129 837 401

As posições em moeda estrangeira, dizem respeito à liquidez junto dos bancos correspondentes.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a disponibilidades em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os Depósitos à Ordem na rubrica de “disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro” não estão a ser remuneradas.

A 30 de Junho de 2024, a rubrica de “Disponibilidade em outras instituições de crédito no estrangeiro” inclui mKz 21.340.725 referentes a depósitos imediatamente mobilizáveis e com maturidade original inferior a três (3) meses.

A 30 de Junho de 2024 a rubrica de “Depósitos a prazo mobilizáveis” em dólares dos Estados Unidos, venciam juros à taxa de 4.75%.

A perda por imparidade esperada da rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de disponibilidades em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2023	87 551
Aumentos / Dotações	385 238
Reposições / Reversões	(436 988)
Utilizações	-
Diferenças cambiais e outros	(1)
Saldo em 30-06-2024	35 800

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2022	101 582
Aumentos / Dotações	626 251
Reposições / Reversões	(640 283)
Utilizações	-
Diferenças cambiais e outros	1
Saldo em 31-12-2023	87 551

Nota 14 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Aplicações no Banco Nacional de Angola (BNA)	28 600 000	67 142 829
Operações com acordo de recompra	28 600 000	67 142 829
Aplicações em instituições de crédito nacionais	8 000 000	-
Banco Angolano de Investimentos	8 000 000	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	32 437 902	-
Commerzbank	28 169 757	-
Dbz Bank Lda	4 268 145	-
Juros Corridos	126 751	482 897
Perdas por imparidade	(133 801)	-
Total	69 030 852	67 625 726

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a aplicações em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

A 30 de Junho de 2024, as aplicações em moeda nacional venciam juros a taxas entre os 5.00% e os 25.03% e entre os 4.00% e os 4.80% em aplicações em Dólares dos Estados Unidos.

A 31 de Dezembro de 2023, as aplicações em moeda nacional venciam juros a taxas de 5.00%

A perda esperada da rubrica de “Aplicações em outras instituições de crédito” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33. Para as aplicações no BNA é aplicada a metodologia descrita para dívida pública na Nota 33.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito no estrangeiro, incluindo juros a receber e líquido de imparidade, por prazo de vencimento a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	55 353 077	67 625 726
De 6 meses a 1 ano	13 677 775	-
Total	69 030 852	67 625 726

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de aplicações em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2023	-
Aumentos / Dotações	263 476
Reposições / Reversões	(129 673)
Utilizações	-
Diferenças cambiais e outros	(2)
Saldo em 30-06-2024	133 801

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2022	22 677
Aumentos / Dotações	56 039
Reposições / Reversões	(78 855)
Utilizações	-
Diferenças cambiais e outros	139
Saldo em 31-12-2023	-

Nota 15 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços SARL	287 597	287 597
Total	287 597	287 597

A EMIS tem como principal actividade a gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mKz	Saldo em 31-12-2023	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-) recon- hecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 30-06-2024
EMIS - Empresa Inter- bancária de Serviços SARL	287 597	-	-	-	-	287 597
Total	287 597	-	-	-	-	287 597

mKz	Saldo em 31-12-2022	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-) recon- hecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 31-12-2023
EMIS - Empresa Inter- bancária de Serviços SARL	184 311	-	-	-	103 286	287 597
Total	184 311	-	-	-	103 286	287 597

Em 30 de Junho de 2024 a participação detida pelo Banco representa 1,65% (31 de Dezembro de 2023: 1.65%) do capital desta empresa.

Esta sociedade não distribuiu dividendos no período findo em 30 de Junho de 2024 e no exercício de 2023.

Nota 16 – Investimentos ao custo amortizado

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	116 190 056	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	12 671 879	12 299 347
- Não reajustáveis	103 518 177	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	66 151 749	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	91 151 599	37 130 712
Perdas por imparidade	(4 254 591)	(4 369 244)
Total	269 238 813	294 715 744

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mKz	31-12-2023	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Variação Custo Amortizado	30-06-2024
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	171 587 620	-	(57 630 143)	-	-	2 232 579	116 190 056
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	12 299 347	-	-	-	-	372 532	12 671 879
- Não reajustáveis	159 288 273	-	(57 630 143)	-	-	1 860 047	103 518 177
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	90 366 656	-	(26 058 923)	-	2 249 323	(405 307)	66 151 749
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	37 130 712	64 708 235	(15 786 905)	-	-	5 099 557	91 151 599
Total	299 084 988	64 708 235	(99 475 971)	-	2 249 323	6 926 829	273 493 404

mKz	31-12-2022	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Variação Custo Amortizado	31-12-2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	146 626 489	54 965 750	(27 607 117)	(4 829 353)	1 327	2 430 524	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	7 582 554	-	169 878	(324 235)	418	4 870 732	12 299 347
- Não reajustáveis	139 043 935	54 965 750	(27 776 995)	(4 505 118)	909	(2 440 208)	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	65 489 529	95 548 763	(1 433 392)	(120 137 660)	50 281 453	617 963	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	54 476 723	26 075 070	(50 482 437)	(6 136 111)	-	13 197 467	37 130 712
Bilhetes do Tesouro em moeda estrangeira	21 174 442	21 743 918	(10 643 045)	(33 710 668)	14 175 103	(12 739 750)	-
Total	287 767 183	198 333 501	(90 165 991)	(131 103 124)	64 457 883	3 506 204	299 084 988

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos, reconhecem a valorização ou desvalorização cambial do seu valor nominal por contrapartida da rubrica de resultados cambiais (Nota 6).

A perda esperada de investimentos ao custo amortizado é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições de investimentos ao custo amortizado encontram-se classificadas em estágio 1.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento líquido de imparidade é como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	81 672 821	78 528 711
De 3 a 6 meses	35 698 598	16 915 269
De 6 meses a 1 ano	45 160 260	67 604 677
De 1 a 3 anos	58 969 703	84 120 322
De 3 a 5 anos	31 981 708	32 033 847
Mais de 5 anos	15 755 723	15 512 918
Total	269 238 813	294 715 744

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado apresentam as seguintes características:

30-06-2024								
mKz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			110 492 086	111 942 413	4 997 274	(749 631)	(1 808 180)	114 381 876
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	Angola	7,57%	12 412 086	12 283 216	270 142	118 521	(197 656)	12 474 223
Não reajustáveis	Angola	16,88%	98 080 000	99 659 197	4 727 132	(868 152)	(1 610 524)	101 907 653
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira			65 413 590	65 413 590	738 159	-	(1 024 626)	65 127 123
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional			96 500 000	85 924 320	5 227 279	-	(1 421 785)	89 729 814
Total			272 405 676	263 280 323	10 962 712	(749 631)	(4 254 591)	269 238 813

31-12-2023								
mKz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			175 166 635	165 223 583	7 548 486	(1 184 449)	(2 689 789)	168 897 831
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	Angola	6,97%	24 444 235	11 925 928	287 112	86 307	(362 794)	11 936 553
Não reajustáveis	Angola	17,30%	150 722 400	153 297 655	7 261 374	(1 270 756)	(2 326 995)	156 961 278
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira			76 489 952	88 921 952	1 444 667	37	(1137 023)	89 229 633
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional			40 500 000	36 672 995	457 717	-	(542 432)	36 588 280
Total			292 156 587	290 818 530	9 450 870	(1 184 412)	(4 369 244)	294 715 744

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de investimentos ao custo amortizado foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2023	4 369 244
Aumentos / Dotações	1 301 654
Reposições / Reversões	(1 416 307)
Saldo em 30-06-2024	4 254 591

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31-12-2022	3 894 575
Aumentos / Dotações	3 977 205
Reposições / Reversões	(3 502 536)
Saldo em 31-12-2023	4 369 244

Nota 17 – Crédito a Clientes

Esta rubrica a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Crédito ao custo amortizado	360 859 080	353 352 559
Crédito e juros sem incumprimento	345 228 554	336 292 214
Sector Público	129 925 408	139 105 469
Empresas	182 832 297	170 040 425
Empréstimos	82 988 625	84 554 494
Crédito em conta corrente	51 244 381	45 152 237
Locação financeira	48 599 291	40 333 694
Particulares	32 470 849	27 146 320
Habitação	7 903 260	8 420 226
Consumo	24 567 589	18 726 094
Crédito e juros em incumprimento	30 674 036	31 582 563
Até 3 meses	970 008	5 669 887
De 3 meses a 1 ano	5 420 942	5 024 771
De 1 a 5 anos	24 283 086	20 751 792
Mais de 5 anos	-	136 113
Perdas por imparidade	(15 043 510)	(14 522 218)
Total	360 859 080	353 352 559

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os créditos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados, por não cumprirem com os requisitos da IFRS 9 no que respeita ao SPPI (nota 2.4.1.1.2).

Os resultados dos créditos a clientes obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados gerados no primeiro semestre de 2023, encontram-se registados na rubrica de Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, o crédito em incumprimento, por prazo encontra-se colaterizado, conforme quadro abaixo:

mKz	30-06-2024		
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	970 008	336 123	-
Outras Garantias	970 008	336 123	-
De 3 meses a 1 ano	5 420 942	1 859 687	-
Outras Garantias	5 420 942	1 859 665	-
De 1 ano a 5 anos	24 283 086	8 775 992	71 566 747
Aval Governamental	9 426 481	161 665	24 334 355
Garantia emitida por Bancos	21 492	18 761	29 851
Hipotecas de imóveis	11 581 921	5 786 559	44 701 876
Depósitos a Prazo	645 085	439 079	2 500 665
Outras Garantias	2 608 107	2 369 928	-
	30 674 036	10 971 802	71 566 747

mKz	30-06-2024		
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	5 669 887	415 211	8 050 162
Aval Governamental	4 118 400	60 014	4 562 328
Hipotecas de imóveis	1 303 930	228 631	3 397 795
Depósitos a Prazo	128 276	27 705	90 039
Outras Garantias	119 282	98 862	-
De 3 meses a 1 ano	5 024 771	2 862 512	5 238 501
Aval Governamental	202 873	24 556	292 351
Garantia emitida por Bancos	21 546	18 680	29 925
Hipotecas de imóveis	1 290 449	183 105	4 914 925
Depósitos a Prazo	636 801	438 215	1 267
Outras Garantias	2 873 102	2 197 955	-
De 1 ano a 5 anos	20 751 792	6 830 207	35 867 163
Aval Governamental	8 851 597	148 123	22 837 829
Hipotecas de imóveis	10 773 519	5 667 280	13 027 003
Depósitos a Prazo	49 868	19 094	2 332
Outras Garantias	1 076 807	995 710	-
Mais de 5 anos	136 113	12 453	358 671
Hipotecas de imóveis	124 528	12 453	358 671
Outras Garantias	11 585	-	-
	31 582 563	10 120 383	49 514 497

Em 30 de Junho de 2024 e 2023, os resultados dos créditos ao justo valor através de resultados são os seguintes:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	66 676
Total	-	66 676

A rubrica “Crédito e juros em incumprimento” inclui a totalidade das prestações associadas às operações de crédito que se encontram em estágio 3.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o maior devedor do Caixa Angola representava 23% e 24% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, naquelas datas, o conjunto dos dez maiores devedores do Caixa Angola representavam aproximadamente 51% e 55% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, excluindo as perdas por imparidade, é como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	98 613 336	40 943 731
De 3 a 6 meses	10 091 456	11 314 978
De 6 meses a 1 ano	10 620 850	60 014 702
De 1 a 3 anos	37 522 153	33 696 712
De 3 a 5 anos	132 854 279	138 561 764
Mais de 5 anos	55 526 480	51 760 327
Duração indeterminada	30 674 036	31 582 563
Total	375 902 590	367 874 777

A perda esperada de crédito a clientes é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Saldo inicial	14 522 218	12 741 150
Reforços	2 083 519	15 759 480
Reversões	(1 456 255)	(7 626 652)
Utilizações	-	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	(1 243 196)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	1 137 224	779 163
Total	15 043 510	14 522 218

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade por estágio evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mKz	30-06-2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	3 323 464	1 078 371	10 120 383	14 522 218
Reforços	351 637	404 351	1 327 531	2 083 519
Reversões	(121 407)	(964 709)	(370 139)	(1 456 255)
Utilizações	-	-	-	-
Outras recuperações de crédito	-	-	(1 243 196)	(1 243 196)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	1 137 224	1 137 224
Total	3 553 694	518 013	10 971 803	15 043 510

mKz	31-12-2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	492 687	1 012 995	11 235 468	12 741 150
Reforços	3 042 117	1 427 983	11 289 380	15 759 480
Reversões	(211 339)	(1 362 607)	(6 052 706)	(7 626 652)
Utilizações	-	-	(6 351 760)	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	-	-	(779 163)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	779 163	779 163
Total	3 323 465	1 078 371	10 120 382	14 522 218

A distribuição do crédito e juros em cumprimento a clientes por tipo de taxa é como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Taxa fixa	90 315 932	107 329 743
Taxa variável	254 912 622	228 962 471
Saldo final	345 228 554	336 292 214

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por estágio, excluindo o crédito ao justo valor, é o seguinte:

mKz	Exposição 30-06-2024								Imparidade 30-06-2024			
	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Administrações Públicas	94 629 845	94 629 845	-	-	-	-	-	-	1 451 289	1 451 289	-	-
Empresas	246 889 841	207 793 871	5 659	10 333 989	4 060 021	3 205 958	28 761 981	25 362 152	11 739 131	1 875 228	281 539	9 582 364
Stage 1	207 764 809	207 764 809	5 659	-	-	-	-	-	1 875 228	1 875 228	-	-
Comércio e Transportes	15 877 958	15 877 958	-	-	-	-	-	-	98 378	98 378	-	-
Agro-indústrias	45 335 208	45 335 208	-	-	-	-	-	-	898 030	898 030	-	-
Commercial Real Estate	6 752 856	6 752 856	-	-	-	-	-	-	53 314	53 314	-	-
Serviços e Outros	139 798 787	139 798 787	5 659	-	-	-	-	-	825 506	825 506	-	-
Stage 2	10 363 051	29 062	-	10 333 989	4 060 021	3 205 958	-	-	281 539	-	281 539	-
Empresas	10 363 051	29 062	-	10 333 989	4 060 021	3 205 958	-	-	281 539	-	281 539	-
Stage 3	28 761 981	-	-	-	-	-	28 761 981	25 362 152	9 582 364	-	-	9 582 364
Empresas	28 761 981	-	-	-	-	-	28 761 981	25 362 152	9 582 364	-	-	9 582 364
Particulares	34 382 904	30 904 651	198 568	1 566 198	184 961	1 177 651	1 912 055	1 122 974	1 853 090	227 177	236 475	1 389 438
Stage 1	30 904 651	30 904 651	198 568	-	-	-	-	-	227 177	227 177	-	-
Aquisição e Habitação	7 839 991	7 839 991	-	-	-	-	-	-	52 893	52 893	-	-
Consumo - Outros	21 945 577	21 945 577	198 568	-	-	-	-	-	174 209	174 209	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	1 119 083	1 119 083	-	-	-	-	-	-	75	75	-	-
Stage 2	1 566 198	-	-	1 566 198	184 961	1 177 651	-	-	236 475	-	236 475	-
Aquisição e Habitação	116 924	-	-	116 924	60 938	-	-	-	16 139	-	16 139	-
Consumo - Outros	1 449 274	-	-	1 449 274	124 023	1 177 651	-	-	220 336	-	220 336	-
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	1 912 055	-	-	-	-	-	1 912 055	1 122 974	1 389 438	-	-	1 389 438
Particulares	1 912 055	-	-	-	-	-	1 912 055	1 122 974	1 389 438	-	-	1 389 438
Total	375 902 590	333 328 367	204 227	11 900 187	4 244 982	4 383 609	30 674 036	26 485 126	15 043 510	3 553 694	518 014	10 971 802

mKz		Exposição 31-12-2023							Imparidade 31-12-2023			
Segmento	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Administrações Públicas	96 007 918	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	1 418 885	-	-
Empresas	242 791 232	193 703 717	540 049	19 434 259	13 642 089	456 757	29 653 256	25 680 584	11 298 898	1 722 064	812 136	8 764 698
Stage 1	193 703 717	193 703 717	540 049	-	-	-	-	-	1 722 064	1 722 064	-	-
Comércio e Transportes	17 323 301	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	113 514	-	-
Agro-indústrias	38 297 386	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	769 591	-	-
Commercial Real Estate	6 031 708	6 031 708	57 538	-	-	-	-	-	46 960	46 960	-	-
Serviços e Outros	132 051 322	132 051 322	482 511	-	-	-	-	-	791 999	791 999	-	-
Stage 2	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-
Empresas	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-
Stage 3	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698
Empresas	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698
Particulares	29 075 627	25 552 198	201 160	1 594 122	166 176	1 158 114	1 929 307	1 230 142	1 804 435	182 516	266 235	1 355 684
Stage 1	25 552 198	25 552 198	201 160	-	-	-	-	-	182 516	182 516	-	-
Aquisição e Habitação	8 105 423	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	52 415	-	-
Consumo - Outros	16 710 216	16 710 216	201 160	-	-	-	-	-	129 995	129 995	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	736 559	-	-	-	-	-	-	106	106	-	-
Stage 2	1 594 122	-	-	1 594 122	166 176	1 158 114	-	-	266 235	-	266 235	-
Aquisição e Habitação	314 803	-	-	314 803	128 627	-	-	-	74 426	-	74 426	-
Consumo - Outros	1 279 319	-	-	1 279 319	37 549	1 158 114	-	-	191 809	-	191 809	-
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684
Particulares	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684
Total	367 874 777	315 263 833	741 209	21 028 381	13 808 265	1 614 871	31 582 563	26 910 726	14 522 218	3 323 465	1 078 371	10 120 382

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a distribuição das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por intervalo de dias de atraso é o seguinte:

mKz	Exposição 30-06-2024							Imparidade 30-06-2024						
	Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3		
Segmento	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	<90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias
Administrações Públicas	94 629 845	-	-	-	-	-	-	1 451 289	-	-	-	-	-	-
Empresas	207 793 871	9 857 185	476 804	-	22 952 801	619 930	5 189 250	1 875 228	240 065	41 474	-	7 086 565	101 403	2 394 396
Stage 1	207 764 809	-	-	-	-	-	-	1 875 228	-	-	-	-	-	-
Comércio e Transportes	15 877 958	-	-	-	-	-	-	98 378	-	-	-	-	-	-
Agro-indústrias	45 335 208	-	-	-	-	-	-	898 030	-	-	-	-	-	-
Commercial Real Estate	6 752 856	-	-	-	-	-	-	53 314	-	-	-	-	-	-
Serviços e Outros	139 798 787	-	-	-	-	-	-	825 506	-	-	-	-	-	-
Stage 2	29 062	9 857 185	476 804	-	-	-	-	-	240 065	41 474	-	-	-	-
Empresas	29 062	9 857 185	476 804	-	-	-	-	-	240 065	41 474	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	22 952 801	619 930	5 189 250	-	-	-	-	7 086 565	101 403	2 394 396
Empresas	-	-	-	-	22 952 801	619 930	5 189 250	-	-	-	-	7 086 565	101 403	2 394 396
Particulares	30 904 651	1 415 474	150 721	3	710 589	191 814	1 009 652	227 177	194 940	41 534	1	578 913	74 263	736 262
Stage 1	30 904 651	-	-	-	-	-	-	227 177	-	-	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	7 839 991	-	-	-	-	-	-	52 893	-	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	21 945 577	-	-	-	-	-	-	174 209	-	-	-	-	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	1 119 083	-	-	-	-	-	-	75	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	1 415 474	150 721	3	-	-	-	-	194 940	41 534	1	-	-	-
Aquisição e Habitação	-	60 938	55 986	-	-	-	-	-	6 584	9 554	-	-	-	-
Consumo - Outros	-	1 354 536	94 735	3	-	-	-	-	188 356	31 980	1	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	710 589	191 814	1 009 652	-	-	-	-	578 913	74 263	736 262
Particulares	-	-	-	-	710 589	191 814	1 009 652	-	-	-	-	578 913	74 263	736 262
Total	333 328 367	11 272 659	627 525	3	23 663 390	811 744	6 198 902	3 553 694	435 005	83 008	1	7 665 478	175 666	3 130 658

mKz	Exposição 31-12-2023							Imparidade 31-12-2023						
	Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3		
Segmento	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	<90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	-	-	-	-	-	-
Empresas	193 703 717	19 363 834	70 425	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	1 722 064	810 343	1 793	-	7 460 586	964 034	340 078
Stage 1	193 703 717	-	-	-	-	-	-	1 722 064	-	-	-	-	-	-
Comércio e Transportes	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	-	-	-	-	-	-
Agro-indústrias	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	-	-	-	-	-	-
Commercial Real Estate	6 031 708	-	-	-	-	-	-	46 960	-	-	-	-	-	-
Serviços e Outros	132 051 322	-	-	-	-	-	-	791 999	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-
Empresas	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078
Empresas	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078
Particulares	25 552 198	1 325 166	268 956	-	545 651	329 559	1 054 097	182 516	188 517	77 718	-	299 103	314 638	741 943
Stage 1	25 552 198	-	-	-	-	-	-	182 516	-	-	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	-	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	16 710 216	-	-	-	-	-	-	129 995	-	-	-	-	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	1 325 166	268 956	-	-	-	-	-	188 517	77 718	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	-	128 627	186 176	-	-	-	-	-	22 391	52 035	-	-	-	-
Consumo - Outros	-	1 196 539	82 780	-	-	-	-	-	166 126	25 683	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943
Particulares	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943
Total	315 263 833	20 689 000	339 381	-	25 937 910	1 733 279	3 911 374	3 323 465	998 860	79 511	-	7 759 689	1 278 672	1 082 021

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições, imparidade constituída e número de operações por segmento do modelo de imparidade e por ano de concessão é o seguinte:

mKz	2024			2023			2022			2021			2020 e anteriores		
Segmento	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
Administrações Públicas	1	30	-	3	82 667 401	1 264 955	2	741 232	11 277	2	5 265	83	10	11 215 917	174 974
Empresas	247	26 634 350	437 346	354	72 107 609	3 012 179	275	48 388 135	2 713 378	228	72 549 418	5 308 472	105	27 210 329	267 756
Stage 1	234	25 314 696	292 578	316	63 697 639	709 348	232	31 199 520	257 188	184	63 261 144	500 718	94	24 291 810	115 396
Comércio e Transportes	12	371 648	4 645	17	3 190 501	52 840	24	409 390	5 947	15	1 788 302	6 726	14	10 118 117	28 220
Agro-indústrias	33	7 442 008	164 275	63	23 466 599	440 001	39	5 417 414	118 896	37	8 037 384	158 452	10	971 803	16 406
Commercial Real Estate	19	1 624 562	13 063	18	782 322	5 833	17	945 573	5 590	2	6 083	1	8	3 394 316	28 827
Serviços e Outros	170	15 876 478	110 595	218	36 258 217	210 674	152	24 427 143	126 755	130	53 429 375	335 539	62	9 807 574	41 943
Stage 2	8	1 044 988	36 325	17	4 335 142	80 482	11	2 276 599	114 741	7	399 100	14 588	3	2 307 222	35 403
Empresas	8	1 044 988	36 325	17	4 335 142	80 482	11	2 276 599	114 741	7	399 100	14 588	3	2 307 222	35 403
Stage 3	5	274 666	108 443	21	4 074 828	2 222 349	32	14 912 016	2 341 449	37	8 889 174	4 793 166	8	611 297	116 957
Empresas	5	274 666	108 443	21	4 074 828	2 222 349	32	14 912 016	2 341 449	37	8 889 174	4 793 166	8	611 297	116 957
Particulares	1 069	8 295 742	110 183	1 322	11 066 298	182 336	687	5 748 880	208 487	447	3 509 506	306 539	919	5 762 478	1 045 545
Stage 1	1 061	8 181 353	67 567	1 270	10 806 122	79 645	638	5 330 320	34 604	405	2 776 560	18 433	861	3 810 296	26 928
Aquisição e Habitação	2	88 201	674	20	1 169 121	5 038	34	1 336 412	7 821	45	1 912 500	12 645	297	3 333 757	26 715
Consumo - Outros	591	7 774 611	66 866	1 054	9 447 565	74 595	509	3 941 627	26 782	235	764 292	5 778	36	17 482	188
Consumo - Cartões e Descobertos	468	318 541	27	196	189 436	12	95	52 281	1	125	99 768	10	528	459 057	25
Stage 2	3	37 938	8 159	36	125 427	24 983	20	154 875	25 107	19	447 382	65 165	28	800 576	113 061
Aquisição e Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15 053	5 147	4	101 871	10 992
Consumo - Outros	3	37 938	8 159	36	125 427	24 983	20	154 875	25 107	18	432 329	60 018	24	698 705	102 069
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	5	76 451	34 457	16	134 749	77 708	29	263 685	148 776	23	285 564	222 941	30	1 151 606	905 556
Particulares	5	76 451	34 457	16	134 749	77 708	29	263 685	148 776	23	285 564	222 941	30	1 151 606	905 556
Total	1 317	34 930 122	547 529	1 679	165 841 308	4 459 470	964	54 878 247	2 933 142	677	76 064 189	5 615 094	1 034	44 188 724	1 488 275

mKz	2023			2022			2021			2020			2019 e anteriores		
Segmento	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
Administrações Públicas	2	80 057 130	1 185 706	4	1 096 103	16 116	2	4 388	64	-	-	-	12	14 850 297	216 999
Empresas	385	73 963 508	2 852 148	289	54 005 590	2 606 531	229	83 335 610	5 255 178	37	22 072 837	458 288	58	9 413 687	126 753
Stage 1	349	65 092 991	781 719	253	37 771 630	330 860	183	70 321 661	520 628	27	14 227 481	48 318	48	6 289 954	40 538
Comércio e Transportes	15	3 355 245	57 802	35	1 112 147	15 555	12	1 858 182	9 674	2	8 937 766	24 451	9	2 059 961	6 031
Agro-indústrias	66	24 191 394	482 612	41	6 522 827	148 554	35	6 350 110	121 623	4	349 503	1 221	10	883 552	15 581
Commercial Real Estate	12	482 121	4 441	18	1 170 803	6 743	2	8 967	-	2	2 346 290	19 208	6	2 023 527	16 568
Serviços e Outros	256	37 064 231	238 864	159	28 965 853	160 008	134	62 104 402	389 331	19	2 593 922	3 438	23	1 322 914	2 358
Stage 2	18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Empresas	18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Stage 3	18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Empresas	18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Particulares	1 469	12 335 133	167 037	800	6 620 147	156 973	533	4 017 120	436 165	130	2 036 572	676 252	835	4 066 655	368 008
Stage 1	1 451	12 140 457	91 276	757	6 334 227	41 207	488	3 002 876	20 877	115	935 897	7 279	795	3 138 741	21 877
Aquisição e Habitação	20	1 227 877	5 144	36	1 474 079	7 751	45	1 941 312	12 361	22	704 805	5 545	289	2 757 350	21 614
Consumo - Outros	1 134	10 735 285	86 106	621	4 809 985	33 450	332	971 352	8 512	36	172 809	1 713	29	20 785	214
Consumo - Cartões e Descobertos	297	177 295	26	100	50 163	6	111	90 212	4	57	58 283	21	477	360 606	49
Stage 2	13	65 178	9 698	20	124 584	14 863	18	479 139	80 864	9	381 324	66 411	22	543 897	94 399
Aquisição e Habitação	1	14 460	775	2	96 633	13 129	2	43 753	6 341	1	53 111	11 510	6	106 846	42 671
Consumo - Outros	12	50 718	8 923	18	27 951	1 734	16	435 386	74 523	8	328 213	54 901	16	437 051	51 728
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Particulares	5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Total	1 856	166 355 771	4 204 891	1 093	61 721 840	2 779 620	764	87 357 118	5 691 407	167	24 109 409	1 134 540	905	28 330 639	711 760

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por tipo de quantificação de imparidade é o seguinte:

mKz	30-06-2024			
	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
Segmento	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Administrações Públicas	-	-	94 629 845	1 451 289
Empresas	22 235 153	7 460 258	224 654 688	4 278 873
Stage 1	-	-	207 764 809	1 875 228
Comércio e Transportes	-	-	15 877 958	98 378
Agro-indústrias	-	-	45 335 208	898 030
Commercial Real Estate	-	-	6 752 856	53 314
Serviços e Outros	-	-	139 798 787	825 506
Stage 2	-	-	10 363 051	281 539
Empresas	-	-	10 363 051	281 539
Stage 3	22 235 153	7 460 258	6 526 828	2 122 106
Empresas	22 235 153	7 460 258	6 526 828	2 122 106
Particulares	424 195	131 896	33 958 709	1 721 194
Stage 1	198 569	1 168	30 706 082	226 009
Aquisição e Habitação	-	-	7 839 991	52 893
Consumo - Outros	198 569	1 168	21 747 008	173 041
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	1 119 083	75
Stage 2	-	-	1 566 198	236 475
Aquisição e Habitação	-	-	116 924	16 139
Consumo - Outros	-	-	1 449 274	220 336
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-
Stage 3	225 626	130 728	1 686 429	1 258 710
Particulares	225 626	130 728	1 686 429	1 258 710
Total	22 659 348	7 592 154	353 243 242	7 451 356

mKz		31-12-2023		
Segmento	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Administrações Públicas	-	-	96 007 918	1 418 885
Empresas	21 693 348	7 363 217	221 097 884	3 935 681
Stage 1	-	-	193 703 717	1 722 064
Comércio e Transportes	-	-	17 323 301	113 514
Agro-indústrias	-	-	38 297 386	769 591
Commercial Real Estate	-	-	6 031 708	46 960
Serviços e Outros	-	-	132 051 322	791 999
Stage 2	-	-	19 434 259	812 136
Empresas	-	-	19 434 259	812 136
Stage 3	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Empresas	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Stage 1	-	-	25 552 198	182 516
Aquisição e Habitação	-	-	8 105 423	52 415
Consumo - Outros	-	-	16 710 216	129 995
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	736 559	106
Stage 2	-	-	1 594 122	266 235
Aquisição e Habitação	-	-	314 803	74 426
Consumo - Outros	-	-	1 279 319	191 809
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-
Stage 3	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Particulares	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 30 de Junho de 2024, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 353.243.242, existem 99 operações individualmente significativas, no montante de mKz 283.637.321, com imparidade associada no montante de mKz 5.161.411, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33

A 31 de Dezembro de 2023, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 345.755.910, existem 90 operações individualmente significativas, no montante de mKz 286.604.426, com imparidade associada no montante de mKz 5.052.533, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por estágio é o seguinte:

mKz		30-06-2024			
Crédito a clientes	Estágios de imparidade			Total	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	199 173	-	22 467 185	22 666 358	
Crédito e juros vencidos	-	-	467 144	467 144	
Imparidade	1 168	-	7 590 986	7 592 154	
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	337 222 486	11 922 345	8 226 603	357 371 434	
Crédito e juros vencidos	32 139	31 981	1 228 802	1 292 922	
Imparidade	3 552 526	518 014	3 380 816	7 451 356	
Acréscimos e diferimentos	(4 093 292)	(22 158)	(19 752)	(4 135 202)	
Total	333 328 367	11 900 187	30 674 036	375 902 590	

mKz		31-12-2023			
Crédito a clientes	Estágios de imparidade			Total	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	-	-	22 128 093	22 128 093	
Crédito e juros vencidos	-	-	310 979	310 979	
Imparidade	-	-	7 596 419	7 596 419	
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	319 439 115	21 056 757	9 457 613	349 953 485	
Crédito e juros vencidos	273 676	18 284	442 970	734 930	
Imparidade	3 323 465	1 078 371	2 523 963	6 925 799	
Acréscimos e diferimentos	(4 175 282)	(28 376)	(3 143)	(4 206 801)	
Total	315 263 833	21 028 381	31 582 563	367 874 777	

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por classe de incumprimento é o seguinte:

mKz		30-06-2024				
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	199 173	-	-	22 467 186	-	22 666 359
Crédito e juros vencidos	-	-	-	467 144	-	467 144
Imparidade	1 168	-	-	7 590 986	-	7 592 154
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	349 774 548	341 054	5 431 648	1 824 183	-	357 371 433
Crédito e juros vencidos	74 043	38 691	850 317	329 872	-	1 292 923
Imparidade	4 310 704	95 960	1 859 687	1 185 005	-	7 451 356
Acréscimos e diferimentos	(4 116 115)	(98)	(10 706)	(8 283)	-	(4 135 202)
Total	345 857 606	340 956	5 420 942	24 283 086	-	375 902 590

mKz		31-12-2023				
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	200 513	-	2 502 692	19 424 888	-	22 128 093
Crédito e juros vencidos	-	-	-	310 979	-	310 979
Imparidade	102 474	-	1 722 037	5 771 909	-	7 596 420
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	345 954 064	15 098	2 524 236	1 335 559	124 528	349 953 485
Crédito e juros vencidos	391 416	6 331	128 023	136 727	72 433	734 930
Imparidade	4 710 390	4 184	1 140 475	1 058 297	12 453	6 925 799
Acréscimos e diferimentos	(4 207 574)	-	(2 157)	(8 655)	11 585	(4 206 801)
Total	341 947 003	15 098	5 024 771	20 751 792	136 113	367 874 777

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

mKz		30-06-2024		
	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
Sector de actividade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	9 223 608	137 039	2 349 599	31 183
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	66 349 017	523 346
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 345 802	1 391 447	-	-
Indústrias de pasta de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 199 838	26 711
Indústrias alimentares e das bebidas	-	-	6 637 053	134 386
Construção	-	-	39 463 207	782 338
Comércio por grosso (excepto veículos)	7 161 427	4 960 818	28 612 754	1 566 438
Comércio por retalho	-	-	16 856 245	322 435
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	12 489 176	97 939
Actividades imobiliárias	-	-	1 226 749	11 575
Educação	-	-	98 807	2 282
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	5 241 248	82 202
Outras actividades de serviços	113 050	107 018	1 170 563	8 721
Outras actividades	1 391 266	863 936	41 960 463	689 317
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	94 629 814	1 451 289
Particulares	424 195	131 896	33 958 709	1 721 194
Consumo	424 195	131 896	27 285 081	1 304 610
Habitação	-	-	6 673 628	416 584
Total	22 659 348	7 592 154	353 243 242	7 451 356

mKz		31-12-2023		
Sector de actividade	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	8 785 535	128 304	2 297 525	20 109
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	74 491 860	685 832
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	1 419 429	-	-
Indústrias de pasta de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 495 452	42 092
Indústrias alimentares e das bebidas	-	-	6 611 029	167 528
Construção	-	-	29 723 771	554 978
Comércio por grosso (excepto veículos)	6 957 455	4 851 648	27 953 174	1 180 815
Comércio por retalho	-	-	18 676 939	514 226
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	13 593 471	131 908
Actividades imobiliárias	-	-	366 912	3 390
Educação	-	-	113 786	792
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	5 427 366	83 522
Outras actividades de serviços	152 788	111 115	1 326 596	8 976
Outras actividades	1 409 901	852 721	38 020 003	541 513
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	96 007 918	1 418 885
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Consumo	425 519	233 202	21 677 242	1 139 664
Habituação	-	-	6 972 866	431 569
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, garantias prestadas e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

mKz		30-06-2024					
Sector	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 567 972	5 235	-	11 573 207	3%	168 221	1%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	66 349 017	-	11 606 928	77 955 945	19%	536 659	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 345 802	-	-	4 345 801	1%	1 391 448	32%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 199 838	-	-	2 199 838	1%	26 710	1%
Indústrias alimentares e das bebidas	6 637 023	30	2 437 443	9 074 496	2%	161 467	2%
Construção	39 463 207	-	4 230 122	43 693 329	11%	817 746	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	34 690 048	1 084 133	9 499 283	45 273 464	11%	6 560 948	14%
Comércio por retalho	16 543 762	312 483	235 792	17 092 037	4%	323 304	2%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	12 489 176	-	-	12 489 176	3%	97 939	1%
Actividades imobiliárias	1 226 749	-	-	1 226 749	0%	11 575	1%
Educação	98 807	-	-	98 807	0%	2 282	2%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	5 176 278	64 970	4 302	5 245 550	1%	82 243	2%
Outras actividades de serviços	1 283 613	-	450 627	1 734 241	0%	116 489	7%
Outras actividades	43 186 536	165 193	9 525 694	52 877 423	13%	1 599 136	3%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	94 629 814	-	-	94 629 814	24%	1 451 289	2%
Particulares	34 254 880	128 024	-	34 382 904	9%	1 853 091	5%
Consumo	27 598 064	111 212	-	27 709 276	7%	1 436 506	5%
Habitação	6 656 816	16 812	-	6 673 628	2%	416 584	6%
Total	374 142 522	1 760 068	37 990 191	413 892 781		15 200 547	4%

mKz		31-12-2023					
Sector	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 080 994	2 065	-	11 083 059	3%	148 413	1%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	74 292 766	199 094	7 155 580	81 647 440	20%	705 915	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	-	-	4 387 669	1%	1 419 430	32%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 495 453	-	-	2 495 453	1%	42 092	2%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0%	-	0%
Indústrias alimentares e das bebidas	6 611 011	18	1 897 124	8 508 153	2%	188 606	2%
Construção	29 723 771	-	10 426 770	40 150 541	10%	607 824	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	34 527 167	383 462	7 876 406	42 787 035	11%	6 060 388	14%
Comércio por retalho	18 554 498	122 441	714 780	19 391 719	5%	517 386	3%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	13 593 471	-	-	13 593 471	3%	131 908	1%
Actividades imobiliárias	366 912	-	-	366 912	0%	3 390	1%
Educação	113 786	-	-	113 786	0%	792	1%
Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	5 362 969	64 397	569 321	5 996 687	1%	88 627	1%
Outras actividades de serviços	1 479 384	-	200 046	1 679 430	0%	120 129	7%
Outras actividades	39 245 749	184 155	10 258 915	49 688 819	12%	1 446 826	3%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	96 007 918	-	-	96 007 918	25%	1 418 885	1%
Particulares	28 985 141	90 486	-	29 075 627	7%	1 804 435	6%
Consumo	22 026 426	76 334	-	22 102 760	5%	1 372 866	6%
Habitação	6 958 715	14 152	-	6 972 867	2%	431 569	6%
Total	366 828 659	1 046 118	39 098 942	406 973 719		14 705 046	4%

As garantias prestadas dizem respeito a créditos documentários e garantias e avales prestados (ver Nota 28).

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições por graus de risco internos e por segmento do modelo de imparidade é a seguinte:

mKz		30-06-2024						
Segmento	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	94 629 815	30	-	-	-	-	-	94 629 845
Empresas	20 513 024	223 234 945	833 042	1 721 268	586 281	-	1 281	246 889 841
Stage 1	10 734 528	194 284 858	772 926	1 629 916	342 581	-	-	207 764 809
Comércio e Transportes	8 514 942	5 900 900	-	1 462 116	-	-	-	15 877 958
Agro-indústrias	1 336 305	43 334 432	664 471	-	-	-	-	45 335 208
Commercial Real Estate	-	6 752 856	-	-	-	-	-	6 752 856
Serviços e Outros	883 281	138 296 670	108 455	167 800	342 581	-	-	139 798 787
Stage 2	-	10 271 699	-	91 352	-	-	-	10 363 051
Empresas	-	10 271 699	-	91 352	-	-	-	10 363 051
Stage 3	9 778 496	18 678 388	60 116	-	243 700	-	1 281	28 761 981
Empresas	9 778 496	18 678 388	60 116	-	243 700	-	1 281	28 761 981
Particulares	101 597	33 110 068	248 912	460 725	228 710	225 627	7 265	34 382 904
Stage 1	101 597	30 289 972	5 027	304 650	203 405	-	-	30 904 651
Aquisição e Habitação	-	7 796 631	3 767	39 593	-	-	-	7 839 991
Consumo - Outros	93 689	21 399 671	1 260	247 581	203 376	-	-	21 945 577
Consumo - Cartões e Descobertos	7 908	1 093 670	-	17 476	29	-	-	1 119 083
Stage 2	-	1 292 723	106 163	145 515	21 797	-	-	1 566 198
Aquisição e Habitação	-	116 924	-	-	-	-	-	116 924
Consumo - Outros	-	1 175 799	106 163	145 515	21 797	-	-	1 449 274
Stage 3	-	1 527 373	137 722	10 560	3 508	225 627	7 265	1 912 055
Particulares	-	1 527 373	137 722	10 560	3 508	225 627	7 265	1 912 055
Total	115 244 436	256 345 043	1 081 954	2 181 993	814 991	225 627	8 546	375 902 590

mKz		31-12-2023						
Segmento	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	96 007 918
Empresas	20 533 738	218 727 101	834 851	2 321 446	292 166	-	81 930	242 791 232
Stage 1	11 208 704	179 639 187	763 144	2 079 216	12 185	-	1 281	193 703 717
Comércio e Transportes	8 738 351	6 555 778	-	2 029 172	-	-	-	17 323 301
Agro-indústrias	500 749	37 037 082	759 555	-	-	-	-	38 297 386
Commercial Real Estate	-	6 031 708	-	-	-	-	-	6 031 708
Serviços e Outros	1 969 604	130 014 619	3 589	50 044	12 185	-	1 281	132 051 322
Stage 2	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Empresas	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Stage 3	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Empresas	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Particulares	97 567	27 873 353	252 523	386 840	225 895	225 627	13 822	29 075 627
Stage 1	97 567	25 221 527	5 448	227 627	29	-	-	25 552 198
Aquisição e Habitação	-	8 061 256	3 881	40 286	-	-	-	8 105 423
Consumo - Outros	83 709	16 452 105	1 567	172 835	-	-	-	16 710 216
Consumo - Cartões e Descobertos	13 858	708 166	-	14 506	29	-	-	736 559
Stage 2	-	1 313 337	109 065	149 872	21 848	-	-	1 594 122
Aquisição e Habitação	-	314 803	-	-	-	-	-	314 803
Consumo - Outros	-	998 534	109 065	149 872	21 848	-	-	1 279 319
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Particulares	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Total	116 639 223	246 600 454	1 087 374	2 708 286	518 061	225 627	95 752	367 874 777

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento do modelo de imparidade:

mKz				
Imparidade 30-06-2024				
Segmento	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	2,43%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	2,71%	n.a.	n.a.	28.36%
Agro-indústrias	3,35%	n.a.	n.a.	63.57%
Commercial Real Estate	1,42%	n.a.	n.a.	62.18%
Serviços e Outros	1,07%	n.a.	n.a.	63.09%
Stage 2				
Empresas	n.a.	12,94%	n.a.	34,38%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	65,94%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1,32%	n.a.	n.a.	41.49%
Consumo - Outros	1,20%	n.a.	n.a.	66.40%
Consumo - Cartões e Descobertos	0,19%	n.a.	n.a.	81.80%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	39,32%	n.a.	55.27%
Consumo - Outros	n.a.	23,84%	n.a.	64.55%
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	79,11%
mKz				
Imparidade 31-12-2023				
Segmento	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	2,43%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	2.71%	n.a.	n.a.	28.49%
Agro-indústrias	3.35%	n.a.	n.a.	65.10%
Commercial Real Estate	1.42%	n.a.	n.a.	61.68%
Serviços e Outros	1.07%	n.a.	n.a.	62.83%
Stage 2				
Empresas	n.a.	12,93%	n.a.	36,89%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	52,42%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1.32%	n.a.	n.a.	39.87%
Consumo - Outros	1.20%	n.a.	n.a.	65.64%
Consumo - Cartões e Descobertos	0.19%	n.a.	n.a.	81.80%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	15,05%	n.a.	61.70%
Consumo - Outros	n.a.	10,53%	n.a.	64.69%
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	70,49%

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída, da carteira de créditos reestruturados, por medida de reestruturação aplicada é o seguinte:

mKz				30-06-2024								
Crédito em Estágio 1				Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
Medida Aplicada	Número de Operações	Ex- posição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade
Extensão de prazo	1	198 568	1 168	12	630 822	60 735	17	351 007	81 431	30	1 180 397	143 334
Período de carência de capital e/ou juros	-	-	-	2	44 482	3 766	8	2 826 686	1 966 728	10	2 871 168	1 970 494
Redução de taxa de juro	-	-	-	4	153 307	20 739	5	292 940	138 978	9	446 247	159 717
Outras	1	5 658	-	17	3 554 998	95 298	47	23 014 493	7 579 953	65	26 575 149	7 675 251
Total	2	204 226	1 168	35	4 383 609	180 538	77	26 485 126	9 767 090	114	31 072 961	9 948 796

mKz				31-12-2023								
Crédito em Estágio 1				Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
Medida Aplicada	Número de Operações	Ex- posição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade
Extensão de prazo	1	57 538	-	12	649 926	64 793	14	669 980	246 016	27	1 377 444	310 809
Período de carência de capital e/ou juros	1	50 044	355	1	9 554	859	8	2 933 037	1 874 120	10	2 992 635	1 875 334
Redução de taxa de juro	1	119 898	1 175	4	156 248	22 718	1	11 200	10 119	6	287 346	34 012
Outras	3	513 730	1 269	15	799 143	85 222	25	23 296 509	6 383 714	43	24 609 382	6 470 205
Total	6	741 210	2 799	32	1 614 871	173 592	48	26 910 726	8 513 969	86	29 266 807	8 690 360

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	29 266 806	23 619 989
Créditos reestruturados no período	316 248	11 945 081
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	94	169 376
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	1 489 813	(1 315 256)
Outros - Abates	-	(5 152 384)
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	31 072 961	29 266 806

Abaixo apresenta-se o detalhe dos activos financeiros modificados com referência a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Activos financeiros modificados durante o período (Com provisão para perdas baseada nas perdas de crédito esperadas ao longo da respectiva duração)		
Custo Amortizado bruto antes da modificação	248 749	8 688 643
Perdas por imparidades antes da modificação	(37 856)	(5 259 918)
Custo amortizado líquido antes da modificação	210 893	3 428 725
Ganhos/Perdas líquidas da modificação	73 329	358 628
Custo amortizado bruto após a modificação	322 078	9 047 271

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada entre vincenda e vencida, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz		30-06-2024		
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Administrações Públicas	-	-	-	-
Empresas	28 234 411	339 357	28 573 768	8 930 051
Particulares	2 490 780	8 413	2 499 193	1 018 745
Consumo	2 490 780	8 413	2 499 193	1 018 745
Habitação	-	-	-	-
Total	30 725 191	347 770	31 072 961	9 948 796

mKz		31-12-2023		
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Administrações Públicas	-	-	-	-
Empresas	26 561 868	115 522	26 677 390	7 638 165
Particulares	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Consumo	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Habitação	-	-	-	-
Total	29 138 800	128 006	29 266 806	8 690 360

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada por estágio, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz		30-06-2024		
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	-	-	-	-
Empresas	5 658	3 205 958	25 362 152	28 573 768
Particulares	198 568	1 177 651	1 122 974	2 499 193
Consumo	198 568	1 177 651	1 122 974	2 499 193
Habitação	-	-	-	-
Total	204 226	4 383 609	26 485 126	31 072 961

mKz		31-12-2023		
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	-	-	-	-
Empresas	540 049	456 757	25 680 584	26 677 390
Particulares	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Consumo	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Habitação	-	-	-	-
Total	741 209	1 614 871	26 910 726	29 266 806

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do justo valor das garantias reais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

mKz					30-06-2024							
Empresas					Construção e promoção imobiliária				Habitação			
Imóveis		Outras garantias reais			Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	28	413 789	484	1 740 874	3	-	47	162 000	62	2 080 148	1	12 405
>= 50 MAOA e <100 MAOA	10	727 921	16	1 047 794	-	-	3	185 363	63	4 425 439	1	60 500
>=100 MAOA e < 500 MAOA	38	9 884 150	20	4 056 624	2	719 147	-	-	38	6 749 860	-	-
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	27	18 584 895	1	567 663	3	2 366 069	1	597 540	-	-	-	-
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	11	16 436 322	3	3 928 383	2	2 883 533	-	-	-	-	-	-
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	22	65 745 769	1	4 740 406	4	11 276 217	-	-	-	-	-	-
>=5000 MAOA	7	181 226 870	1	8 273 748	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	143	293 019 716	526	24 355 492	14	17 244 966	51	944 903	163	13 255 447	2	72 905

mKz					31-12-2023							
Empresas					Construção e promoção imobiliária				Habitação			
Imóveis		Outras garantias reais			Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	22	338 147	367	1 344 752	4	1 874	48	128 000	67	2 294 944	1	12 405
>= 50 MAOA e <100 MAOA	10	784 836	14	901 183	-	-	2	132 880	61	4 234 270	1	58 600
>=100 MAOA e < 500 MAOA	43	10 819 966	23	4 774 845	2	719 147	-	-	40	6 992 423	-	-
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	23	15 953 105	2	1 478 538	4	3 036 479	1	580 160	-	-	-	-
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	18	27 942 433	3	3 926 022	1	1 009 410	-	-	-	-	-	-
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	17	48 940 175	1	4 752 156	3	7 428 512	-	-	-	-	-	-
>=5000 MAOA	9	137 067 486	-	-	1	5 060 801	-	-	-	-	-	-
Total	142	241 846 148	410	17 177 496	15	17 256 223	51	841 040	168	13 521 637	2	71 005

As outras garantias reais apresentadas no mapa acima incluem depósitos bancários e títulos de dívida.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do rácio financiamento-garantia real, exposição bruta e imparidade constituída dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

mKz						30-06-2024
Segmento/ rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	116 233 452	2 857 584	19 279 865	8 371 752
<50%	98	190	14 246 966	869 544	2 020 485	342 806
>=50% e <75%	15	22	8 237 491	2 748 730	662 386	195 533
>=75% e <100%	12	10	6 553 041	3 255 702	116 357	64 006
>=100%	18	304	23 631 005	225 947	6 488 079	1 982 696
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	34 074 355	46 869	194 809	756 621
<50%	9	20	971 023	329 613	-	6 004
>=50% e <75%	1	1	4 971	-	-	-
>=75% e <100%	-	1	483 960	-	-	-
>=100%	4	29	3 357 607	-	-	19 713
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	2 651 332	101 871	241 701	261 098
<50%	89	-	1 159 205	-	92 175	54 076
>=50% e <75%	37	-	1 112 462	15 054	141 435	61 725
>=75% e <100%	28	-	829 995	-	28 987	16 110
>=100%	9	2	265 907	-	33 504	23 575
Total	320	579	213 812 772	10 450 914	29 299 783	12 155 715

mKz						31-12-2023
Segmento/ rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	115 383 965	6 346 893	13 030 028	3 996 277
<50%	86	149	11 235 822	2 023 309	6 578 315	4 149 421
>=50% e <75%	16	34	6 217 888	5 414 521	650 415	195 420
>=75% e <100%	14	10	2 541 683	787 266	2 599 807	84 319
>=100%	26	217	29 308 436	4 165 972	6 783 141	2 318 483
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	25 246 900	420 089	11 550	538 450
<50%	8	20	937 649	-	-	10 741
>=50% e <75%	-	5	20 004	-	-	-
>=75% e <100%	2	1	695 494	276 209	-	3 630
>=100%	5	25	2 115 876	-	-	2 157
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	1 901 065	159 957	244 399	295 780
<50%	77	-	1 449 029	-	92 222	51 260
>=50% e <75%	42	-	1 290 381	125 699	59 389	39 494
>=75% e <100%	36	-	1 314 668	29 147	20 586	24 915
>=100%	13	2	252 808	-	33 516	20 120
Total	325	463	199 911 668	19 749 062	30 103 368	11 730 467

Nota 18 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Imóveis		
De serviço próprio	10 032 119	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	2 039 492	1 962 761
Total	12 071 611	11 334 403
Equipamento		
Equipamento informático	6 366 432	6 262 047
Mobiliário e material	1 288 718	1 198 896
Material de transporte	2 681 792	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	544 157	478 544
Equipamento de segurança	615 371	526 119
Outros equipamentos	510 125	491 335
Total	12 006 595	11 365 662
Activos sob Direito de Uso		
Imóveis	1 371 860	1 555 531
Total	1 371 860	1 555 531
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	16 682	623 425
Outros imobilizados em curso	33 853	17 290
Total	50 535	641 345
Depreciações acumuladas	(12 264 050)	(11 269 877)
Imparidade	(1 308 876)	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	11 927 675	12 597 955

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os outros activos tangíveis em curso correspondem, essencialmente, à aquisição de espaço e a pagamentos a fornecedores pelo equipamento e obras realizadas em novos balcões.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, encontram-se em funcionamento 27 Agências e 4 Centros de Empresas.

Os principais investimentos efectuados durante o período findo em 30 de Junho de 2024, foram essencialmente em equipamentos informáticos e material de transporte.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos da rubrica outros activos tangíveis são analisados como segue:

mKz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 30-06-2024
Imóveis						
De serviço próprio	9 371 642	75 478	-	541 195	43 804	10 032 119
Obras em imóveis arrendados	1 962 761	65 287	-	-	11 444	2 039 492
	11 334 403	140 765	-	541 195	55 248	12 071 611
Equipamento						
Equipamento informático	6 262 047	96 458	-	202	7 725	6 366 432
Mobiliário e material	1 198 896	90 081	-	-	(259)	1 288 718
Material de transporte	2 408 721	279 772	(6 701)	-	-	2 681 792
Máquinas de uso administrativo	478 544	65 643	-	-	(30)	544 157
Equipamento de segurança	526 119	66 287	-	22 965	-	615 371
Outros equipamentos	491 335	18 790	-	-	-	510 125
	11 365 662	617 031	(6 701)	23 167	7 436	12 006 595
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	1 555 531	104 922	(258 895)	-	(29 698)	1 371 860
	1 555 531	104 922	(258 895)	-	(29 698)	1 371 860
Imobilizado em curso	641 345	28 801	-	(564 362)	(55 249)	50 535
	24 896 941	891 519	(265 596)	-	(22 263)	25 500 601
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 292 178)	(127 444)	-	-	-	(2 419 622)
Obras em imóveis arrendados	(1 402 848)	(61 752)	-	-	-	(1 464 600)
	(3 695 026)	(189 196)	-	-	-	(3 884 222)
Equipamento						
Equipamento informático	(3 520 570)	(548 650)	-	-	-	(4 069 220)
Mobiliário e material	(792 706)	(45 231)	-	-	-	(837 937)
Material de transporte	(1 713 212)	(166 073)	6 701	-	-	(1 872 584)
Máquinas de uso administrativo	(181 358)	(29 564)	-	-	-	(210 922)
Equipamento de segurança	(255 148)	(35 968)	-	-	-	(291 116)
Outros equipamentos	(278 555)	(26 876)	-	-	-	(305 431)
	(6 741 549)	(852 362)	6 701	-	-	(7 587 210)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(833 302)	(211 938)	258 895	-	(6 273)	(792 618)
	(833 302)	(211 938)	258 895	-	(6 273)	(792 618)
	(11 269 877)	(1 253 496)	265 596	-	(6 273)	(12 264 050)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(1 029 109)	(279 767)	-	-	-	(1 308 876)
	(1 029 109)	(279 767)	-	-	-	(1 308 876)
Outros activos tangíveis	12 597 955	(641 744)	-	-	(28 536)	11 927 675

mKz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-12-2023
Imóveis						
De serviço próprio	9 391 415	342 047	-	52 008	(413 828)	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	1 912 597	48 156	(2 500)	4 508	-	1 962 761
	11 304 012	390 203	(2 500)	56 516	(413 828)	11 334 403
Equipamento						
Equipamento informático	5 136 519	1 346 053	(220 525)	-	-	6 262 047
Mobiliário e material	1 072 006	205 479	(78 589)	-	-	1 198 896
Material de transporte	2 122 125	346 911	(60 315)	-	-	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	312 121	181 874	(15 451)	-	-	478 544
Equipamento de segurança	386 428	132 959	(5 585)	22 235	(9 918)	526 119
Outros equipamentos	420 925	77 528	(7 118)	-	-	491 335
	9 450 124	2 290 804	(387 583)	22 235	(9918)	11 365 662
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
Imobilizado em curso	292 536	3 814	-	(78 751)	423 746	641 345
	23 336 100	3 459 168	(506 660)	-	(1 391 667)	24 896 941
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 053 480)	(238 698)	-	-	-	(2 292 178)
Obras em imóveis arrendados	(1 291 296)	(114 052)	2 500	-	-	(1 402 848)
	(3 344 776)	(352 750)	2 500	-	-	(3 695 026)
Equipamento						
Equipamento informático	(2 622 965)	(1 118 130)	220 525	-	-	(3 520 570)
Mobiliário e material	(793 137)	(78 158)	78 589	-	-	(792 706)
Material de transporte	(1 408 881)	(364 744)	60 315	-	98	(1 713 212)
Máquinas de uso administrativo	(149 952)	(46 856)	15 450	-	-	(181 358)
Equipamento de segurança	(206 341)	(54 392)	5 585	-	-	(255 148)
Outros equipamentos	(238 101)	(47 598)	7 119	-	25	(278 555)
	(5 419 377)	(1 709 878)	387 583	-	123	(6 741 549)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(10 559 466)	(2 485 330)	506 660	-	1 268 259	(11 269 877)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	12 011 772	709 591	-	-	(123 408)	12 597 955

Nota 19 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Activos intangíveis		
Sistema de tratamento automático de dados	3 886 970	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	37 817
Total	3 924 787	3 286 635
Activos intangíveis em curso		
Sistema de tratamento automático de dados	3 226 185	2 560 135
Total	3 226 185	2 560 135
Depreciação acumulada		
Sistema de tratamento automático de dados	(2 482 120)	(2 185 548)
Activos intangíveis	4 668 852	3 661 222

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que irão permitir a optimização de processos e melhoria da produtividade, a robustez do sistema de controlo interno, especificamente no controlo do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 os movimentos da rubrica activos intangíveis são analisados como segue:

mKz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 30.06.2024
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3 248 818	258 462	-	379 690	3 886 970
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 286 635	258 462	-	379 690	3 924 787
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	2 560 135	1 047 734	-	(381 684)	3 226 185
	2 560 135	1 047 734	-	(381 684)	3 226 185
	5 846 770	1 306 196	-	(1 994)	7 150 972
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 185 548)	(296 572)	-	-	(2 482 120)
	(2 185 548)	(296 572)	-	-	(2 482 120)
Activos intangíveis	3 661 222	1 009 624	-	(1 994)	4 668 852

mKz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31.12.2023
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3117 616	417 675	-	(286 473)	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 155 433	417 675	-	(286 473)	3 286 635
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	1107 403	1166 259	-	286 473	2 560 135
	1 107 403	1 166 259	-	286 473	2 560 135
	4 262 836	1 583 934	-	-	5 846 770
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
Activos intangíveis	2 616 803	1 044 419	-	-	3 661 222

Nota 20 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

O cálculo do imposto corrente em de 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro 2023 foi apurado nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro), com as alterações introduzidas pela Lei que altera o Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), sendo a taxa de imposto aplicável de 35%.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o período findo em 30 de Junho de 2024 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 35%.

As declarações fiscais encontram-se sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2019 a 2024.

Desde a entrada em vigor do novo Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no n.º 1 do artigo 48.º do

Código do Imposto Industrial, passam a poder ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro 2023 são analisados como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Activos por impostos correntes	250 034	240 623
Impostos a recuperar	250 034	240 623
Passivos por impostos correntes	(856 391)	(709 793)
Imposto Industrial	-	-
Imposto Sobre Aplicações de Capitais	(856 391)	(709 793)
Imposto a recuperar/(pagar no fim do exercício)	(606 357)	(469 170)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são analisados como segue:

mKz	Activo		Passivo		Líquido	
	30-06-2024	31-12-2023	30-06-2024	31-12-2023	30-06-2024	31-12-2023
Crédito a clientes	1 979 098	1 884 878	-	-	1 979 098	1 884 878
Provisões para prémio de antiguidade	615 503	543 308	-	-	615 503	543 308
Crédito de imposto por prejuízo Fiscal	4 157 047	6 835 498	-	-	4 157 047	6 835 498
Variações cambiais potenciais	-	-	(8 017 789)	(8 431 951)	(8 017 789)	(8 431 951)
Activo/ (passivo) por imposto diferido	6 157 648	9 263 684	(8 017 789)	(8 431 951)	(1 266 141)	831 733

O detalhe dos impostos diferidos associados a variações cambiais não realizadas é analisado como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Variações Cambiais desfavoráveis não realizadas	84 140 296	73 813 861
Variações Cambiais favoráveis não realizadas	(92 158 085)	(82 245 812)
Activo / (passivo) por imposto diferido	(8 017 789)	(8 431 951)

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Saldo inicial	831 733	3 735 350
Reconhecido em resultados	(2 097 874)	(2 903 617)
Outros	-	-
Activo/ (passivo) por imposto diferido	(1 266 141)	831 733

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

mKz	30-06-2024			30-06-2023		
	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto
Resultado antes de impostos		25 819 207			25 260 333	
Rendimento fiscal	35,00%	25 819 207	9 036 723	35,00%	25 260 333	8 841 117
Diferenças Permanentes:						
- Acréscimos Gastos/Deduções Proveitos não dedutíveis	4,05%	2 989 807	1 046 432	-9,38%	(6 771 893)	(2370 163)
- Benefícios Fiscais	-29,29%	(21 610 209)	(7 563 573)	-26,84%	(19 372 207)	(6 780 272)
Diferenças Temporárias	-2,25%	(158 791)	(580 577)	10,51%	7 584 623	2 654 618
Imposto sobre aplicações de Capitais	6,57%	-	1 696 460	5,32%	-	1 344 491
Imposto de Selo	0,00%	-	-	0,01%	-	1 585
Excesso de Estimativa de imposto	0,62%	-	158 869	0,00%	-	-
Imposto do exercício (Total)	14,70%	5 540 014	3 794 334	14,61%	6 700 856	3 691 376

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro e pelo Decreto Presidencial n.º 31/12, de 30 de Janeiro, gozam da isenção de todos os impostos.

Adicionalmente, o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro (revisto e republicado através do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro) introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano.

Não obstante, de acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) em vigor no decorrer do exercício de 2020, na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado os proveitos ou ganhos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais (“IAC”) não é fiscalmente aceite para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Código do Imposto Industrial.

Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento da Administração Geral Tributária dirigido à ABANC (carta com a referência

196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2012 se encontram sujeitos a este imposto.

Em 2021 o Banco alterou a política contabilística relativamente à contabilização do IAC, passando o encargo com o mesmo a ser apresentado na Demonstração dos Resultados na rubrica de Impostos Correntes (anteriormente reflectido em Outros Resultados de Exploração).

Na base desta alteração esteve o facto de, conforme referido na Nota 2.9, o IAC incidir genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, ou seja, o imposto é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estarem excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para, à luz da IAS 12, classificar o IAC como um imposto sobre o rendimento e consequentemente, ser apresentado na rubrica da Demonstração dos Resultados enquanto Imposto Corrente.

Nota 21 – Outros activos

A rubrica de Outros activos a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Outros Activos		
Ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores	2 038 266	1 912 592
Juros a receber programa Angola Investe	584 603	584 208
Adiantamentos a fornecedores	745	74 343
Custos Diferidos		
- Seguros	566 578	132 604
- Outros	884 424	563 184
Outras operações a regularizar	322 321	320 771
Património artístico	4 962	4 962
Activos não afectos à exploração - Imóveis	1 429 509	1 423 746
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 596	2 596
Impostos - IVA	1 195 994	1 400 781
Outros impostos a receber	507 952	391 895
Falhas de Caixa	230 196	230 479
Proveitos a receber	81 275	17 895
Outros activos	768 448	528 953
Total	8 617 869	7 589 009
Perdas por imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	(1 348 914)	(1 348 914)
Outras perdas por imparidade	(376 917)	(377 173)
Total	6 892 038	5 862 922

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de “ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores” refere-se ao ajustamento ao crédito a colaboradores efectuado de acordo como

definido na Nota 17. Com efeito, o Caixa Angola, à semelhança da generalidade das instituições financeiras angolanas, concede crédito aos seus colaboradores a taxas de juro abaixo das praticadas para os seus clientes, sendo este mais um complemento ao seu salário de base. Este benefício permite ao colaborador ter uma taxa de esforço inferior à que teria se o seu crédito tivesse uma taxa de mercado, razão pela qual deverá ser contabilizado o custo de oportunidade para o Banco, em linha com o definido na Nota 17.

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Adiantamento a fornecedores” corresponde ao pagamento de encomendas efectuadas junto de fornecedores cujos bens ainda não foram recebidos

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Impostos – IVA” corresponde a imposto sobre o valor acrescentado dedutível.

A 30 de Junho de 2024, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação registados na rubrica de outros activos não afectos à exploração para venda por tipo de imóvel é o seguinte:

mKz	31-12-2023				31-12-2022			
Tipo de Imóvel	Número de Imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico	Número de Imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Terreno								
Urbano	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	297 836	(1 297 836)	-
Total	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	1 297 836	(1 297 836)	-

A 30 de Junho de 2024, o saldo de “Activos não afectos à exploração – imóveis” inclui os terrenos adquiridos pelo banco no montante de mKz 90.113 e um imóvel no montante de mKz 41.560.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de outros activos foram os seguintes:

mKz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/ Fraude Balcões	Total
Saldo em 31-12-2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087
Aumentos / Dotações	-	238 276	311	238 587
Reposições / Reversões	-	(238 249)	(12)	(238 261)
Transferências / Reclassificações	-	-	(582)	(582)
Saldo em 30-06-2024	1 348 914	146 902	230 015	1 725 831

mKz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/ Fraude Balcões	Total
Saldo em 31-12-2022	1 357 134	38 035	129 861	1 525 030
Aumentos / Dotações	1 998	738 181	101 551	841 730
Reposições / Reversões	(10 218)	(629 341)	(1 114)	(640 673)
Saldo em 31-12-2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087

Nota 22 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	3 378 273	5 809 869
Total	3 378 273	5 809 869

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica obrigações no sistema de pagamentos refere-se a valores a liquidar de operações efectuadas pelos clientes do Caixa Angola com cartões de crédito e Multicaixa. Os saldos apresentados estão pendentes de regularização e compensam-se nos dias úteis seguintes.

Nota 23 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composta como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional		
- Empresas	232 057 420	207 654 029
- Particulares	55 343 537	48 111 660
- Sector Público Administrativo	11 964 120	10 918 252
- Sector Público Empresarial	2 898 060	4 735 710
Total	302 263 137	271 419 651
Em moeda estrangeira		
- Empresas	183 264 331	151 588 801
- Particulares	34 155 896	36 887 317
- Sector Público Administrativo	475 439	3 020 899
- Sector Público Empresarial	10 895 605	11 968 011
Total	228 791 271	203 465 028
Depósitos à ordem de não residentes		
- Em moeda nacional	10 066 349	7 268 686
- Em moeda estrangeira	2 923 142	3 155 712
Total	12 989 491	10 424 398
Total Depósitos à Ordem	544 043 899	485 309 077
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional		
- Empresas	136 430 493	130 044 327
- Particulares	41 789 835	42 330 066
- Sector Público Administrativo	19 708	1 009 555
- Sector Público Empresarial	186 952	6 557
Total	178 426 988	173 390 505
Em moeda estrangeira		
- Empresas	-	164 620 601
- Particulares	70 105 900	59 070 576
- Sector Público Administrativo	59 880 130	-
- Sector Público Empresarial	30 417 967	15 018 478
Total	160 403 997	238 709 655
Depósitos a prazo de não residentes		
- Em moeda nacional	1 317 628	1 040 437
- Em moeda estrangeira	4 269	70 454
Total	1 321 897	1 110 891
Total Depósitos a Prazo	340 152 882	413 211 051
Total	884 196 781	898 520 128

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não são remunerados com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações da Comissão Executiva do Caixa Angola.

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Exigível à vista	544 043 899	485 309 077
Exigível a prazo		
Inferior a 1 mês	67 195 058	29 171 588
De 1 a 3 meses	122 137 942	150 642 150
De 3 a 6 meses	68 311 755	86 621 595
De 6 meses a 1 ano	56 638 748	118 499 001
De 1 a 3 anos	7 672 988	10 946 820
De 3 a 5 anos	18 196 034	17 329 897
Mais de 5 anos	357	-
Total	884 196 781	898 520 128

Nota 24 – Provisões

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

mKz	Provisões para garantias e outros compromissos	Provisões para contingências fiscais	Provisão para processos judiciais	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	8 022	1 212 750	126 000	91 425	1 438 197
Dotações	493 158	1 320 748	-	-	1 813 906
Reversões	(318 352)	-	-	-	(318 352)
Transferências	-	-	-	-	-
Utilizações	-	(807 527)	(6 039)	-	(813 566)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	182 828	1 725 971	119 961	91 425	2 120 185
Ajustamentos transição para IFRS	-	-	-	-	-
Dotações	1 470 321	-	-	-	1 470 321
Reversões	(1 496 693)	-	-	-	(1 496 693)
Transferências	582	-	-	-	582
Utilizações	-	(14 807)	-	-	(14 807)
Saldo a 30 de Junho de 2024	157 038	1 711 164	119 961	91 425	2 079 588

O saldo desta rubrica visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Caixa Angola, sendo revistas em cada data de reporte, de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

O saldo de “Provisões para garantias e outros compromissos” respeita à provisão constituída sobre créditos documentários à importação e garantias e avales prestados.

O saldo da rubrica de “Provisões para contingências fiscais” incorpora a provisão relacionada com a inspecção tributária ocorrida no ano 2021, referente ao exercício de 2016. O Banco exerceu o recurso hierárquico sobre a respectiva notificação, encontrando-se pendente de decisão à data da aprovação

destas demonstrações financeiras. As dotações registadas no ano de 2023, correspondem a outras acções de inspecção da Autoridade Geral Tributária que se encontram em curso.

O saldo da rubrica de “Provisões para processos judiciais” está relacionado com processos laborais em contencioso.

As provisões para garantias e outros compromissos, para contingências fiscais, para processos judiciais são estimadas com base na metodologia descrita nas Notas 2.11.

Nota 25 – Outros passivos

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Outros passivos é composta da seguinte forma:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Outros passivos		
Custos com pessoal	5 037 182	5 196 339
Acréscimos de custos	1 500 858	1 685 811
Fundo de apoio social	46 267	78 884
Comissões a diferir	182 662	286 974
Impostos e taxas por liquidar		
- IVA	315 025	1 462 926
- Imposto do Selo	87 221	119 784
- Outros	388 103	384 575
Fornecedores	594 556	369 535
Passivos da locação	652 338	797 662
Outros passivos	496 761	62 784
Total	9 300 973	10 445 274

A rubrica de “custos com pessoal” tem especializado os valores a pagar dos prémios de desempenho e subsídio de férias. Também é registado o prémio de antiguidade (os colaboradores têm direito a este prémio a partir do 10º ano de serviço), o qual é pago a cada 5 anos até atingirem 35 anos de serviço.

Este prémio é calculado com base no salário recorrente auferido mensalmente, projectando o prémio futuro e diferindo linearmente essa responsabilidade futura em função do número de anos de serviço do colaborador.

A rubrica “acréscimo de custos” diz respeito aos acréscimos de custos referentes a fornecedores decorrentes do processo de circularização e do reconhecimento da provisão de facturas.

A rubrica de “fundo de apoio social” diz respeito aos valores constituídos para o Fundo de Apoio Social que tem por objecto prestar apoio social aos colaboradores do Banco na satisfação de necessidades de carácter social e humanitário.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica “impostos e taxas por liquidar – outros”, inclui, essencialmente, o valor de imposto sobre os juros de depósitos a prazo e de imposto sobre o rendimento de trabalho de órgãos sociais e de colaboradores.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica “passivos de locação” corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos conforme descrito na Nota 2.8. A esta data, o Caixa Angola possui diversos contratos de locação de imóveis.

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a análise da maturidade dos passivos de locação por prazos residuais é apresentada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Inferiores a 1 ano	81 919	186 383
1 a 5 anos	283 795	313 314
Superiores a 5 anos	286 624	297 965
Total	652 338	797 662

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nos passivos de locação foram os seguintes:

mKz	Passivo por Locação
Saldo em 31.12.2023	797 662
Aumentos / Dotações	-
Reposições / Reversões	(154 695)
Juros de Locação	50 968
Pagamentos de Passivos de Locação	(41 597)
Saldo em 30.06.2024	652 338

mKz	Passivo por Locação
Saldo em 31.12.2022	538 657
Aumentos / Dotações	521 030
Reposições / Reversões	-
Juros de Locação	120 928
Pagamentos de Passivos de Locação	(382 953)
Saldo em 31.12.2023	797 662

Nota 26 – Capital social

Acções ordinárias

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o capital social do Caixa Angola é de mKz 60.000.000 e integralmente realizado.

Em 2009, foi registado o valor de reserva da actualização monetária do capital social, no montante de mKz 801.913, perfazendo o valor global de capital no montante de mKz 9.376.913.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 09 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos actuais 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000.

Previamente ao aumento de capital referido acima, o Banco procedeu a reclassificação do impacto associado a actualização monetária do capital social ocorrido em 2009 para a rubrica de outras reservas, por forma a acertar o valor facial das acções representados pelo número de acções de 17.150.000 ao valor nominal de Kz 500.

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Capital Social encontra-se representado por 20.000.000 acções ordinárias nominativas de três mil Kwanzas cada, totalmente subscritas e realizadas, com a seguinte estrutura accionista:

mKz	30-06-2024		31-12-2023	
	Nº de Acções	% de Participação	Nº de Acções	% de Participação
Caixa Geral de Depósitos	10 200 000	51,00%	10 200 000	51,00%
António Mosquito	3 900 000	19,50%	3 900 000	19,50%
José Jaime Freitas	3 900 000	19,50%	3 900 000	19,50%
Outros	2 000 000	10,00%	2 000 000	10,00%
Total	20 000 000	100,00%	20 000 000	100,00%

O resultado atribuível a cada acção encontra-se divulgado na Nota 11.

O Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito actualizado do capital social à data no montante de mKz 238.861.849.

Nota 27 – Reservas de reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados

Esta rubrica, e respectivos movimentos, a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é analisada como segue:

mKz	Reservas de reavaliação		Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Reservas de reavaliação	Total	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731
Alterações de justo valor	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 448 048	31 032 439	34 480 487
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 240 243)	(17 240 243)
Saldo em 30 de Junho de 2023	159 003	159 003	12 980 373	29 140 602	42 120 975
Alterações de justo valor	103 286	103 286	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975
Alterações de justo valor	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 664 122	32 977 095	36 641 217
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)
Saldo em 30 de Junho de 2024	262 289	262 289	16 644 495	44 163 501	60 807 996

Reservas de reavaliação

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 as reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de justo valor através de outro rendimento integral (mKz 262.289). O valor desta reserva é apresentado líquido do imposto diferido.

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Distribuição do resultado do exercícioEXERCÍCIO DE 2023

Em Assembleia Geral realizada em 28 de Março de 2024, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 49% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de “Reserva Legal e Outras reservas”. Com efeito, os dividendos correspondiam a mKz 17.954.196.

Nota 28 – Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Créditos documentários	26 941 247	34 403 274
Garantias e avales prestados	11 048 944	4 695 668
Garantias e avales recebidos	(1 845 997 697)	(1 626 086 989)
Linhas de crédito revogáveis	32 791 797	31 369 607
Compromissos assumidos por terceiros	(70 722)	(70 357)
Custódia de títulos de clientes	163 216 021	381 515 499
Remessas documentárias Importação	644 109	539 267
Remessas documentárias Exportação	(783 705)	-
Total	(1 612 210 006)	(1 173 634 031)

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem em mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar ou mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser possível o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas), que de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à estimação da perda esperada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33

Para as garantias e outros compromissos é aplicado um factor de conversão de crédito (CCF) para ajustar o valor da exposição sobre a qual a imparidade irá ser apurada.

A 30 de Junho de 2024, cerca de 99,99% (mKz 37.998.647) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 37.990.192) encontrava-se classificado em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2023, cerca de 99,99% (mKz 39.048.942) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 37.098.942) encontrava-se classificado em estágio 1.

Nota 29 – Partes Relacionadas

De acordo com a IAS 24 – ‘Divulgações de partes relacionadas’, são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- Titulares de participações qualificadas – Accionistas, presumindo-se que tal sucede quando a participação de capital é não inferior a 10%;
- Entidades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou em relação de grupo – Filiais, empresas associadas e de controlo conjunto;
- Membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco e seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau da linha recta, considerados beneficiários últimos das transacções ou dos activos.

As entidades relacionadas do Banco, com as quais este manteve saldos ou transacções nos exercícios findos em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
ACCIONISTAS DO BCGA	
Grupo Caixa Geral de Depósitos	Portugal
Jose Jaime Agostinho De Sousa Freitas	n.a
Antonio Mosquito	n.a
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCGA	
José Manuel Cerqueira - Presidente	n.a
Francisco Ravara Cary-1º - Vice - Presidente	n.a
Raquel Rute da Costa David Vunge - 2º Vice-Presidente	n.a
Carlos Manuel Amaral de Pinho - 3º Vice-Presidente	n.a
Miguel Francisco Luís Manuel - Administrador Não Executivo	n.a
Helena Monteiro Jardim - Administrador Independente	n.a
João Manuel de Castro Plácido Pires - Presidente da Comissão Executiva	n.a
Ana Margarida Bravo Seabra - Administrador Executivo	
Francisco José Rosado dos Santos - Administrador Executivo	n.a
Manuel Nicolau Pedro Diogo - Administrador Executivo	n.a
Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva - Administrador Executivo	n.a
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO BCGA	
Nelson Efeingue Bernardo - Presidente	n.a
José Maria Monteiro de Azevedo - Vice-Presidente	n.a
José Manuel Nunes Liberato	n.a
João Pacheco Sales Luís*	n.a
MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DO BCGA	
Eduardo Vera Cruz Pinto - Presidente	n.a
Benjamim Aderito Mosquito Mbakassy - Vice-Presidente	n.a
Marília Makeba Figueira - Secretário**	n.a

* João Pacheco Sales Luís, vogal eleito para o mandato 2022-2024, renunciou ao cargo por carta de 24 de Maio de 2023

**Eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023 em substituição do Dr. Mário Nelson Maximino.

OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS	Sede
Antonio Mosquito M Bakassy	Angola
Star Motors De Angola, S.A.R.L	Angola
Cosal Comercio E Servicos De Angola Lda	Angola
Lusolanda S A R L	Angola
M Bakassy & Filhos Limitada	Angola
Comauto Comercio Automoveis Lda Lobito	Angola
Grupo Ant.Mosquito-Gestao Inv.Part.Sarl.	Angola
Tecomat-Tecn. E Mat. De Construcao,Lda	Angola
Mostur Turismo E Hotelaria Limitada	Angola
Cartrack Angola Lda	Angola
Cosal Imobiliaria Lda	Angola
Angosantafe Prest Serv Petroliferos Lda	Angola
Cosal Service Lda	Angola
Air Transworld Angola S A	Angola
Falcon Oil Holding Angola S A	Angola
Organizacoes Cosal Lda Filial Huambo	Angola
Bacatral Sociedade De Transportes Lda	Angola
Huambo Expresso Transpotes Limitada	Angola
Uari Sociedade Mineira Lda	Angola
Cosal Maquinas Lda	Angola
Universidade Agostinho Neto	Angola
Maria Manuela G F De Ceita Carneiro	Angola
Nelson Vieira Soares Da Silva	Angola
Interauto Intertransports C Suc Angola	Angola
Jaime Pedro Fernandes De Freitas	Angola
Sy Oil Comercio E Ind De Petroleos Lda	Angola
Unitransfer Casa De Cambio Sa	Angola
Angoil Exploracao Petrolifera Lda	Angola
Coba Comp Ind Comercial Do Huambo Lda	Angola
Dyawara D Isabel Dos Santos	Angola
Mario Cesar Castelo Dos Santos	Angola
Mauro Delcio Andrade De Sao Jose	Angola
Universidade Agostinho Neto Reitoria	Angola
Elizabeth Da Graca Isidoroo	Angola
Universidade Catolica De Angola	Angola
Gustavo Lopes Martins Pereira	Angola
Cosal Parts Comercio E Representacoes Ld	Angola
Paulette Maria De Moraes Lopes	Angola
Faria De Bastos & Lopes Advogados	Angola
Oficina De Negocios Com Serv Lda	Angola
Antonio Da Silva Junior	Angola
Antonio Alberto Henriques Assis	Angola
Fidelidade Ang Companhia De Seguros Sa	Angola
Sofiana Lua Pindali Mbakassy	Angola
Tchissola Julieta Da Silva Mosquito	Angola
Eduarda N Martinho P Mosquito Mbakassy	Angola
Clube Fun Travel Limitada	Angola
Status Comercio Ind E Const Lda	Angola
Asiafrica Comercial Lda	Angola
Joao Miguel Pacheco De Sales Luis	Angola
Roça Das Mangueiras Emp. Turísticos Lda.	Angola
Makau Bebidas Limitada	Angola
Dinamicauto Lda	Angola
Ciwa Resort Mussulo Lda	Angola

O valor dos saldos do Banco com partes relacionadas líquidos de imparidade nos exercícios findos em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, resume-se como segue:

mKz	30-06-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Accionistas	73 061 575	125 625 113
Créditos		
Accionistas	1 527	-
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9	-
Outras entidades relacionadas	2 965 125	1 797 620
Outros Activos		
Accionistas	54 911	55 085
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	6 368
Outras entidades relacionadas	152	51
Recursos de clientes		
Depósitos à Ordem		
Accionistas	1 290 275	1 342 070
Órgãos de Gestão e Fiscalização	274 581	212 813
Outras entidades relacionadas	20 398 030	13 980 302
Depósitos a Prazo		
Accionistas	21 917 468	21 897 271
Órgãos de Gestão e Fiscalização	301 779	323 738
Outras entidades relacionadas	39 972 139	39 876 309
Outros Passivos		
Accionistas	449 394	350 455
Outras entidades relacionadas	-	8 140
Créditos Documentários		
Outras entidades relacionadas	227 635	1 870 480
Linhas de Crédito Revogáveis		
Accionistas	4 473	6 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9 191	8 591
Outras entidades relacionadas	31 416	11 284
Garantias Recebidas		
Accionistas	12 000	12 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	3 200	233 219
Outras entidades relacionadas	11 843 915	6 528 241
Garantias Prestadas		
Accionistas	1 707 258	1 657 600

Os saldos de custos e proveitos com entidades relacionadas do Banco com as quais este realizou transacções nos exercícios findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 são os seguintes:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Juros de aplicações em outras instituições de crédito		
Accionistas	435 751	311 065
Juros de recursos de clientes		
Accionistas	541 763	245 417
Órgãos de Gestão e Fiscalização	6 761	13 097
Outras entidades relacionadas	998 432	665 162
Juros de Créditos de clientes		
Órgãos de Gestão e Fiscalização	41	510
Outras entidades relacionadas	208 098	63 899
Comissões líquidas		
Accionistas	11 48	1 766
Órgãos de Gestão e Fiscalização	2 278	2 344
Outras entidades relacionadas	12 68 06	82 584
Resultados cambiais		
Accionistas	186 906	56 425
Órgãos de Gestão e Fiscalização	2 526	2 612
Outras entidades relacionadas	59 085	255 423
Gastos Gerais Administrativos		
Accionistas	66 933	5 855
Perdas Por Imparidade		
Accionistas	(71 480)	15 352
Órgãos de Gestão e Fiscalização	(8)	(3)
Outras entidades relacionadas	4 522	2 888

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos a pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Remuneração base e senhas de presenças	(965 177)	(636 994)
Subsídios de férias e de Natal	(138 067)	(92 707)
Subsídios de alojamento e despesas de educação	(5 394)	(2 369)
Remuneração variável	(92 632)	(15 331)
Seguro de saúde, Seguro de vida e acidentes de trabalho	(35 151)	(26 912)
Encargos Obrigatórios	(45 811)	(13 352)
Total (Nota 9)	(1 282 232)	(787 665)

Considera-se pessoal chave da gestão os membros do Conselho de Administração.

Os valores apresentados nos quadros acima, correspondem à actividade individual do Caixa Angola, e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 30 – Valor contabilístico de investimentos financeiros

A 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros distribuído de acordo com a sua categoria de mensuração é o seguinte:

mKz		30-06-2024			
	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao justo valor através de resultados	Ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	287 597	-	1 039 614 811	(19 467 702)	1 020 434 706
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	221 527 868	-	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	99 526 296	(35 800)	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	69 164 653	(133 801)	69 030 852
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	-	273 493 404	(4 254 591)	269 238 813
Crédito a clientes	-	-	375 902 590	(15 043 510)	360 859 080
Passivos financeiros	-	-	887 575 054	-	887 575 054
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	3 378 273	-	3 378 273
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	884 196 781	-	884 196 781

mKz		31-12-2023			
	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao justo valor através de resultados	Ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	287 597	-	1 052 126 691	(18 979 013)	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	187 616 248	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	129 924 952	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	67 625 726	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	-	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	-	-	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Passivos financeiros	-	-	904 329 997	-	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	5 809 869	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	898 520 128	-	898 520 128

Nota 31 – Ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros

A 30 de Junho de 2024 e 2023 o valor de ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros, nomeadamente resultante da combinação de juros e comissões pagos e recebidos, variações de justo valor e imparidade, é o seguinte:

mKz	30-06-2024		
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros	42 343 315	-	42 343 315
Disponibilidades em outras instituições de crédito	735 141	-	735 141
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	3 159 762	-	3 159 762
Investimentos ao custo amortizado	17 557 206	-	17 557 206
Crédito a clientes	20 891 206	-	20 891 206
Passivos financeiros	-	(13 900 340)	(13 900 340)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(13 900 340)	(13 900 340)
Total	42 343 315	(13 900 340)	28 442 975

mKz	31-06-2023		
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros	28 144 348	-	28 144 348
Disponibilidades em outras instituições de crédito	595 592	-	595 592
Investimentos ao custo amortizado	17 124 686	-	17 124 686
Crédito a clientes	10 424 070	-	10 424 070
Passivos financeiros	-	(7 802 071)	(7 802 071)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(94 263)	(94 263)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(7 707 808)	(7 707 808)
Total	28 144 348	(7 802 071)	20 342 277

Nota 32 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros detidos pelo Caixa Angola é apresentado como segue:

mKz	30-06-2024					
Justo valor de instrumentos financeiros						
	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total	Diferença
Activos financeiros	1 020 434 706	287 597	-	1 024 642 282	1 024 929 879	4 495 173
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	-	-	221 527 868	221 527 868	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99 490 496	-	-	99 490 496	99 490 496	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	69 030 852	-	-	69 030 852	69 030 852	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	287 597	-	-	287 597	-
Investimentos ao custo amortizado	269 238 813	-	-	275 581 303	275 581 303	6 342 490
Crédito a clientes	360 859 080	-	-	359 011 763	359 011 763	(1 847 317)
Passivos financeiros	887 575 054	-	-	887 575 054	887 575 054	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 378 273	-	-	3 378 273	3 378 273	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	884 196 781	-	-	884 196 781	884 196 781	-

mKz	31-12-2023					
Justo valor de instrumentos financeiros						
	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total	Diferença
Activos financeiros	1 033 435 275	287 597	-	1 038 091 122	1 038 378 719	4 943 444
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	187 616 248	187 616 248	-
Disponibilidades em outras instituiçõesde crédito	129 837 401	-	-	129 837 401	129 837 401	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726	67 625 726	-
Activos financeiros ao justo valor atravésde outro rendimento integral	287 597	287 597	-	-	287 597	-
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	300 185 315	300 185 315	5 469 571
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	352 826 432	352 826 432	(526 127)
Passivos financeiros	904 329 997	-	-	904 329 997	904 329 997	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 809 869	-	-	5 809 869	5 809 869	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	898 520 128	-	-	898 520 128	898 520 128	-

A hierarquia de justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor é a seguinte:

mKz		30-06-2024			
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros		-	-	287 597	287 597
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	287 597	287 597

mKz	31-12-2023			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros	-	-	287 597	287 597
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597

O saldo apresentado na rubrica de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral diz respeito à participação financeira detida na EMIS. O Conselho de Administração do Banco considera que o valor do capital próprio em cada data de referência constitui uma razoável aproximação do justo valor da mesma.

A 31 de Dezembro de 2023, foi reconhecido a variação de justo valor em outro rendimento integral de mKz 103.286.

O movimento dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados classificados no nível 3, apresenta-se como segue:

mKz	31-12-2023	
	Crédito a clientes obrigatoriamente mensura- dos ao justo valor através de resultados	Total
Valor de balanço em 1 de Janeiro de 2023	1 477 296	1 477 296
Total de ganhos/perdas registados em resultados	66 676	66 676
Reembolsos por maturidade	(1 543 972)	(1 543 972)
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2023	-	-

A 30 de Junho de 2024, o Banco não apresenta movimentos em instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados nos processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera que a definição de mercado activo para um dado instrumento financeiro, a cada data de mensuração, depende do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros e pelo BNA. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. O justo valor do crédito a clientes é valorizado de acordo com as seguintes metodologias:

- Taxa de Juro Indexada a Obrigações do Tesouro - Cash-flows descontados à taxa das emissões soberanas mais recentes com prazo semelhante ao prazo residual dos créditos + spread médio das operações do sector deste instrumento.
- Outras - Os cash flows futuros previstos são apurados considerando as forward rates inferidas da curva mais adequada ao indexante. Para efeitos de desconto são utilizadas as curvas da taxa Luibor + spread médio das operações do sector deste instrumento.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

Considerando que, na grande maioria da carteira de recursos de clientes detidos pelo Banco, as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, o valor de balanço é uma estimativa razoável do justo valor.

Nota 33 – Gestão de Riscos da Actividade

A existência de risco é intrínseca à actividade bancária, pelo que é essencial assegurar uma apropriada gestão dos riscos, em linha com a estratégia e os objectivos de negócio e de rentabilidade expectável a médio e a longo prazo. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada no que respeita aos riscos específicos de cada negócio.

Os riscos assumidos devem ser diversificados, adequados ao nível de recursos próprios, capitais alheios e de resultados gerados, evitando concentrações relevantes. Devem também estar implementados procedimentos e mecanismos para a sua mitigação, garantindo a capacidade interna de identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos mesmos.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado e liquidez, bem como os não financeiros - risco operacional - a que se encontra sujeita à actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente no crédito a clientes, em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Classificação de Risco

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A e B: Risco baixo

Nível C e D: Risco Médio

Nível E, F e G: Risco Elevado

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário, sendo classificadas, inicialmente, com base nos seguintes critérios adoptados pelo Banco:

- **Risco Baixo** operações que se encontrem:
 - assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
 - assumidas por administrações centrais, bancos centrais de países, incluídos no grupo 1 (definido no Instrutivo n.º 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola), organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais;
 - totalmente garantidas por depósitos em numerário, ou certificados de depósito, constituídos, ou emitidos pela instituição mutuante, ou por instituições em relação de domínio, ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola, ou país incluído no grupo 1, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;
 - totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;
 - totalmente garantidas por títulos, ou obrigações, emitidas pelo Estado Angolano, ou pelo Banco Nacional de Angola;
 - Com atraso igual ou inferior a 30 dias ou sem indicadores objectivos de aumento significativo de risco.
- **Risco Médio** operações que se encontrem:
 - Com atraso de 31 a 90 dias;
 - Operações com atraso igual ou inferior a 30 dias e com indicadores objetivos de aumento significativo de risco.
 - Operações que saíram da situação de default, durante um período de cura de 12 meses (curado).
- **Risco elevado** operações que se encontrem:
 - Com atraso superior a 91 dias;
 - Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) ou com limite excedido por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
 - Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;

- Clientes com operações em contencioso;
- Clientes declarados insolventes;
- Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica >1%;
- Créditos abatidos ao activo;
- Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);
- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição Forborne (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;
- Exposição Forborne (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação das posições em risco é revista sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade e no atraso de pagamentos.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

1. Política de créditos abatidos ao activo

O Banco considera a natureza económica do modelo de imparidade para determinar os créditos que podem ser alvo de abate ao activo e quando considere que, com base na informação disponível, o crédito em questão será irrecuperável.

Desta forma e à luz dos critérios definidos, os clientes são identificados como objecto de abate ao activo, sendo aplicados critérios distintos entre clientes individualmente significativos e clientes não significativos.

Clientes individualmente significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

A identificação de créditos sem perspectivas de recuperação deve ser efectuada pela área com a responsabilidade pela gestão do cliente (GAR), de acordo com o definido no Regulamento de Crédito do Banco, tendo por base a informação sobre o montante previsível a receber, assim como o efeito temporal e os custos a incorrer, internos e externos, relacionados com o processo de recuperação. A decisão de incobrabilidade deve ser tomada pela Comissão Executiva com base em informação preparada pela área identificada anteriormente que descreva os procedimentos desenvolvidos para a recuperação do crédito do cliente e a base para a decisão quanto à incobrabilidade do crédito.

Clientes não significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

O Banco pode abater operações de crédito dos clientes não significativos se forem cumpridos os seguintes critérios (cumulativamente):

- Data de entrada em default de uma determinada operação de um cliente superior a 10 anos ou superior a 8 anos, respectivamente, para os clientes empresa e particulares;
- Não exista qualquer processo de execução / insolvência / falência / injunção em curso em que o Banco preveja recuperar qualquer montante;
- Não existam perspectivas de celebrar um acordo de reestruturação da dívida;
- Não tenham existido quaisquer pagamentos efectuados pelo cliente nos últimos 12 meses;
- Não existam perspectivas de venda de activos do cliente ou de terceiros, para liquidação de responsabilidades junto do Banco.

Após a decisão sobre a incobrável de um crédito, deve ser remetida informação à Direcção responsável pelo registo (GAR), incluindo uma lista de todas as operações abrangidas pela referida decisão, no sentido de proceder ao seu registo no sistema *core* do Banco.

Os créditos abatidos ao activo devem ser sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de 10 anos.

O abate do crédito ao activo é feito por contrapartida de imparidade/provisões, pelo que não gera qualquer impacto na demonstração de resultados. Estes créditos abatidos ao activo são registados em contas extrapatrimoniais.

Pagamentos posteriores ao abate do crédito ao activo deverão ser registados como recuperações de crédito abatido ao activo, com impacto na demonstração de resultados em Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações.

2. Política de reversão de perdas de crédito esperadas

A análise e determinação subsequente de imparidade individual de um cliente com imparidade registada em períodos anteriores apenas poderá resultar numa reversão no caso da mesma estar relacionada com a ocorrência de um evento após o reconhecimento inicial (p.e. reforço de garantias). O montante da reversão não poderá ser superior aos montantes de imparidade acumulados registados anteriormente.

3. Gestão de Garantias e Colaterais

Registo e Classificação

As garantias representam importantes instrumentos de mitigação do risco de crédito, pelo que o BNA entendeu atribuir particular importância a estes instrumentos. No entanto, a utilização de garantias requer a existência de informação com elevada qualidade e o nível adequado de granularidade na caracterização desses instrumentos, assim como a implementação de um conjunto significativo de processos que potenciem a sua efectiva gestão.

Contudo, para poderem ser aceites como mitigantes de risco de crédito para fins prudenciais, as garantias devem ter as características mencionadas de acordo com o Aviso n.º 10/2014 emitido em 5 de Dezembro de 2014:

- Serem incondicionais na protecção ao risco oferecido e terem o seu conteúdo definido de forma inequívoca;
- Serem objecto de contrato ou de outro documento escrito não cancelável por iniciativa do garante enquanto subsistir a posição ou situação objecto de cobertura;
- Concederem o direito de reclamar junto do garante ou dispor dos activos recebidos em garantia em caso de default, sem necessidade de accionar em primeiro lugar o devedor directo;
- Serem expressas e juridicamente vinculativas face ao garante em todos os ordenamentos jurídicos relevantes;
- Serem executáveis, considerando na sua execução, eventuais efeitos inibidores devido a limitações à exportação de capitais, quando sedeadas noutro país ou território;
- Oferecerem protecção directa relativamente aos riscos da posição ou situação coberta, designadamente o risco de crédito, e;
- Terem um prazo de validade não inferior ao da posição ou situação coberta que são aceites no âmbito do seu processo de crédito.

Tendo por base estes critérios, o Banco definiu o seguinte conjunto de garantias:

- **Outras Garantias**
 - Garantia emitida pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
 - Garantia emitida por Bancos multilaterais de desenvolvimento;
 - Garantia emitida por Organizações internacionais;

- Garantia emitida por Administrações centrais, Bancos centrais e Administrações regionais e locais de Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Sociedades previstas na Lei das Sociedades Comerciais ou que se encontrem sediadas em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Entidades colectivas com personalidade jurídica, mas sem a natureza de sociedades, sediadas em Angola ou em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Particulares residentes em Angola ou em Países e territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola.
- **Garantias emitidas por Instituições financeiras:**
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos ou Bancos internacionais com rating > AA;
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos de média dimensão;
 - Garantia emitida por Restantes Bancos Angolanos.
- **Carta conforto / Stand-by letter:**
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas com protocolo com Banco, do sector público Angolano, Grupos Angolanos de grande dimensão ou Grupos Multinacionais;
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Outras empresas com protocolo com o Banco;
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas sem protocolo com o Banco.
- **Aval pessoal:**
 - Aval pessoal com património comprovado;
 - Aval pessoal sem património comprovado.
 - Garantias reais:
 - Depósitos junto da própria Instituição;
-

¹ Instrutivo n.º 01/2015, de 14 de Janeiro – Anexo I.

- Depósitos junto de outras Instituições;
- Apólices de seguro de vida de natureza financeira;
- Títulos da Dívida Pública Angolana;
- Outros Títulos de Dívida Pública ou Privada com rating > AA;
- Outros Títulos com rating < AA.
- **Direitos sobre propriedade imobiliária:**
 - Hipotecas de imóveis residenciais:
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Hipotecas de imóveis não residenciais:
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Direitos de propriedade sobre bens móveis, designadamente automóveis, navios e aviões;
 - Direitos sobre créditos e outros valores a receber;
 - Direitos sobre mercadorias;
 - Consignação de receitas.

No âmbito do processo de solicitação de uma proposta de crédito é tomada uma decisão quanto à necessidade de obter garantias por parte do cliente para mitigar o risco associado à respectiva operação de crédito. Caso as condições da operação de crédito sejam aprovadas, o processo segue para a fase da contratualização e formalização dos contratos relativos à operação de crédito, bem como das garantias que lhe estão afectos.

Alocação de Colaterais

No âmbito do registo efectuado no sistema-core do Banco é efectuada a alocação das garantias às operações de crédito, sendo que na maior parte das situações da carteira existem apenas garantias específicas alocadas a uma única operação.

Reavaliação de Colaterais

Bens Imóveis

Para efeitos de avaliação, são considerados os seguintes tipos de bens imóveis:

- Construções



- Construções concluídas; e
 - Construções inacabadas.
- Terrenos
 - Terrenos com potencial construtivo (o seu maior e melhor uso tem em consideração o potencial construtivo); e,
 - Terrenos sem potencial construtivo (o seu maior e melhor uso não é o potencial construtivo).

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis o Banco são:

- I. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efectuada para efeitos da contratação de novas operações de crédito imobiliário, tendo como objectivo determinar o presumível valor de transacção em mercado livre.
- II. A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, são realizadas avaliações individuais (por observação directa no local);
- III. Actualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: As operações de crédito imobiliário que são objecto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações;
- IV. Tratando-se de Crédito Não Produtivo, os valores das garantias reais são sujeitos a verificações de valor e/ou actualizações de valores, cumprindo a periodicidade definida em normativo interno.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- A Direcção de Risco de Crédito (DRC) é responsável pela monitorização das garantias e respectivas datas de reavaliação, de acordo com a periodicidade de revisão estabelecida para cada tipo de garantia;
- Até 90 dias antes de terminar a validade do valor de avaliação da garantia, a área de avaliações do Banco (GPS) deverá solicitar a avaliação por uma entidade independente para as garantias sobre direito de propriedade imobiliária;
- São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações do Banco(GPS), uma rede de peritos avaliadores imobiliários, tanto empresas como individuais registados na CMC, os quais se encontram distribuídos pelo país, em função da área onde exercem a sua actividade profissional, existindo vários para cada província, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;
- Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações do Banco (GPS) digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel;

- Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidas as provinciais prioritários de actuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de e-mail a entidade avaliadora;
- O avaliador remete por e-mail a data da visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel;
- A área de gestão das avaliações do Banco recebe o relatório de avaliação e envia o relatório à Direcção de Risco de Crédito (DRC) para emissão de parecer sobre a qualidade e aceitação da avaliação realizada.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa a periodicidade das avaliações do Banco:

Categoria	Tipo de Categoria	Periodicidade Mínima Banco
Garantia Pessoal	Aval pessoal com património comprovado	Anual
Garantia Real	Penhor de títulos e valores mobiliários	Trimestral
Garantia Real	Hipotecas de imóveis	2 (dois) anos
Garantia Real	Penhor de Partes sociais	Anual
Garantia Real	Penhor de equipamentos e reservas de propriedade	Anual

Fase de Recuperação de Crédito

Sempre que for relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações.

As principais garantias recebidas pelo Banco dizem respeito a imóveis, avais do Estado Angolano, Títulos de dívida pública, depósitos a prazo e garantias financeiras.

4. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado e garantias financeiras e outros compromissos

No modelo de imparidade de crédito a clientes são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IFRS 9.

Existem abordagens na modelização que, na perspectiva do Banco, são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- I. Histórico de informação considerado para efeito de modelização (*PD* e *LGD*);
- II. Critérios utilizados para a segmentação da carteira: tipo de cliente, tipo de instrumento e indústria;
- III. Dedução de garantias reais à *EAD* considerada no cálculo de imparidade e haircuts aplicados nestas garantias;
- IV. Factores de conversão de crédito (*CCF*) aplicados a exposições extrapatrimoniais;
- V. Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade;
- VI. Critérios para determinar o aumento significativo do risco, desde o reconhecimento inicial do activo.

Cenários macroeconómicos – *Forward-Looking*

Ao longo dos cálculos/revisões das probabilidades de *default* (*PD*) da carteira de crédito do Caixa Angola, tem vindo a ser efectuadas análises de correlação das *Defaults Rates* (*DR*) com um conjunto de variáveis macroeconómicas (Preço do Petróleo, PIB, LUIBOR, etc.), não tendo sido verificada nenhuma relação com a tendência esperada.

No entanto no modelo do Banco, no cálculo das probabilidades “*point-in-time*”, onde é aplicado um ajustamento às probabilidades “*through-the-cycle*” de modo a reflectir a tendência cíclica da *PD*, ou seja, aplicação de um factor escalar de modo a reflectir a tendência mais recente observada das taxas de *default*. No âmbito da revisão do cálculo das *PD* manteve-se este critério tendo sido efectuado revisão ao tempo considerado para a reversão à média em cada cenário (optimista 70%, pessimista 20% e optimista 10%).

Adicionalmente, foi considerado um factor escalar na própria curva da *PD*, factor resultante da consideração do efeito contrário da evolução do preço do petróleo.

Análises de sensibilidade dos parâmetros PD e LGD

Tendo em vista o estudo de impactos nos parâmetros PD e LGD, foram feitas análises de sensibilidade aos parâmetros de forma a perceber o possível impacto de alterações nos mesmos. Nesse sentido, foi calculado de forma individual o impacto no stock de imparidade de uma variação de -20%, -10%, 10% e 20% dos valores de PD e LGD para os vários segmentos existentes com referência a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023.

mKz		30-06-2024				
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(785 580)	(392 790)	9 851 621	392 790	785 580
	%	-8,0%	-4,0%		4,7%	9,3%
Particulares	Impacto	(92 768)	(46 420)		46 276	92 624
	%	-0,9%	-0,5%		0,5%	1,1%
Total	Impacto	3 400 793	4 374 824		6 322 885	7 296 916
	%	34,5%	44,4%		75,0%	86,5%

mKz		30-06-2024				
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 458 214)	(729 107)	9 851 621	721 113	1 292 877
	%	-14,8%	-7,4%		8,6%	15,3%
Particulares	Impacto	(198 259)	(91 239)		119 997	198 618
	%	-2,0%	-0,9%		1,4%	2,4%
Total	Impacto	(1 656 473)	(820 346)		841 110	1 491 494
	%	-16,8%	-8,3%		10,0%	17,7%

mKz		31-12-2023				
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(808 439)	(404 220)	8 431 786	404 220	808 439
	%	-9,6%	-4,8%		4,8%	9,6%
Particulares	Impacto	(89 452)	(44 742)		44 678	89 388
	%	-1,1%	-0,5%		0,5%	1,1%
Total	Impacto	986 500	1 601 557		2 831 671	3 446 728
	%	11,7%	19,0%		33,6%	40,9%

mKz		31-12-2023				
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 347 989)	(673 994)	8 431 786	671 591	1 333 373
	%	-16,0%	-8,0%		8,0%	15,8%
Particulares	Impacto	(233 790)	(114 548)		114 363	197 960
	%	-2,8%	-1,4%		1,4%	2,3%
Total	Impacto	(1 581 779)	(788 542)		785 954	1 531 333
	%	-18,8%	-9,4%		9,3%	18,2%

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é possível constatar que a Imparidade é mais sensível a variações no parâmetro LGD, nomeadamente no segmento de Empresas, não apresentando, porém, um grande grau de sensibilidade para variações no parâmetro PD. Conclui-se que o modelo apresenta impactos coincidentes com o comportamento teórico expectável.

5. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado incluindo a forma como as carteiras são segmentadas para reflectir as diferentes características dos créditos

O modelo de imparidade de crédito a clientes abrange o crédito concedido a administrações públicas, empresas e particulares, incluindo créditos documentários e garantias prestadas, e determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando a mesma nos segmentos da carteira de crédito.

Os segmentos considerados no cálculo de imparidade, que englobam créditos com características de risco similares, são os seguintes:

- I. Administrações públicas;
- II. Empresas:
 - Comércio e transportes;
 - Agro-indústrias;
 - *Commercial Real Estate*; e
 - Serviços e Outras empresas.

No caso de empresas em estágio 2 e estágio 3, é considerado apenas um segmento global para cada estágio, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

- III. Particulares:
 - Aquisição e habitação;
 - Consumo – Outros; e
 - Consumo – Cartões e Descobertos.

No caso de particulares em estágio 3, é considerado apenas um segmento global, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

No cálculo de imparidade do crédito a clientes são utilizados os seguintes conceitos:

- I. Imparidade individual: avaliação efectuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, à taxa original do contrato; e
- II. Imparidade colectiva: determinada de forma automática pelo modelo de imparidade colectiva. O cálculo é realizado com base nos segmentos de risco apresentados acima.

De acordo com a norma IFRS 9 foram estabelecidos princípios para a classificação das exposições de crédito com base no risco de crédito associado. Dependendo da deterioração da qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial, são considerados três estágios, nomeadamente:

- III. Estágio 3: As exposições para as quais existe evidência objectiva de crédito em imparidade, enquadrando as operações que se encontram em *default*;
- IV. Estágio 2: As exposições para as quais se observa uma degradação significativa do nível de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (SICR) identificada com base em critérios objectivos de indícios de imparidade; e
- V. Estágio 1: As exposições que não se enquadram no estágio 2 e 3.

Classificação em Estágio 3

A definição de estágio 3 está alinhada com a definição de *default* do Banco, sendo considerados os seguintes critérios:

- I. Exposições com atraso superior a 90 dias, sempre que verificado o critério de materialidade definido

Retalho: 20.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível da exposição da operação)

Não Retalho: 100.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível do total do crédito do devedor);

- II. Exposição improdutiva;
- III. Cliente com insolvência declarada;
- IV. Cliente com créditos abatidos ao activo ou em contencioso;
- V. Clientes com múltiplas reestruturações por dificuldades financeiras;
- VI. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras com atraso superior a 30 dias; e
- VII. Marcação em default de todas as exposições do cliente caso o montante em default represente mais de 20% de toda a exposição do cliente.

Os períodos de quarentena aplicados às exposições que deixam de apresentar os critérios apresentados variam entre 3 e 12 meses.

Classificação em Estágio 2

Na classificação das exposições em estágio 2 são considerados os seguintes critérios objectivos de indícios de incumprimento:

- I. Exposições com atraso superior a 30 dias;
- II. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras;
- III. Utilização excessiva de limites;
- IV. Cliente com cheques devolvidos;
- V. Cliente com descobertos não autorizados;
- VI. Cliente com operação de crédito em contencioso nos últimos 5 anos; e
- VII. Exposições para as quais se verifique um decréscimo material do valor da garantia real subjacente.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva é necessária a determinação dos seguintes factores de risco:

- Probabilidade de *Default* a 12 meses (PD 12M) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de *default* nos próximos 12 meses. Para determinação da PD12M são identificadas as exposições que entram em *default* nos 12 meses seguintes à data de referência. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* corresponde à PD 12M;
- Probabilidade de *Default lifetime* (PDLT) – Probabilidade de um crédito vir a registar um evento de *default* até à maturidade do contrato. Para determinação da PDLT são identificadas as exposições que entram em *default* até à data de maturidade. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* no corresponde à PDLT;
- *Loss Given Default* (LGD) – Perda caso a exposição entre em *default*. Para a determinação da LGD é calculada a taxa de recuperação utilizando o histórico de recuperações do Banco para cada grupo homogéneo (tipologia de cliente). Ou seja, são consideradas as recuperações das exposições que entraram em incumprimento no período histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada exposição e em cada mês do histórico (LGD paramétrica). É assim determinada a LGD diferenciada consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Adicionalmente, e de forma a reflectir possíveis recuperações obtidas por via de colaterais imobiliários, é definida a taxa de recuperação via colaterais para cada contrato. Assim, a perda, dado o incumprimento final será a LGD ajustada para contratos colacterizados, e LGD paramétrica para os contratos não colacterizados.

- *Exposure at Default* (EAD) – Corresponde ao montante da exposição de cada operação à data de entrada em *default*, sendo composta pelo somatório da exposição patrimonial e da exposição extrapatrimonial ponderada pelo CCF (são aplicados os CCF regulamentares definidos pelo BNA). Após a aplicação do CCF é deduzido à EAD o valor de garantias reais líquido de *haircuts*.

O Banco considera informação prospectiva na determinação das perdas por imparidade, através da aplicação de modelos de projecção dos factores de risco PD12M e PDLT. Estes factores de risco consideram assim valores previstos para a evolução da variável macroeconómica relevante (preço do petróleo em USD). Esta relação é obtida com base na informação histórica (i) dos factores de risco (PD12M e PDLT) do Banco e (ii) da variável macroeconómica relevante.

6. Indicação dos limiares definidos para análise individual da carteira de crédito ao custo amortizado

O Banco identifica as exposições individualmente significativas com base no seu montante de fundos próprios. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos são os seguintes:

- Clientes/Grupos económicos para os quais sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,1% do montante de fundos próprios; e
- Clientes/Grupos económicos para os quais não sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,5% do montante de fundos próprios.

7. Descrição genérica da forma de cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas de imparidade

CÁLCULO DA PERDA ESPERADA DE ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO QUE NÃO CRÉDITO

O Banco aplicou a Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019 do BNA que define que o cálculo das perdas esperadas para a carteira de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito deverá ser efectuado de acordo com os requisitos da IFRS 9, detalhando-se em seguida os principais pressupostos usados pelo Banco:

- Disponibilidades em OIC: considerar uma PD equivalente a 1/12 (um doze avos) da PD a 12 meses atendendo ao *rating* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sediada, caso a mesma não tenha *rating*) e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito; e
- Aplicações em OIC: considerar uma PD a 12 meses atendendo ao *rating* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sediada, caso a mesma não tenha *rating*) e uma

LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito.

- No cálculo da perda esperada de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias.
 - Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias.
- No caso concreto das perdas por imparidade para a dívida pública nacional em moeda nacional e estrangeira (classificada em “Investimentos ao custo amortizado”), foram considerados os seguintes critérios em linha com a Directiva referida acima:
 - PD a 12 meses ou *lifetime*, consoante a exposição se encontre em estágio 1 ou estágio 2 respectivamente, para a notação de *rating* de Angola publicada no estudo da Moody’s aplicável ao exercício em questão; e
 - Perda dado o incumprimento (“LGD”) associada aos eventos de *default* soberanos verificados, conforme indicada no referido estudo.
- No cálculo da perda esperada de investimentos ao custo amortizado são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias.
 - Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias e degradação do rating do Estado Angolano superior a duas notações desde a data de aquisição.

Avaliação individual da carteira de crédito ao custo amortizado

Nas situações em que os clientes individualmente significativos apresentam evidência objectiva de imparidade, procede-se a uma avaliação individual para determinar se os fluxos de caixa esperados são inferiores aos fluxos de caixa contratuais. Nestas situações, efectua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

A determinação dos fluxos de caixa futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos fluxos de caixa futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de recuperabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

Para determinar os fluxos futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

- VIII. Abordagem “*going concern*” em que se considera a continuação da actividade da empresa e assim os fluxos de caixa operacionais são projectados para determinar se são suficientes para

assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida, desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos fluxos de caixa futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de activos não-operacionais). Esta abordagem de *going concern* é utilizada, se:

- Os fluxos de caixa operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e
- O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.

IX. Abordagem “gone concern”, associada a um cenário de cessação da actividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os fluxos de caixa operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:

- A exposição do cliente está vencida por um período considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem gone concern quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
- Os fluxos de caixa operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
- A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a recuperação da dívida;
- Existe um elevado nível de incerteza na estimação dos fluxos de caixa futuros, nomeadamente quando o *EBITDA* dos últimos dois anos é negativo ou quando tenham existido desvios significativos nos planos de negócio dos anos anteriores;
- A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

De notar que, em algumas situações, poderá ser aplicada uma abordagem mista, em que se consideram fluxos de caixa resultantes da actividade da empresa, os quais podem ser complementados por fluxos de caixa que sejam originados pela venda de activos da empresa, assumindo-se o cenário de continuidade da empresa. Caso os activos objecto de venda tenham impacto nos fluxos de caixa futuros operacionais da empresa, proceder-se-á ao respectivo ajustamento para determinar os montantes recuperáveis.

A taxa de imparidade final para o cliente ou grupo económico é determinada da seguinte forma:

$$\text{Taxa de imparidade} = \frac{EAD - \frac{\sum_{t=1}^n \text{Fluxo de caixa}_j}{(1 + \text{Taxa de juro})^t}}{EAD}$$

Caso se determine que não existe evidência objectiva de imparidade para um determinado cliente individualmente significativo, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Imparidade colectiva da carteira de crédito ao custo amortizado

Para exposições que se encontram em estágio 1, o cálculo da perda esperada considera a perda a 12 meses e é calculada através da seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = EAD \times PD_{12M} \times LGD_{\text{Data de default}}$$

Para as exposições em estágio 2 as perdas de crédito *lifetime* são calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = \frac{\sum_{t=1}^{\text{Maturidade}} EAD_t \times PD_t \times LGD_{\text{Data de default}}}{(1 + \text{Taxa de juro})^t}$$

Para as exposições em estágio 3, dado que este conceito está alinhado com o conceito de *default* interno, considera-se que a *PD lifetime* é de 100%. Assim as perdas esperadas para as operações em estágio 3 são dadas através da seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = EAD \times LGD_{\text{Tempo deste data de default}}$$

Para exposições do sector público são considerados os pressupostos aplicados no cálculo das perdas esperadas da dívida pública nacional, conforme descrito na subsecção “Cálculo da perda esperada de activos financeiros ao custo amortizado que não crédito”.

8. Validação do modelo de imparidade

Considerando a complexidade associada ao cálculo dos factores de risco e à determinação da perda esperada, o Banco definiu um conjunto de análises periódicas de validação, incluindo análises de sensibilidade e *backtesting* que permitem dar um maior grau de conforto nas estimativas e pressupostos utilizados na determinação da imparidade. Adicionalmente, o processo de *backtesting* tem como objectivo assegurar a coerência entre os parâmetros estimados e os parâmetros observados.

Este processo de validação deve ocorrer com periodicidade mínima anual, em linha com os requisitos regulamentares estipulados no Instrutivo das perdas por imparidade para a carteira de crédito do BNA (Instrutivo nº 08/2019 de 27 de Agosto).

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

mKz		30-06-2024	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 048 232 680	(21 193 533)	1 027 039 147
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	-	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99 526 296	(35 800)	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	69 164 653	(133 801)	69 030 852
Investimentos ao custo amortizado	273 493 404	(4 254 591)	269 238 813
Crédito a clientes	375 902 590	(15 043 510)	360 859 080
Outros activos	8 617 869	(1 725 831)	6 892 038
Extrapatrimoniais	70 781 988	(157 038)	70 624 950
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	37 990 191	(157 038)	37 833 153
Compromissos assumidos perante terceiros	32 791 797	-	32 791 797
Total	1 119 014 668	-21 350 571	1 097 664 097

mKz		31-12-2023	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 059 715 700	(20 705 100)	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 924 952	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Outros activos	7 589 009	(1 726 087)	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 468 549	(182 828)	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 098 942	(182 828)	38 916 114
Compromissos assumidos perante terceiros	31 369 607	-	31 369 607
Total	1 130 184 249	-20 887 928	1 109 296 321

mKz	30-06-2024		
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	99 239 420	(35 800)	99 203 620
BBB+ a BBB-	96 212 732	(35 187)	96 177 545
A a AA	3 026 688	(613)	3 026 075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	69 164 653	(133 801)	69 030 852
B+ a B-	36 705 600	(125 040)	36 580 560
A a AA	32 459 053	(8 761)	32 450 292
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	273 493 404	(4 254 591)	269 238 813
B+ a B-	273 493 404	(4 254 591)	269 238 813
Crédito a clientes			
Rating interno	375 902 590	(15 043 510)	360 859 080
Grau de risco Baixo	371 589 479	(14 509 648)	357 079 831
Grau de risco Médio	3 263 945	(248 572)	3 015 373
Grau de risco Elevado	1 049 166	(285 290)	763 876
Total	817 800 067	(19 467 702)	798 332 365

A informação sobre a qualidade do risco de crédito dos principais activos financeiros, tendo por base os níveis de *rating* internos e/ou externos podem ser analisados como segue:

mKz	31-12-2023		
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	129 588 333	(87 551)	129 500 782
BBB+ a BBB-	127 274 449	(87 128)	127 186 898
A a AA	2 213 884	(423)	2 213 461
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	67 625 726	-	67 625 726
B+ a B-	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
B+ a B-	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes			
Rating interno	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Grau de risco Baixo	363 239 677	(13 844 717)	349 394 960
Grau de risco Médio	3 795 660	(253 846)	3 541 814
Grau de risco Elevado	839 440	(423 655)	415 785
Total	864 173 824	(18 979 013)	845 194 811

O risco de crédito do Caixa Angola apresenta a seguinte composição por área geográfica:

mKz	30-06-2024				
	Área geográfica				
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	Total
Patrimoniais	952 740 343	38 813 676	30 160 041	5 325 087	1 027 039 147
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	-	-	-	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57 650 745	38 813 676	1 971 504	1 054 571	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	36 571 799	-	28 188 537	4 270 516	69 030 852
Investimentos ao custo amortizado	269 238 813	-	-	-	269 238 813
Crédito a clientes	360 859 080	-	-	-	360 859 080
Outros activos	6 892 038	-	-	-	6 892 038
Extrapatrimoniais	70 624 950	-	-	-	70 624 950
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	37 833 153	-	-	-	37 833 153
Compromissos assumidos perante terceiros	32 791 797	-	-	-	32 791 797
Total	1 023 365 293	38 813 676	30 160 041	5 325 087	1 097 664 097

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do Estado Angolano entre outras similares.

mKz	31-12-2023				
	Área geográfica				
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	Total
Patrimoniais	940 589 817	96 106 898	1 361 529	952 356	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 416 618	96 106 898	1 361 529	952 356	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	-	353 352 559
Outros activos	5 862 922	-	-	-	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 285 721	-	-	-	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	38 916 114	-	-	-	38 916 114
Compromissos assumidos perante terceiros	31 369 607	-	-	-	31 369 607
Total	1 010 875 538	96 106 898	1 361 529	952 356	1 109 296 321

Risco de Mercado

O risco de mercado na sua componente de preço de activos/passivos financeiros é considerado não material, porque o Banco não detém carteira de negociação e/ou activos sujeitos a variação de preço. Os investimentos efectuados em carteira própria correspondem a Bilhetes do Tesouro e Obrigações

do Tesouro detidas até à maturidade, em que o risco está associado à contraparte (crédito) e não ao risco de mercado.

No que respeita ao risco cambial e em sede de identificação de avaliação, a Direcção de Gestão de Risco apura e disponibiliza diariamente a posição cambial em cada uma das moedas. A Direcção de Contabilidade (DCT) efectua o cálculo da exposição cambial para cumprimento do requisito regulamentar aplicável. O cumprimento da estratégia cambial é assegurado pela DMF, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos regulamentares. A DGR com o apoio da DMF e DCT monitoriza o risco cambial através da monitorização do *mismatch* em moeda estrangeira, uma vez que não existem instrumentos derivados disponíveis para cobertura deste risco.

Para a fase de acompanhamento e reporte, a DMF e DGR produzem relatórios que enviam à Comissão Executiva e que permitem acompanhar alguns indicadores de liquidez: relatório para apresentação em ALCO (mensalmente, com a posição da carteira de títulos, fluxos de compra e venda de ME, variações das taxas de câmbio); relatório de operações cambiais (diário) e relatório de mercado da posição cambial (diário).

Relativamente ao risco de taxa de juro, mensalmente na reunião do Comité ALCO a DGR aborda os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigaram a tomadas de decisão, e que são reportados superiormente e a DMK efectua uma análise comparativa das taxas médias de activos e passivos, que também é reportada à Comissão Executiva.

O Caixa Angola mantém ainda o cumprimento do Instrutivo nº 22/2021 de 27 de Setembro referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

A carteira de investimento está totalmente concentrada em obrigações do tesouro nacional.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 22/2021 de 27 de Outubro, do BNA, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia definida no instrutivo.

Os activos e passivos do Banco são decompostos por tipo de taxa à data de 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 como segue:

mKz				30-06-2024
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activos	662 903 890	57 574 028	299 956 788	1 020 434 706
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	221 527 868	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21 349 173	-	78 141 323	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	69 030 852	-	-	69 030 852
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	269 238 813	-	-	269 238 813
Crédito a clientes	303 285 052	57 574 028	-	360 859 080
Passivos	340 152 881	-	547 422 173	887 575 054
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	3 378 273	3 378 273
Recursos de clientes e outros empréstimo	340 152 881	-	544 043 900	884 196 781
Total	322 751 009	57 574 028	(247 465 385)	132 859 652

mKz				31-12-2023
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activos	483 710 840	231 983 189	317 741 246	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	187 616 248	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	129 837 401	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	121 369 370	231 983 189	-	353 352 559
Passivos	413 211 052	-	491 118 945	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	5 809 869	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	413 211 052	-	485 309 076	898 520 128
Total	70 499 788	231 983 189	(173 377 699)	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de juro à data de 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

mKz		30-06-2024					
		Variação das taxas de juro					
		-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos		(14 409 558)	(7 204 780)	(3 602 389)	3 602 389	7 204 780	14 409 558
Disponibilidades em outras instituições de crédito		(426 983)	(213 492)	(106 746)	106 746	213 492	426 983
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(1 380 617)	(690 309)	(345 154)	345 154	690 309	1 380 617
Investimentos ao custo amortizado		(5 384 776)	(2 692 388)	(1 346 194)	1 346 194	2 692 388	5 384 776
Crédito a clientes		(7 217 182)	(3 608 591)	(1 804 295)	1 804 295	3 608 591	7 217 182
Passivos		(6 803 058)	(3 401 529)	(1 700 764)	(1 700 764)	(3 401 529)	(6 903 058)
Recursos de clientes e outros empréstimo		(6 803 058)	(3 401 529)	(1 700 764)	1 700 764	3 401 529	6 803 058
Impacto líquido		(7 606 500)	(3 803 251)	(1 901 625)	1 901 625	3 803 251	7 606 500

mKz		31-12-2023					
		Variação das taxas de juro					
		-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos		(14 313 881)	(7 156 940)	(3 578 471)	3 578 471	7 156 940	14 313 881
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(1 352 515)	(676 257)	(338 129)	338 129	676 257	1 352 515
Investimentos ao custo amortizado		(5 894 315)	(2 947 157)	(1 473 579)	1 473 579	2 947 157	5 894 315
Crédito a clientes		(7 067 051)	(3 533 526)	(1 766 763)	1 766 763	3 533 526	7 067 051
Passivos		(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Recursos de clientes e outros empréstimo		(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Impacto líquido		(6 049 660)	(3 024 829)	(1 512 416)	1 512 416	3 024 829	6 049 660

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

mKz		30-06-2024							
Datas de refixação / Datas de maturidade		Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos		193 002 064	125 697 417	45 651 784	68 727 412	71 759 023	132 108 914	83 531 304	720 477 918
Disponibilidades em outras instituições de crédito		21 349 173	-	-	-	-	-	-	21 349 173
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		55 353 077	-	-	13 677 775	-	-	-	69 030 852
Investimentos ao custo amortizado		19 096 595	62 576 226	35 698 598	45 160 260	59 236 071	31 981 708	15 489 355	269 238 813
Crédito a clientes		97 203 219	63 121 191	9 953 186	9 889 377	12 522 952	100 127 206	68 041 949	360 859 080
Passivos		67 195 057	122 137 942	68 311 755	56 638 748	7 672 988	18 196 034	357	340 152 881
Recursos de clientes e outros empréstimo		67 195 057	122 137 942	68 311 755	56 638 748	7 672 988	18 196 034	357	340 152 881
Exposição líquida		125 807 007	3 559 475	(22 659 971)	12 088 664	64 086 035	113 912 880	83 530 947	380 325 037

mKz		31-12-2023						
Datas de refixação / Datas de maturidade	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	219 348 499	106 345 159	27 270 123	125 224 341	95 059 075	122 923 440	19 523 392	715 694 029
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	67 625 726
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	294 715 744
Investimentos ao custo amortizado	160 180 463	19 358 758	10 354 854	57 619 664	10 938 753	90 889 593	4 010 474	353 352 559
Crédito a clientes								
Passivos	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Recursos de clientes e outros empréstimo	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Exposição líquida	190 176 910	(44 296 991)	(59 351 472)	6 725 340	84 112 255	105 593 543	19 523 392	302 482 977

Nos termos do Artigo 6º do Aviso nº 22/2021 de 27 de Outubro, o Banco deverá informar o BNA sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico da sua carteira bancária igual ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. O Banco cumpriu com este requisito a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, conforme apresentado de seguida:

mKz					30-06-2024		
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos extrapatrimoniais		Entre 3 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
			+	-			
à vista - 1 mês	256 957 679	67 195 056	18 726 214	-	208 488 837	0,08%	166 791
1 - 3 meses	130 177 248	122 137 942	7 222 817	-	15 262 123	0,32%	48 839
3 - 6 meses	49 165 204	68 346 410	1 688 805	-	(17 492 401)	0,72%	(125 945)
6 - 12 meses	64 541 757	56 676 087	5 153 959	-	13 019 629	1,43%	186 181
1 - 2 anos	63 746 731	7 597 441	-	-	56 149 290	2,77%	1 555 335
2 - 3 anos	31 238 865	3 552	-	-	31 235 313	4,49%	1 402 466
3 - 4 anos	44 670 126	18 196 034	-	-	26 474 092	6,14%	1 625 509
4 - 5 anos	4 209 912	-	-	-	4 209 912	7,71%	324 584
5 - 7 anos	16 297 958	-	-	-	16 297 958	10,15%	1 654 243
7 - 10 anos	35 167 488	357	-	-	35 167 131	13,26%	4 663 162
10 - 15 anos	13 484 008	-	-	-	13 484 008	17,84%	2 405 547
15 - 20 anos	5 897 495	-	-	-	5 897 495	22,43%	1 322 808
> 20 anos	4 923 446	-	-	-	4 923 446	26,03%	1 281 573
Total							16 511 093
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							16 511 092
Fundos próprios regulamentares							138 164 017
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							12,0%

mKz				31-12-2023			
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos extrapatrimoniais		Entre 3 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
			+	-			
à vista - 1 mês	230 596 099	29 171 588	29 032 500	-	230 457 011	0,08%	184 366
1 - 3 meses	153 876 116	150 642 149	830 386	-	4 064 353	0,32%	13 006
3 - 6 meses	25 253 031	86 621 595	1 226 720	-	(60 141 844)	0,72%	(433 021)
6 - 12 meses	72 327 439	118 499 000	280 000	-	(45 891 561)	1,43%	(656 249)
1 - 2 anos	57 301 406	10 946 820	-	-	46 354 586	2,77%	1 284 022
2 - 3 anos	54 733 690	-	-	-	54 733 690	4,49%	2 457 543
3 - 4 anos	15 422 892	17 329 897	-	-	(1 907 005)	6,14%	(117 090)
4 - 5 anos	32 272 739	-	-	-	32 272 739	7,71%	2 488 228
5 - 7 anos	15 126 871	-	-	-	15 126 871	10,15%	1 535 377
7 - 10 anos	35 947 534	-	-	-	35 947 534	13,26%	4 766 643
10 - 15 anos	13 842 915	-	-	-	13 842 915	17,84%	2 469 576
15 - 20 anos	4 554 683	-	-	-	4 554 683	22,43%	1 021 615
> 20 anos	4 438 612	-	-	-	4 438 612	26,03%	1 155 371
Total							16 169 387
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							16 169 386
Fundos próprios regulamentares							117 146 773
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							13,8%

A repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, por moeda, é analisada como segue:

mKz		30-06-2024			
	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Activos	549 997 113	456 259 236	12 586 949	1 591 408	1020 434 706
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	110 402 429	109 881 629	1 014 616	229 194	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	286 876	86 801 920	11 039 486	1 362 214	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	36 705 600	32 325 252	-	-	69 030 852
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	203 087 064	66 151 749	-	-	269 238 813
Crédito a clientes	199 227 547	161 098 686	532 847	-	360 859 080
Passivos	495 231 921	364 385 211	27 555 336	402 586	887 575 054
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 157 816	86 362	134 095	-	3 378 273
Recursos de clientes e outros empréstimo	492 074 105	364 298 849	27 421 241	402 586	884 196 781
Total	54 765 192	91 874 025	(14 968 387)	1 188 822	132 859 652

mKz	31-12-2023				
	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Activos	543 103 106	474 485 633	14 663 557	1 182 979	1033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	84 053 324	102 892 189	466 777	203 958	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 200	114 329 277	14 193 903	979 021	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	204 349 088	90 366 656	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	186 452 171	166 897 511	2 877	-	353 352 559
Passivos	458 765 234	417 505 997	27 260 801	797 965	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 645 957	83 849	80 062	1	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	453 119 277	417 422 148	27 180 739	797 964	898 520 128
Total	84 337 872	56 979 636	(12 597 244)	385 014	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 30 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

mKz	30-06-2024					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(18 374 805)	(9 187 403)	(4 593 701)	4 593 701	9 187 403	18 374 805
Euros	2 993 677	1 496 839	748 419	(748 419)	(1 496 839)	(2 993 677)
Outras moedas	(237 764)	(118 882)	(59 441)	59 441	118 882	237 764
Total	(15 618 892)	(7 809 446)	(3 904 723)	3 904 723	7 809 446	15 618 892

mKz	31-12-2023					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(11 395 927)	(5 697 964)	(2 848 982)	2 848 982	5 697 964	11 395 927
Euros	2 519 449	1 259 724	629 862	(629 862)	(1 259 724)	(2 519 449)
Outras moedas	(77 003)	(38 501)	(19 251)	19 251	38 501	77 003
Total	(8 953 481)	(4 476 741)	(2 238 371)	2 238 371	4 476 741	8 953 481

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, nomeadamente, limites de exposição.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

No que respeita às fases de identificação e análise do risco de liquidez, estas encontram-se em fase de operacionalização na DGR, de forma a permitir a análise regular de indicadores de evolução dos

níveis de liquidez do Banco para identificação tempestiva de desvios e realização de medidas preventivas e correctivas, quando necessário.

Em termos de acompanhamento e controlo do risco de liquidez, é analisada mensalmente em ALCO a seguinte informação:

- Concentração do financiamento por contraparte;
- Concentração do financiamento por tipo de produto;
- Maturidade do financiamento por tipo de produto;
- Custo de financiamento;
- Concentração do financiamento por maturidade residual;
- Concentração do financiamento por moeda e país;
- Activos onerados;
- Evolução do *gap* de liquidez estático e contratual; e
- Evolução do rácio de liquidez, rácio de observação e rácio de transformação.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo BNA (Instrução n.º 14/2021 de 27 de Setembro).

O detalhe dos instrumentos financeiros em função da sua data de maturidade, em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, apresenta-se como segue:

mKz											30-06-2024
	Prazos residuais de maturidade estrutural										
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indetermi- nado	Total	
Activos	381 364 100	48 499 789	127 696 844	45 746 562	69 714 999	95 993 466	165 201 768	90 926 843	2 182 373	1027 326 744	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	-	-	-	-	-	-	-	-	221 527 868	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99 490 496	-	-	-	-	-	-	-	-	99 490 496	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	45 346 390	10 006 687	-	-	13 677 775	-	-	-	-	69 030 852	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597	
Investimentos ao custo amortizado	-	19 096 595	62 576 226	35 698 598	45 160 260	58 969 703	31 981 708	15 755 723	-	269 238 813	
Crédito a clientes	11 987 653	19 396 367	65 120 017	10 047 618	10 873 042	36 958 119	133 165 679	73 310 585	-	360 859 080	
Outros activos	3 011 693	140	601	346	3 922	65 644	54 381	1 860 535	1 894 776	6 892 038	
Passivos	552 085 132	62 882 746	122 239 173	68 375 534	56 638 919	7 678 783	18 196 042	600	8 779 098	896 876 027	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 378 273	-	-	-	-	-	-	-	-	3 378 273	
Recursos de clientes e outros empréstimo	548 370 498	62 868 458	122 137 943	68 311 755	56 638 748	7 672 988	18 196 034	357	-	884 196 781	
Outros Passivos	336 361	14 288	101 230	63 779	171	5 795	8	243	8 779 098	9 300 973	
Gap de liquidez	(170 721 032)	(14 382 957)	5 457 671	(22 628 972)	13 076 080	88 314 683	147 005 726	90 926 243	(6 596 725)	130 450 717	
Gap acumulado de liquidez	(170 721 032)	(185 103 989)	(179 646 318)	(202 275 290)	(189 199 210)	(100 884 527)	46 121 199	137 047 442	130 450 717		

mKz	31-12-2023									
	Prazos residuais de maturidade estrutural									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indetermi- nado	Total
Activos	329 199 263	66 121 731	110 724 153	27 804 512	126 852 950	117 766 643	169 647 096	88 784 630	2 397 219	1039 298 197
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 500 782	-	-	-	-	-	-	-	336 619	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	-	294 715 744
Crédito a clientes	9 983 242	6 953 695	23 737 612	10 888 194	59 244 303	33 577 724	137 585 935	71 381 854	-	353 352 559
Outros activos	2 098 991	-	140	1 049	3 970	68 597	27 314	1 889 858	1 773 003	5 862 922
Passivos	494 000 193	27 783 256	150 790 264	86 710 804	118 538 843	10 954 930	17 329 905	180	8 666 896	914 775 271
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 809 869	-	-	-	-	-	-	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	486 706 537	27 774 128	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	-	898 520 128
Outros Passivos	1 483 787	9 128	148 114	89 209	39 842	8 110	8	180	8 666 896	10 445 274
Gap de liquidez	(164 800 930)	38 338 475	(40 066 111)	(58 906 292)	8 314 107	106 811 713	152 317 191	88 784 450	(6 269 677)	124 522 926
Gap acumulado de liquidez	(164 800 930)	(126 462 455)	(166 528 566)	(225 434 858)	(217 120 751)	(110 309 038)	42 008 153	130 792 603	124 522 926	

Com referência a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Caixa Angola (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual) e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

Para os Depósitos à ordem de clientes no gap estrutural, considerou-se: distribuição do saldo de 40% dos depósitos na maturidade até 1 dia, e 60% distribuídos nas restantes maturidades até 6 anos (superior a 5 anos).

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

mKz	30-06-2024							
Prazos residuais de maturidade estrutural								
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	339 485 932	58 089 534	133 804 825	365 805 712	40 214 140	62 196 804	44 576 463	1044 173 410
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 527 868	-	-	-	-	-	-	221 527 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41 839 751	143 304	-	57 507 441	-	-	-	99 490 496
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	45 346 390	10 006 687	-	-	13 677 775	-	-	69 030 852
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	23 157	19 345 190	63 726 524	283 022 067	(2 404 050)	(94 340 181)	(133 708)	269 238 999
Crédito a clientes	11 367 378	28 117 347	70 077 700	23 371 362	28 940 415	156 415 554	42 569 243	360 858 999
Outros activos	19 381 388	477 006	601	1 904 842	-	121 431	1 853 331	23 738 599
Passivos	221 406 247	72 617 713	135 679 176	94 808 235	64 385 785	35 985 154	276 195 836	901 078 146
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimo	217 745 510	72 582 073	135 552 724	81 761 191	64 385 785	35 973 703	276 195 794	884 196 780
Outros Passivos	3 660 737	35 640	126 452	13 047 044	-	11 451	42	16 881 366
Gap de liquidez	118 079 685	(14 528 179)	(1 874 351)	270 997 477	(24 171 645)	26 211 650	(231 619 373)	143 095 264
Gap acumulado de liquidez	118 079 685	103 551 506	101 677 155	372 674 632	348 502 987	374 714 637	143 095 264	

mKz

31-12-2023

	Prazos residuais de maturidade estrutural							Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activos	325 506 966	70 382 138	117 765 996	74 517 530	126 193 458	282 776 390	68 043 295	1 065 185 773
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	98 420 783	-	-	31 416 618	-	-	-	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	(13 115)	13 187 225	67 830 524	19 057 139	60 087 718	117 351 453	17 215 056	294 716 000
Crédito a clientes	11 534 742	10 698 179	28 768 779	22 260 337	66 105 740	165 326 002	48 659 222	353 353 001
Outros activos	27 948 308	37 562	139	1 783 436	-	98 935	1 881 420	31 749 800
Passivos	206 032 813	34 002 579	162 781 248	113 915 435	108 793 563	54 175 980	246 458 975	926 160 593
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimo	194 247 002	33 967 788	162 608 675	98 588 120	108 793 563	53 937 520	246 377 457	898 520 125
Outros Passivos	11 785 811	34 791	172 573	15 327 315	-	238 460	81 518	27 640 468
Gap de liquidez	119 474 153	36 379 559	(45 015 252)	(39 397 905)	17 399 895	228 600 410	(178 415 680)	139 025 180
Gap acumulado de liquidez	119 474 153	155 853 712	110 838 460	71 440 555	88 840 450	317 440 860	139 025 180	-

Risco Operacional

Em matéria de gestão do risco operacional, o Caixa Angola tem implementada uma metodologia definida para o grupo CGD, cujas principais componentes são a identificação, avaliação/mensuração, monitorização e mitigação. Este sistema encontra-se suportado em quatro pilares essenciais, nomeadamente (i) modelo de governação, (ii) recursos humanos, (iii) aplicações de suporte e (iv) informação e comunicação.

O Modelo de Governo do Risco Operacional e do Controlo Interno implantado pelo Banco garante o acompanhamento permanente e transversal deste risco, garantindo:

O registo dos eventos pelos vários órgãos de estrutura das áreas de negócio, controlo e suporte do Banco;

O reporte à Unidade de Risco Operacional e Controlo Interno da DGR que valida os eventos na aplicação de suporte (p.e. causas, órgão de estrutura em que ocorreu, tipo de evento de risco, perdas associadas, recuperações, entre outros itens);

A avaliação e controlo do risco operacional pela área de responsável da DGR, assim como, acompanhamento da implementação de planos de acção para a correcção de insuficiências detectadas, contando igualmente com o seguimento permanente não só pela área responsável, como também pela Direcção de Auditoria Interna.

O Caixa Angola tem igualmente vindo a reforçar o modelo de gestão do risco operacional, designadamente nas componentes de avaliação, acompanhamento e controlo, que permite ao Banco, em particular e ao Grupo CGD, em geral, responder aos requisitos regulamentares da abordagem

standard (método Padrão) para a gestão do risco operacional. Importa salientar que o Banco se encontra a preparar o processo de candidatura a apresentar ao BNA para o Método Padrão.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O Caixa Angola procede ao apuramento do seu Rácio de Solvabilidade, Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares, sendo esta gestão garantida pela Direcção de Gestão de Risco, em estreito cumprimento com as disposições e requisitos regulamentares estipulados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Enquadramento regulatório

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem: (i) o Capital Social realizado; (ii) Prémios de emissão respeitantes a elementos enquadrados na alínea anterior; (iii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iv) resultados transitados positivos de exercícios anteriores; (v) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital; (vi) resultado líquido positivo do exercício anterior; (vii) resultado líquido positivo provisório do exercício em curso; (viii) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a perdas que contém como elemento negativo dos fundos próprios de base, e (ix) instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.
2. Elementos negativos dos Fundos Próprios de Base – Compreendem: (i) acções próprias em carteira, pelo valor de registo no balanço; (ii) resultados negativos, transitados de exercícios anteriores; (iii) resultado líquido negativo do exercício anterior; (iv) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos; (v) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior; (vi) resultado líquido negativo provisório do exercício em curso; (vii) imobilizações incorpóreas líquidas das depreciações; (viii) despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões; (ix) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a passivos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a ganhos que contem como elemento positivo dos fundos próprios de base; (x) diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial; (xi) insuficiência de provisões face ao disposto no Aviso n.º 12/2014, de 17 de Dezembro, sobre constituição de provisões; e (xii) perdas actuariais não reconhecidas em resultados.
3. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas, na forma de empréstimos ou obrigações emitidas, cujas condições de

emissão foram previamente aprovadas pelo BNA; (v) resultados latentes positivos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior, até 45% (quarenta e cinco por cento) do seu valor (pelo montante do efeito líquido da cobertura) antes de impostos; (vi) f) outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.

4. Deduções – Compreendem: (i) os instrumentos emitidos ou contraídos por outras instituições financeiras, de que as Instituições sejam detentoras, previstos nas alíneas a) e i) do número 2 do artigo 5.º e nas alíneas a), d) e f) do número 2 do artigo 7.º, ambos do Aviso 2/2016. Esta dedução deve considerar o valor de registo no balanço, líquido de provisões, e obedecer às seguintes condições: a) Se a Instituição dispuser de uma participação superior a 10% (dez por cento) do capital da participada será deduzida a totalidade dos instrumentos acima referidos; ou b) Se a instituição dispuser de uma participação inferior ou igual a 10% (dez por cento) do capital da participada, e se superior a 10% (dez por cento) do capital da participante, será deduzido o valor dos instrumentos acima referidos excluindo 10% (dez por cento) dos subsequentes próprios da participante, considerados antes desta dedução; (ii) os excessos face aos limites estabelecidos no Aviso n.º 9/2016, sobre limites prudenciais aos grandes riscos.

No âmbito do projecto de equivalência de supervisão, durante o ano de 2021 foi publicado, pelo Banco Nacional de Angola, o Aviso nº 8/2021, de 5 de Julho que prevê as regras de apuramento dos fundos próprios regulamentares, fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e os fundos próprios principais (*CET1*). Foram ainda publicados um conjunto de normativos técnicos que complementam o Aviso nº 8/2021 e que prevêem o cálculo dos requisitos de capital para os riscos de pilar 1. A implementação integral destes normativos tem efeitos a partir de Março de 2022.

Rácio de Solvabilidade e Fundos Próprios	"Aviso nº 08/2021 - Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado"
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito	Instrutivo nº 11/2023- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte e Respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado	Instrutivo n.º 16/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Respectiva Prestação de Informação Periódica.
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Operacional	Instrutivo n.º 13/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas	Instrutivo nº17/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito	Instrutivo nº18/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo assegurando, permanentemente, o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos de fundos próprios:

30-06-2024		31-12-2023	
Indicador	Rácio Mínimo	Indicador	Rácio Mínimo
CET 1	4,50%	CET 1	4,50%
TIER 1	6,00%	TIER 1	6,00%
FPR	8,00%	FPR	8,00%

Capital Regulatório

O Capital Regulatório do Caixa Angola engloba as seguintes componentes

- **Fundos Próprios Principais de nível 1 - Common Equity Tier 1 (CET1)**

As componentes da situação líquida que contribuem para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (CET1) em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são:

- Capital realizado;
- Outras reservas e resultados transitados positivos;
- Resultado líquido positivo do exercício anterior;
- Resultado líquido positivo provisório do exercício em curso;
- Instrumentos de capital próprio cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola; e,
- Prémios de emissão respeitantes aos elementos acima referidos;
- As deduções ao CET1 estão relacionadas com os seguintes itens:
- Valor contabilístico dos activos intangíveis;
- Despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões;
- Valor contabilístico dos activos por impostos diferidos (por prejuízos fiscais);
- Resultado líquido negativo do exercício;
- Diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial;
- Perdas actuariais não reconhecidas em resultados.

- **Fundos Próprios Adicionais de nível 1 - Tier 1 Adicional (AT1 - Additional Tier 1)**

Os fundos próprios Adicionais de nível 1 incluem os instrumentos emitidos ou empréstimos subordinados contraídos e totalmente realizados.

Os instrumentos que contribuem para os fundos próprios adicionais de nível 1 são:



- Acções preferenciais;
- Instrumentos híbridos e/ ou convertíveis;
- Outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola;
- Prémios de emissão respeitantes aos instrumentos acima referidos.
- As deduções aos fundos próprios adicionais de nível 1 são:
- Os instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 detidos directa, indirecta e sinteticamente, incluindo instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 que a instituição possa ser obrigada a adquirir em resultado de obrigações contratuais existentes;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, com as quais a instituição tenha detenções cruzadas que o Banco Nacional de Angola considere terem sido constituídas para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição;
- O valor aplicável dos instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, caso a instituição não tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente por parte da instituição, caso a instituição tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras, excluindo posições de tomada firme detidas durante um período igual ou inferior a cinco dias úteis;
- O valor dos elementos que seja necessário deduzir aos elementos de fundos próprios de nível 2, que exceda os elementos de fundos próprios de nível 2 da instituição; e,
- Qualquer imposto relativo a elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 previsível no momento em que é calculado, excepto no caso da instituição ajustar adequadamente o valor dos elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 na medida em que esse imposto reduza o valor até ao qual esses elementos possam ser afectados à cobertura de riscos ou perdas.

Fundos próprios e rácios de capital

Os resultados positivos referidos nos pontos anteriores apenas podem ser considerados sempre que certificados pelo perito contabilista membro do órgão de fiscalização ou fiscal único e pelo auditor externo.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta-se como segue:



mKz	30-06-2024	31-12-2023
Fundos Próprios		
CET 1	138 164 017	117 146 773
TIER 1	138 164 017	117 146 773
FPR	138 164 017	117 146 773
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	-	-
Activos ponderados (RWA - Risk Weighted Assets)	509 450 908	442 613 244
Rátios de solvabilidade		
CET 1	27,1%	26,5%
TIER 1	27,1%	26,5%
FPR/RSR	27,1%	26,5%
Rátios Mínimos		
CET 1	4,50%	4,50%
TIER 1	6,00%	6,00%
FPR/RSR	8,00%	8,00%
Excedentes (buffers)		
CET 1	22,62%	21,97%
TIER 1	21,12%	20,47%
FPR	19,12%	18,47%

Nota 34 – Relato por segmentos

Para cumprimento das exigências da IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Caixa Angola adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Carteira de investimento e transacções cambiais:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- **Banca comercial:** inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores designadamente:

- **Pagamento e liquidação:** inclui operações de pagamento e emissão e gestão de meios de pagamentos;
- **Serviços de agência:** contempla a guarda e administração de instrumentos financeiros por conta de clientes, nomeadamente a custódia e serviços conexos, tais como a gestão de tesouraria/de cauções;
- **Intermediação relativa à carteira de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. Devem ser incluídas as actividades com recepção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros, execução de ordens por conta de clientes e colocação de instrumentos financeiros sem tomada firme;
- **Actividades de sociedades não financeiras:** compreende a actividade desenvolvida por empresas comerciais, industriais, tecnológicas e outras.

A distribuição dos resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio a 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta a seguinte composição: Linhas de negócio:

mKz	30-06-2024					
	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamento e Liquidação	Outros	Total
DEMOSNTRAÇÕES DE RESULTADOS						
Juros e rendimentos similares	21 419 914	4 065 806	16 209 061	-	-	41 694 781
Juros e encargos similares	(13 625)	(3 573 144)	(10 364 539)	-	-	(13 951 308)
Margem financeira	21 406 289	492 662	5 844 522	-	-	27 743 473
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	3 392 567	1 780 309	5 134 234	-	-	10 307 110
Encargos com serviços e comissões	(1 271 634)	(466 018)	(405 834)	-	-	(2 143 486)
Resultados em operações financeiras	5 425 493	-	-	-	-	5 425 493
Resultados de alienação de outros activos	1 423	-	-	-	-	1 423
Outros resultados de exploração	(1 254 869)	(207 010)	(85 104)	-	-	(1 546 983)
Produto da actividade bancária	27 699 269	1 599 943	10 487 818	-	-	39 787 030
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	-	(17 762 157)	(17 762 157)
Resultado Líquido Individual do Período	27 699 268	1 599 943	10 487 818	-	(17 762 157)	22 024 873
BALANÇO						
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	328 647 337	3 751 134	-	57 650 745	-	390 049 216
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	269 526 410	-	-	-	-	269 526 410
Crédito a Clientes (líquido)	-	75 304 813	285 554 267	-	-	360 859 080
Outros Activos	-	-	-	23 738 599	-	23 738 599
Activo total (líquido)	598 173 747	79 055 947	285 554 267	81 389 344	-	1 044 173 305
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	-	3 378 273	-	3 378 273
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	245 059 847	639 136 934	-	-	884 196 781
Outros Passivos	-	-	-	13 503 094	-	13 503 094
Total do Passivo	-	245 059 847	639 136 934	16 881 367	-	901 078 148
Total Capital próprio	-	-	-	-	143 095 157	143 095 157
Total do Passivo e Capital próprio	-	245 059 847	639 136 934	16 881 367	143 095 157	1 044 173 305

mKz	30-06-2023				
	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
Juros e rendimentos similares	18 688 581	3 581 888	8 368 477	-	30 638 946
Juros e encargos similares	(111 707)	(2 624 701)	(5 127 855)	-	(7 864 263)
Margem financeira	18 576 874	957 187	3 240 622	-	22 774 683
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	162 745	959 780	4 378 186	-	5 500 711
Encargos com serviços e comissões	(112 828)	(214 208)	(1 137 151)	-	(1 464 187)
Resultados em operações financeiras	13 872 285	-	66 676	-	13 938 961
Resultados de alienação de outros activos	2 686	-	2 687	-	5 373
Outros resultados de exploração	(778 975)	(52 669)	(945)	-	(832 589)
Produto da actividade bancária	31 722 787	1 650 090	6 550 075	-	39 922 952
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	(18 353 996)	(18 353 996)
Resultado Líquido Individual do Período	31 722 787	1 650 090	6 550 075	(18 353 996)	21 568 956
BALANÇO					
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	260 075 229	2 513 452	-	-	264 588 681
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	389 272 573	-	-	-	389 272 573
Crédito a Clientes (líquido)	405	63 519 146	180 775 395	-	244 294 946
Outros Activos	-	-	-	25 543 379	25 543 379
Activo total (líquido)	651 348 207	66 032 598	180 775 395	25 543 379	923 699 579
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	16 622 068	-	-	-	16 622 068
Recursos de clientes e outros empréstimos	406 107	225 003 152	544 703 112	-	770 112 371
Outros Passivos	-	-	-	12 116 206	13 116 206
Total do Passivo	17 028 175	225 003 152	544 703 112	13 116 206	799 850 645
Total Capital próprio	-	-	-	123 848 935	123 848 935
Total do Passivo e Capital próprio	17 028 175	225 003 152	544 703 112	136 965 141	923 699 580

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido atribuível aos accionistas:

mKz	30-06-2024	30-06-2023
Contribuição Líquida		
Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	27 699 268	31 722 787
Banca de Retalho	1 599 943	1 650 090
Banca Comercial	10 487 818	6 550 075
	39 787 030	39 922 952
Valores não inutados aos segmentos		
Imparidade e outras provisões ⁽¹⁾	394 813	(3 452 682)
Custos operacionais	(14 362 636)	(11 209 940)
Impostos Correntes e Diferidos	(3 794 334)	(3 691 374)
Total não inutados aos segmentos	(17 762 157)	(18 353 996)
Resultado Líquido Individual do Exercício	22 024 873	21 568 956

⁽¹⁾ Inclui a imparidade para outros activos, contingências diversas e outras imparidades e/ou provisões não alocadas aos segmentos de negócio.

Nota 35 – Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresenta.



Declaração de conformidade do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta

Declara-se que tanto quanto é do conhecimento dos Administradores abaixo assinados, as Demonstrações Financeiras Intercalares Condensadas do Banco Caixa Geral Angola, BCGA, referentes ao período de seis meses, findo a 30 de Junho de 2024, as quais compreendem: (i) Balanço Intercalar Condensado (ii) Demonstração Intercalar Condensada dos Resultados (iii) Demonstração Intercalar Condensada do Rendimento Integral (iv) Demonstração Intercalar Condensada das Alterações nos Capitais Próprios (v) Demonstração Intercalar Condensada dos Fluxos de Caixa (vi) Anexo às Demonstrações Financeiras Intercalares Condensadas, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do resultado e suas operações de alteração no capital próprio e no fluxo de caixa no período findo acima referido, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Mais se declara que o Relatório de Gestão do BCGA referente ao período de seis meses, findo a 30 de Junho de 2024, expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do Banco e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se confrontam, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2024.

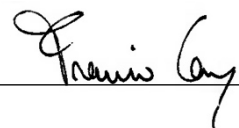
Luanda, aos 27 de Agosto de 2024.

José Manuel Cerqueira



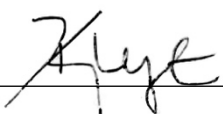
Presidente do Conselho de Administração

Francisco Ravara Cary




1º Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Raquel da Costa David Vunge



2ª Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Carlos Manuel Amaral de Pinho



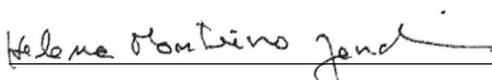
3º Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Miguel Luís Manuel



Administrador não Executivo

Helena Monteiro Jardim



Administradora Independente

João Plácido Pires



Presidente da Comissão Executiva

Francisco Rosado dos Santos



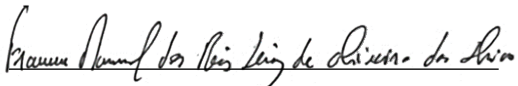
Administrador Executivo

Manuel Nicolau Diogo



Administrador Executivo

Francisco Oliveira da Silva



Administrador Executivo

Ana Bravo Seabra

Administradora Executiva,
representada pelo PCE

Relatório de Parecer do Conselho Fiscal



Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Angola, S.A.
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas intercalares do período findo em 30 de junho de 2024

Senhores Accionistas

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco Nacional de Angola S.A. e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos emitir o Relatório semestral sobre a ação fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras Condensadas intercalares do Banco Caixa Geral de Angola, S. A. (BCGA) as quais compreendem o Balanço Condensado intercalar em 30 de junho de 2024, a Demonstração dos Resultados Condensada intercalar, a Demonstração das alterações no Capital Próprio Condensada intercalar, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Condensada intercalar, a Demonstração do Rendimento integral Condensada intercalar relativas ao semestre findo naquela data e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Condensadas intercalares, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco Caixa Geral de Angola S.A..

Acompanhámos a actividade do Banco, tendo recebido tanto da Comissão Executiva como dos Serviços do BCGA as informações e os esclarecimentos solicitados e desenvolvido os trabalhos *com a extensão e profundidade que considerámos necessária. No exercício da nossa atividade, destacamos:*

- i) Acompanhamento do Plano e do Orçamento do BCGA para o exercício de 2024;
- ii) Verificação dos principais indicadores prudenciais;
- iii) Acompanhamento do grau de cumprimento da lei, dos normativos a que o BCGA está subordinado, incluindo o seu contrato de sociedade;
- iv) Participação nas reuniões do Conselho de Administração;
- v) Acompanhamento dos processos de prestações de contas, incluindo o seu encerramento anual do ano de 2023 e semestral de 2024;
- vi) Reuniões, uma presencial e restantes telemáticas, com os responsáveis das Direções das Funções de Controlo, para acompanhamento das atividades realizadas e da eficácia do sistema de controlo interno do BCGA;
- vii) Reuniões com o Auditor Externo, no âmbito das suas funções de auditoria e revisão às contas do BCGA, incluindo a revisão limitada das contas intercalares do presente semestre, bem como a resolução das deficiências de controlo interno;
- viii) Reuniões com a Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI) para acompanhamento do sistema de controlo interno e riscos do BCGA, em particular (a) elaboração dos Relatórios e Contas; (b) inspecções da AGT às contas do Banco; (c) imparidades de crédito; e, (d) deficiências de controlo interno.

Página 1 de 3



- ix) Preparação e emissão dos relatórios e pareceres que estão no âmbito da sua área de responsabilidade, dentro dos prazos estipulados;
- x) Apreciação das actas dos Órgão Socias realizadas ao longo do 1º semestre de 2024;
- xi) Preparação e emissão do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas anuais relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2023;
- xi) Preparação e emissão do Parecer sobre o sistema de controlo interno para a Prevenção e do Branqueamento de Capitais, financiamento do Terrorismo e da proliferação de Armas de Destruição, dando cumprimento aos requisitos do artigo 46º do Aviso n.º 1/2022 do Banco Nacional de Angola;
- xii) Preparação e emissão do Parecer sobre o Relatório de Governança Corporativa e Controlo Interno do BCGA, dando cumprimento aos requisitos do artigo 46º do Aviso n.º 1/2022 do Banco Nacional de Angola

No âmbito do processo de fiscalização das contas intercalares semestrais reportadas a 30 de junho de 2024, o Conselho Fiscal:

- a) Analisou as Demonstrações Financeiras Condensadas intercalares do Banco Caixa Geral de Angola, S. A. (BCGA) as quais compreendem o Balanço Condensado intercalar, a Demonstração dos Resultados Condensada intercalar, a Demonstração das alterações no Capital Próprio Condensada intercalar, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Condensada intercalar, a Demonstração do Rendimento integral Condensada intercalar relativas ao semestre findo naquela data e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Condensadas intercalares, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola S.A.;
- b) Avaliou as políticas contabilísticas e os critérios de reconhecimento adotados pelo BCGA;
- c) Apreciou o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação financeira do BCGA durante o 1º semestre de 2024;
- d) Acompanhou o processo de auditoria às contas com o Auditor Externo, que emitiu o Relatório de Revisão Limitada, em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar, onde reporta que *“com base no trabalho efectuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras intercalares condensadas do Banco Caixa Geral Angola, S.A. em 30 de Junho de 2024 não estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar.”*

Responsabilidades e âmbito

É de responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação e a emissão das Demonstrações Financeiras Condensadas intercalares que reflitam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados da atividade da entidade no período.

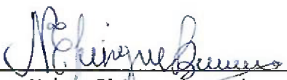


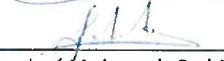
Parecer

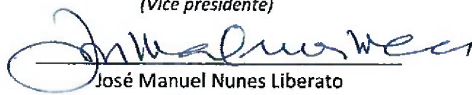
Considerando toda a informação disponibilizada e as verificações efetuadas, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável às *Demonstrações Financeiras Intercalares Condensadas do Banco Caixa Geral de Angola (BCGA)* relativas ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2024, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Luanda, aos 27 de Agosto de 2024

O Conselho Fiscal


Nelson Efeingue Bernardo
(Presidente)


José M. Azevedo Rodrigues
(Vice presidente)


José Manuel Nunes Liberato
(Vogal)

Relatório do Auditor Externo



Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração do
Banco Caixa Geral Angola, S.A.

Introdução

Efectuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras intercalares condensadas anexas do Banco Caixa Geral Angola, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço intercalar condensado em 30 de Junho de 2024 que evidencia um total de 1 044 173 305 milhares de Kwanzas e um total capital próprio de 143 095 158 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 22 024 873 milhares de Kwanzas, as demonstrações intercalares condensadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas a estas demonstrações financeiras intercalares condensadas.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras intercalares condensadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras intercalares condensadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a ISRE 2410 – Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intercalares condensadas não estão preparadas em todos os aspectos materiais de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efectuamos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efectuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efectuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras intercalares condensadas.

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada

Torre X – Rua Manuel Fernandes Caldeira, n.º 5, 10º andar – Bairro dos Coqueiros, Luanda - República de Angola
Direct: (+244) 227 286 109/11 | www.pwc.com/ao
Cons. Reg. Com. Matrícula Nr. 1998.57, NIF: 5401042426, Capital Social: 4.000.000,00

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada. Todos os direitos são reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada, a qual é uma firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo cada uma das firmas que a compõem uma entidade legal independente.

Conclusão

Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras intercalares condensadas do Banco Caixa Geral Angola, S.A. em 30 de Junho de 2024 não estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar.

27 de Agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010
representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086



Caixa Angola

M BANCO LOCAL. UMA REDE GLOBAL.

Linha Caixadirecta Angola 24H | +244 226 424 424

Um serviço de atendimento telefónico,
disponível para si 24H por dia, todos os dias do ano.



Disponível na
App Store



DISPONÍVEL NO
Google Play

www.caixaangola.ao